

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO**

**O JORNALISMO MATOU VLADIMIR HERZOG?
UM ESTUDO DIALÉTICO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Mateus Coelho Martins de Albuquerque

Santa Maria

2016

**O JORNALISMO MATOU VLADIMIR HERZOG?
UM ESTUDO DIALÉTICO**

Mateus Coelho Martins de Albuquerque

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Rondon Martins Souza de Castro

Santa Maria, 23 de dezembro de 2016

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO

O JORNALISMO MATOU VLADIMIR HERZOG? UM ESTUDO DIALÉTICO

Elaborado por
Mateus Coelho Martins de Albuquerque

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rondon Martim Souza de Castro – Orientador (UFSM)

Prof. Dr. Sérgio Alfredo Massen Prieb (UFSM)

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Franz Amaral (UFSM)

Santa Maria, 23 de dezembro de 2016

AGRADECIMENTOS

A toda a FACOS, que me acolheu como segunda casa nesses últimos quatro anos;

Aos professores da FACOS, especialmente à Márcia, à Viviane e à Laura, que permitiram uma maior reflexão sobre a prática jornalística;

A toda a minha banca, por aceitar o convite, e especialmente ao meu professor, amigo e companheiro de militância, Prof. Rondon, por ter aceitado a missão de me orientar;

A todos que trabalharam comigo durante os meus três anos de TV Campus, onde eu aprendi que a televisão pode sim ser emancipadora;

Aos meus companheiros de DACOM durante os anos de 2014 e 2015. Com eles aprendi que a Comunicação pode sim ser um espaço de lutas;

Aos meus alunos e colegas educadores do Pré-Universitário Popular Alternativa. Por cada aula, por cada dúvida, cada conversa... Entrar no Alternativa é transformar-se;

Ao movimento de Ocupações da UFSM, especialmente à Ocupação do Prédio de Apoio Didático e Comunitário, onde tive a honra de terminar esse trabalho;

Ao Departamento de Arquivo da TV Cultura e ao Instituto Vladimir Herzog, que muito auxiliarem neste trabalho;

Ao Fabrício, à Mirian e ao Alisson, pela ajuda em São Paulo;

Às memórias de Adelmo Genro Filho e Vladimir Herzog, exemplos de que o jornalismo é possível;

Aos meus companheiros Alcir, Lucas, Stéfani, Amanda, Igor, William, Alice, Douglas, Gregório, Mathias, Nathália, Israel, Felipe, Rafael, Ivan e Juliana, que fizeram do meu 2016 um ano de lutas;

Aos amigos Artur, Júlio, Lucas, Nicolás, William, Carlos, Gustavo, Juliana, Sabrina, Daniela, Laura, Kauane, Paola, Mariana, Marina, Sabrina, Anna e Raisal, que estiveram ao meu lado como a segunda família que são;

Aos meus familiares, pela torcida;

Ao meu pai, Djalma, pelo constante e firme apoio;

À minha mãe, Luciana, e à minha irmã, Beatriz: o agradecimento máximo para as pessoas que mais se preocupam comigo;

E por fim, a Deus, a força imaterial de todos os meus sonhos e contradições. De onde tiro a minha força.

Quando perdemos a capacidade de nos indignarmos com as atrocidades praticadas contra outros, perdemos também o direito de nos considerarmos seres humanos civilizados.

- Vladimir Herzog.

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo estudar qual foi o papel do jornalismo na morte do jornalista Vladimir Herzog pelas mãos do regime militar no dia 25 de outubro de 1975. Para efetuar esse estudo, foram analisadas, sob a metodologia da Análise Documental, três biografias sobre o caso e três produtos telejornalísticos de Herzog. Ao fim, os resultados dessa análise foram estudados sob uma perspectiva do materialismo histórico dialético, metodologia ligada à filosofia marxista. Dentro dessa perspectiva, espera-se estudar o papel revolucionário do jornalismo em uma determinada concepção de democracia.

Palavras chave: Ditadura; Marxismo; Televisão; Jornalismo; Dialética; Democracia; Revolução

ABSTRACT

This work has the objective aims to study the role of journalism in the death of the journalist Vladimir Herzog by the Brazilian military regime in the October 25, 1975. In the order to carry out this study, are analysed, with the methodology of Documental Analysis, three biographies about the case and three products of television journalism produced by Herzog. In the end, the results of this analysis were studied from the perspective of dialectical historical materialism, a methodology linked to Marxist philosophy. From this perspective, one hopes to study the revolutionary role of journalism in a particular conception of democracy.

Key-Words: Dictature; Marxism; Television; Journalism; Dialectic; Democracy; Revolution

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tema e tom das matérias do “Hora da Notícia” de 01/07/1975.....	59
---	----

SUMÁRIO

1. A INTRODUÇÃO.....	01
2. A HISTÓRIA.....	05
2.1 O caminho até Geisel.....	05
2.2 O radar captura Vlado.....	10
3. O MÉTODO.....	15
3.1 As biografias.....	18
3.1.1 Dossiê Herzog, de Fernando Jordão.....	21
3.1.2 Meu Querido Vlado, de Paulo Markun.....	29
3.1.3 As duas guerras de Vlado Herzog, de Audálio Dantas.....	38
3.2 Os telejornais.....	49
3.2.1 Reportagem do “Hora da Notícia” de 31/7/1974.....	52
3.2.2 <i>Script</i> do “Hora da Notícia” de 01/07/75.....	56
3.2.3 Trecho do <i>script</i> do “Hora da Notícia” com data indefinida, publicado no livro “Meu Querido Vlado”, de Paulo Markun.....	60
4. A ANÁLISE.....	65
4.1 Jornalismo Revolucionário?.....	70
4.2 O 18 Brumário de Ernesto Geisel.....	77
4.3 Enfim, a síntese.....	83
5. A CONCLUSÃO. HÁ CONCLUSÃO?.....	87
6. A BIBLIOGRAFIA.....	90

1 – A INTRODUÇÃO

Esse trabalho é intitulado com uma pergunta. Pergunta que pode soar ambiciosa ou, até mesmo, arrogante em sua pretensão. A morte de Vladimir Herzog é um dos eventos mais importantes da história do Brasil durante o regime militar. Historiadores, arqueólogos, arquivistas, jornalistas e vários outros especialistas produziram documentos de muito mais valia do que qualquer suposto resultado que esta monografia de bacharelado poderá alcançar. E mesmo assim, as dúvidas sobre o real motivo que levou a morte de Vladimir Herzog não foram revelados.

Expor uma pergunta crucial desta pesquisa logo como o título foi uma decisão que só pode ser tomada depois de se concluir qual o subtítulo que a acompanharia. “Um estudo dialético”. A questão posta aqui não é a de simplesmente realizar um levantamento de dados e concluir, através de alguma metodologia normativa, qual foi a real causa que levou Vladimir Herzog ao DOI-CODI naquele 25 de outubro de 1975. Pretendemos aqui fazer um estudo, uma contemplação dialética. O que defendemos é o fato de que as informações para responder essa pergunta estão disponíveis em diversos materiais, mas não foram sistematizadas, analisadas – de novo – contempladas sob um viés dialético. É essa perspectiva que desejamos vencer. Assim sendo, é importante reforçar que, mesmo intitulada por uma questão, não é esse o problema de nossa pesquisa. Pelas afirmações anteriores deste parágrafo, podemos sistematizá-la como: “Qual foi o real papel do jornalismo na morte de Vladimir Herzog?”.

Esta monografia mudou de faceta durante a sua realização. Inicialmente, tinha como proposta fazer uma análise do que era o “Hora da Notícia” e se a sua produção tinha um caráter contra-hegemônico em relação ao regime militar. Isso, em certo modo, foi feito, mas devido à escassez de material encontrado na TV Cultura, não pôde ser o foco final do trabalho. Tivemos que mudar o foco: realizar um trabalho que abordasse o papel do jornalismo na morte do jornalista, uma análise que mesclasse tanto os estudos da interpretação histórica, quanto as leituras sobre determinada produção em jornalismo. Isso nos permitiria complementar os (poucos) materiais telejornalísticos com outras fontes de pesquisa. Elencamos mais duas: biografias que trataram do caso e entrevistas com pessoas que viveram próximas ao período. A segunda opção não foi realizada, esclareceremos isso em breve.

Definido o objetivo da pesquisa e os objetos que seriam realizados, partimos para um problema de método. Bom, já estava estabelecido, desde o princípio, que este seria

um estudo pautado no materialismo histórico dialético. Isso por que, para o marxismo, o método importa. É através dele que se constitui uma verdadeira prática revolucionária, a partir de uma reflexão sobre a sistematização do que está posto para a análise. O método não é apenas a escolha de uma forma específica: no marxismo, ele é uma decisão política revolucionária.

Também no que toca à teoria social de Marx a questão do método se apresenta como um nó de problemas. E, neste caso, problemas que não se devem apenas a razões de natureza teórica e/ou filosófica: devem-se igualmente a razões ideopolíticas – na medida em que a teoria social de Marx vincula-se a um projeto revolucionário, a análise e a crítica da sua concepção teórico-metodológica (e não só) estiveram sempre condicionadas às reações que tal projeto despertou e continua despertando. Durante o século XX, nas chamadas “sociedades democráticas”, ninguém teve seus direitos civis ou políticos limitados por ser durkheimiano ou weberiano – mas milhares de homens e mulheres, cientistas sociais ou não, foram perseguidos, presos, torturados, desterrados e até mesmo assassinados por serem marxistas. (NETTO, 2011, p.10)

Encontramos, entretanto, um problema sério na execução do método: a heterogeneidade dos produtos estudados. Como analisar, sob o mesmo critério, um *script*, uma biografia e uma entrevista? Como aplicar os mesmos critérios sobre formas tão diversas, em contextos tão diversos, sem considerá-los? A solução encontrada foi tratá-los como o que eles são para a história: documentos. Registros documentados de um determinado período sobre uma determinada ótica. Assim, optou-se pela metodologia da Análise Documental, método mais presente nos estudos históricos, que sistematiza e contempla as diferentes dimensões destes documentos. Nesse processo, acabamos por descartar o uso das entrevistas que realizaríamos com figuras relevantes para a história no nosso estudo: como tratar como documento algo que foi produzido pela nossa pesquisa, e não encontrado? Além disso, encontramos também sérias dificuldades com a agenda dos possíveis entrevistados. Concluímos, portanto, que tanto as biografias quanto as produções jornalísticas fornecem documentos históricos para se analisar o caso.

Duas ponderações são necessárias aqui nesta introdução, com o objetivo de esclarecer certas dúvidas inerentes à própria existência deste material. A primeira é a de que o autor do trabalho teve, em sua trajetória, um envolvimento constante com os movimentos sociais e com a militância política de esquerda. Mesmo sabendo que a imparcialidade é um conceito praticamente derrubado nas academias de jornalismo, é

importante ressaltar este ponto: não há aqui uma disputa entre ciência e política. Esse trabalho é sim, em sua essência, um manifesto político. Isso, em nenhum momento tira dele o seu caráter científico ou metodológico. Outro ponto importante a se ressaltar é quanto ao que se pretende concluir. Fugindo um pouco dos apelos mecanicistas da ciência formal, já inforamos aqui, no capítulo introdutória, que a excessivamente pretensiosa questão do título não será respondida de maneira objetiva, concreta, sem lastro para dúvidas. Esse trabalho pretende iniciar o debate dialético sobre a história de Vladimir Herzog, e os apontamentos aqui realizados são provocações para uma imersão maior neste enredo.

Apesar de ser um trabalho elaborado por um concluinte do curso de Jornalismo, orientado por um professor desta mesma área e submetido a uma banca de avaliação formada, majoritariamente, por membros do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Maria, provavelmente a sua justificativa de ser se dá, principalmente, na dimensão histórica. Se faz necessário contemplar análises sobre produções de jornalismo (que consiste em parte deste trabalho) não só por uma perspectiva unidisciplinar, que não dialoga com o seu contexto e com as suas consequências. Por mais que o tempo avance as formas e meios de se produzir jornalismo, o futuro lega a essas produções o papel de registro histórico, de arquivamento do tempo. Esse trabalho, essa pequena “aventura multidisciplinar”, se propõem a demonstrar que as dimensões do jornalismo são relevantes justamente por não terminarem em si mesmas. A história de Vladimir Herzog tem implicações jornalísticas, históricas, políticas e filosóficas, e esse trabalho se justifica por usar métodos jornalísticos, históricos, políticos e filosóficos para contemplá-la.

Assim sendo, o próximo excerto deste trabalho dará uma maior contextualização da história de Vlado ao leitor. Mesmo sabendo que essa história é amplamente conhecida, se faz necessário ilustrá-la (e contextualizá-la com a história do Brasil nos anos 70). O leitor deste trabalho precisa estar munido de, pelo menos, um mínimo de ideia sobre quem foram Vladimir Herzog, Paulo Markun, Ernesto Geisel, Paulo Egydio e outros tantos personagens caros a esse trabalho – esta é a função deste capítulo em especial. Após, teremos o trecho mais longo deste trabalho: a metodologia. Nela explicaremos o que é a Análise Documental, como biografias e produções telejornalísticas se encaixam nela e faremos as análises através deste método, que objetiva fornecer matéria-prima para a análise mais importante, a análise dialética.

Esta virá no capítulo seguinte, dedicado à dialética e a uma concepção materialista de tudo o que tivermos extraído no capítulo anterior. Mais do que isso, apresentaremos conceitos que serão essenciais para a nossa síntese, e esmiuçaremos cada um deles com base em uma literatura escolhida. Essa literatura denotará o caráter revisionista deste estudo, que busca, sim, uma percepção marxista das coisas, mas também busca superar certos limites que a interpretação clássica apresenta na concepção filosófica de política como objeto de estudo materialista. Esse estudo nos levará a uma – breve – conclusão, que em poucas páginas tentará sintetizar o por que não necessariamente precisamos tirar conclusões deste estudo.

Por que ele não é final. Não é um filme clássico, onde o roteiro apresenta um “início”, um “meio” e por consequência, um “fim”. Contemplar a história sobre a perspectiva materialista é abraçar constantemente o fato de que a matéria se transforma, e as ações humanas, pautadas por ela, também. Que esta nossa aventura não encontre o seu final, e sim, seja um eterno meio para o desenvolvimento de novas percepções e práticas, no que objetiva, sempre, a construção de uma sociedade mais justa. Começemos, então.

2. A HISTÓRIA

2.1 O caminho até Geisel

No dia 31 de março de 1964 o exército brasileiro, alicerçado por setores conservadores e com apoio logístico dos Estados Unidos, deu um golpe militar para retirar o gaúcho João Goulart da presidência da república. Goulart chegou à presidência após a renúncia de Jânio Quadros do cargo, três anos antes. Filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e próximo de pautas trabalhistas e fundiárias, Goulart era visto pela população em geral com desconfiança, e pelos setores conservadores, como uma representação comunista. O mercado internacional também se mostrou frustrado com a vinda de Jango (apelido de Goulart), já que Jânio Quadros adotara medidas convenientes para o Fundo Monetário Internacional e para os setores comerciais e industriais brasileiros (MORAES, 2011).

Em 1961, quando Jânio renunciou, era o vice-presidente e viu-se vetado pelos ministros militares. Só assumira por que aceitara, depois de uma crise em que o país esteve perto da guerra civil, uma fórmula pela qual se fabricou um humilhante regime parlamentarista cuja essência residia em permitir que ocupasse a Presidência desde que não lhe fosse entregue poder. (GASPARI, 2014, p.48)

Dois anos após a frustrada tentativa de golpe, Jango orchestra um plebiscito pela volta do presidencialismo, e volta vitorioso, com 9,5 milhões de votos contra 2 milhões. Com isso, pode instalar suas medidas econômicas que, com o viés da distribuição de renda e de um princípio de reforma agrária, visava a redução da inflação no Brasil, àquele momento, galopante. O escolhido para capitanear as medidas foi o economista paraibano Celso Furtado:

Celso Furtado passa à história o planejamento econômico brasileiro como o formulador do polêmico e combatido Plano Trienal. A estratégia era compatibilizar o combate à inflação com a retomada de taxas decrescimento do final dos anos 1950. Significava, com efeito, um avanço em relação às teses ortodoxas, ao sustentar a possibilidade de reverter o surto inflacionário sem afogar o desenvolvimento. Furtado propunha uma racionalização da ação governamental, através de reformas administrativas e bancárias, e a eliminação

de entraves institucionais à utilização ótima dos fatores de produção, por meio de reformas fiscais e agrárias. Síntese das medidas do plano: limitações ao crédito, corte nos gastos públicos, cortes nos subsídios, fim das subvenções e importações e contenção salarial. (MORAES, 2011, p.120)

O plano não dá certo. Ainda segundo MORAES (2011), o índice de custo de vida subira 26% em relação a 2012 e o déficit interno batia o valor de 504,6 milhões de cruzeiros. Em 1964, o ministro Furtado tentava negociar com o FMI mais empréstimos para o país, e enfrentava um forte embargo econômico-ideológico vindo dos Estados Unidos. Para intensificar a tensão entre Jango e os setores conservadores, em 1964 seu governo apresenta uma guinada à esquerda, concedendo 100% de aumento do salário mínimo, valor 10% acima da inflação. Anuncia medidas de reforma agrária que são consideradas inconstitucionais por seus adversários políticos. A direita organizada passa a atacar, através da imprensa principalmente, entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e figuras públicas do governo, como o ministro da Casa Civil Darcy Ribeiro.

O conservadorismo passa a oficialmente relacionar o nome de Goulart ao comunismo no Brasil. Em 19 de março de 1964, dia de São José, grupos conservadores organizam a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. O movimento atrai não só os setores dirigentes, mas principalmente a classe média, assustada pela falta de perspectiva econômica. Aproximadamente 500 mil pessoas marcharam no centro de São Paulo. Ao fim do mês, os militares, puxados por uma intempestiva marcha do General Mourão de Minas Gerais até Brasília, tomam o poder, prendendo e cassando políticos adversários. Em um avião, João Goulart foge com a sua família para o Uruguai. A Câmara dos Deputados cassa o mandato de Goulart no dia 2 de abril e o seu presidente, Ranieri Mazzilli, assume a presidência da república, sob o controle de uma junta militar formada pelo general Artur da Costa e Silva (exército), o almirante Augusto Rademaker (marinha) e o brigadeiro Francisco de Assis Correia Melo (aeronáutica).

Costa e Silva desejava assumir a presidência de Mazzilli, que não tinha força institucional para se manter no poder. Enquanto isso, um corpo de juristas redige, sob o olhar do exército, um Ato Constitucional Provisório, que depois se transformaria em Ato Institucional, para estabelecer as regras do novo regime. O congresso perde forças política e se encerra a estabilidade dos funcionários públicos. Todos os políticos opositores ao regime têm seus mandatos cassados.

No dia 11 de abril, depois de um conciliábulo de governadores e generais destinado a evitar a coroação de Costa e Silva, o general Humberto Alencar Castello Branco foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional, como mandava a Constituição. Prometeu “entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo povo em eleições livres, uma nação coesa”. Em 1967 entregou uma nação dividida a um sucessor eleito por 295 pessoas. (GASPARI, 2014, p.126)

Em 1968, o Brasil já tinha um novo presidente: o general Arthur da Costa e Silva, antigo Ministro do Exército, eleito indiretamente pelo congresso, agora uma instituição bipartidária depois da promulgação do AI2 em outubro de 1965 (os partidos eram a Aliança Renovadora Nacional, ARENA, do governo; e o Movimento Democrático Brasileiro, MDB, a oposição). O país tinha também uma nova Constituição, promulgada em janeiro de 1967 para ampliar os poderes do Executivo e dar caráter legítimo à ditadura. A ascensão de Costa e Silva representava a subida do grupo da linha-dura radicalizada ao poder, e o escanteamento das figuras mais próximas à imagem de Castello Branco, como o futuro presidente Ernesto Geisel. Em 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva promulgou o decreto que seria mais simbólico quanto à manutenção da linha-dura no poder: o Ato Institucional número cinco, o AI-5.

O AI-5 foi aprovado em uma reunião de Costa e Silva com o seu Conselho de Segurança Nacional, que reunia o presidente, o seu vice, lideranças das três forças militares e seu corpo de ministros. “O Conselho sempre fora uma ficção. Suas decisões, sem a chancela do presidente, nada valiam” (GASPARI, 2014). Nesta reunião, Costa e Silva pautara um medo de uma desagregação da dita revolução caso ela não fosse continuada. Isso tudo motivado por um discurso do deputado Márcio Moreira Alves, contrário ao militarismo. Com exceção do vice-presidente Pedro Aleixo, a vontade de Costa e Silva se fez majoritária. No dia seguinte, o Ministro da justiça Luís da Gama e Silva faria um pronunciamento, explicitando as mudanças que o Ato trazia: direito do Conselho de cassar mandatos por 10 anos, extensão da censura à imprensa, música, teatro e cinema e fim do *habeas corpus* para crimes hediondos. O AI-5 ampliou as torturas e perseguições àqueles que discordavam do regime.

Em setembro de 1969, Costa e Silva sofre de um derrame cerebral e fica incapacitado de lidar com a Presidência da República. Não desejosos que o vice-presidente, Pedro Aleixo, assumisse o cargo, uma regência trina, a Junta Governativa

Provisória, foi formada, por militares do alto escalão das três forças. Após uma crise institucional e uma indefinição quanto a melhora do presidente, realizou-se uma eleição indireta entre os generais, o general Emílio Garrastazu Médici derrotou o general da linha-dura Afonso Albuquerque Lima. A passagem de Médici pelo governo foi marcante por um intenso aumento da luta contra as forças de esquerda organizadas (como na crise do Araguaia), pelo súbito crescimento econômico (o dito Milagre Econômico Brasileiro) e por uma volta dos militares castelistas aos cargos decisivos, como Geisel e Golbery, personagens importantes para este estudo.

Geisel assumiu o cargo de Presidente da Petrobras durante o governo Médici. Ao fim do mandato deste, uma conjunção de fatores o levaram a ser considerado como o próximo Presidente, de acordo com Gaspari (2014): era considerado um nome que manteria a integração nacional e contava com o prestígio de seu irmão, Orlando Geisel, Ministro do Exército. Para que isso acontecesse, Orlando minou as chances de Albuquerque Lima tentar novamente a presidência, não garantindo o posto de general de exército e o forçando a se aposentar. Era importante que Ernesto Geisel não fosse um claro opositor do desejo de Médici de ficar mais um ano no poder, o que não aconteceu.

Por fim, em janeiro de 1974, realizou-se uma eleição indireta onde Geisel se sagrou vencedor ante a candidatura de Ulysses Guimarães, do MDB, que, sabendo que não ganharia, usou aquele espaço para reorganizar as forças oposicionistas. Mas o único voto que realmente importava naquela democracia dilacerada era o do presidente Emílio Médici, que acatou a decisão. O mandato de Geisel se iniciou em março daquele ano, sob um discurso de “distensão lenta, segura e gradual” (trecho retirado de um discurso do presidente realizado em agosto) e tendo que, como primeiro desafio, enfrentar os ecos da crise internacional do petróleo, que minavam o crescimento econômico brasileiro, peça principal da popularidade de Médici e do regime militar como um todo.

Outro grande problema aconteceria em novembro de 1974, com as eleições para o parlamento. No que tange aos governadores, eleitos de maneira indireta, Geisel impôs sua vontade e indicou nomes próximos, afastando nomes ligados à linha-dura (como o nome de Paulo Egydio em São Paulo). Nas eleições que escolheriam a nova Câmara dos Deputados e renovariam um terço do Senado, o MDB conquistou resultados impressionantemente positivos: 161 cadeiras na Câmara e 16 das 22 cadeiras disputadas ao Senado. Geisel governaria com uma oposição mais fortificada no congresso.

Um dos principais desafios de Geisel era manter o seu projeto de distensão - confrontado pela linha-dura -, com o seu perfil centralizador no poder executivo. O jornalista Walder de Goés expõe sobre isso:

O presidente centralizador estabelece um sistema centralizado de decisões. No entanto, propõe um projeto de distensão, que ele concebe na forma de um desenvolvimento gradual e integrado - político, econômico e social. Distensão, porém, pressupõe uma descentralização do processo decisório, pede uma fórmula de administração mais aberta e exige articulação real entre o regime e a sociedade. Três ingredientes: o propósito liberalizante, a emergência de problemas novos, a personalidade do estadista. O quadro de situação muda, mas Geisel não muda. Quando muda, com erro de *timing*, os problemas mais se agravam. (GOÉS, 1978, p.21)

A derrota para o MDB no final de 1974 ampliou esse caráter dúbio sobre a distensão. O Centro de Informações do Exército (CIE) tentava ligar a vitória de alguns senadores (Orestes Quécia, em São Paulo e Paulo Brossard, no Rio Grande do Sul, principalmente) ao apoio da militância do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tentando deslegitimar os feitos. A linha-dura usava o CIE para deslegitimar o projeto de distensão de Geisel e do seu Ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva. Em junho de 1975, o CIE lança o “Informe nº 209/S-102-A3”, intitulado “Estudo e Apreciação sobre a Revolução de 64”. Sem autor definido, atacava o suposto descaso com a infiltração comunista no Brasil.

O informe do CIE sustentava que a abertura “já andou demais”, que já era “o momento de envolvê-la em hábil entorpecimento”. Isso seria feito revitalizando-se o uso do AI-5, da censura, e explodindo os partidos. Em seguida, propunha uma suave conspiração, com grupos, chefes e sigilo. Sempre se poderia dizer que o *Informe* não representava a posição do ministro do Exército. Interessava ao chefe do CIE, general Confucio Danton de Paula Avelino, que ele circulasse, pois o distribuiu, rubricando todas as páginas. A Comunidade queria controlar a abertura. Geisel também. (GASPARI, 2014, p.108)

Em 1º de agosto de 1975, um ano após o discurso sobre a distensão, Geisel faz um pronunciamento sobre o mesmo tema. Aponta que haveria uma distorção do conceito de distensão, e que o governo não abriria mão de usar o poder excepcional que lhe dispõe. Esse discurso ficara conhecido como o “discurso da pá de cal”, por amenizar os ânimos

dos que esperavam uma maior abertura política no governo de Geisel. Essa revisão de postura por parte do general seria a porta de abertura para uma maior agitação dos órgãos repressivos, culminando no episódio que veio a marcar este estudo: a morte de Vladimir Herzog.

2.2 O radar captura Vlado

Após as mortes de guerrilheiros como Carlos Lamarca e Carlos Marighella, além das batalhas travadas no Araguaia, a ditadura passou a ter como alvo principal o Partido Comunista Brasileiro. O PCB havia comprado a tese de que a luta armada não era a solução, e tentava desafiar o regime infiltrando-se nas vias institucionais e no movimento de massas, apoiando o MDB. A vitória da oposição em 1974 fez com que o regime pensasse que algumas vitórias estavam diretamente relacionadas à militância comunista. Inicia-se a Operação Radar, que teve como maiores vitórias em suas primeiras ações o fechamento de uma gráfica responsável pelo “Voz Operária” (jornal clandestino oficial do PCB) e a prisão de Marco Antônio Coelho, Deputado Federal caçado em 1964 e dirigente clandestino do Partido.

Os interrogadores do DOI estavam obstinadamente interessados em remontar a rede de entendimentos do PCB com a oposição legal. Essa conduta significava uma reviravolta na metodologia da repressão. Enquanto lidava com organizações de esquerda armada compostas de quadros clandestinos, naturalmente voltadas para dentro, a máquina policial buscava o desmantelamento do aparelho, eviscerando-o. Esse mesmo procedimento dera-se em todas as ofensivas anteriores contra o partido. Tratara-se de implodir a organização. Agora pretendiam explodi-la. Queriam atingir os políticos que tinham contato com os comunistas. Não se queria neutralizar o PCB. Pelo contrário, desejava-se propagar sua importância, transformando-a num favor de contágio. (GASPARI, 2014, p.25)

A Radar avança sob a capital paulista, prendendo 38 suspeitos de atividades comunistas no DOPS. Em 1975, como conta Dantas (2012), ocorrem as eleições para a direção do Sindicato dos Jornalistas do Estado de S.Paulo, onde o Movimento de Fortalecimento Sindical (MFS) sai vitorioso. Os órgãos de repressão acompanham de perto a vitória, e emitem um documento interno, a Súmula de Informações nº016/75, classificando o grupo como norteado por valores subversivos. A suspeita de que há

comunistas infiltrados na imprensa cresce, passando a haver forte monitoramento das figuras presentes nas redações e possíveis organizações das quais elas eram filiadas. Em julho de 1975, o jornalista Fausto Rocha realiza um discurso em uma cerimônia oficial do exército onde aponta estar em choque com a infiltração comunista e com o fato de os jornais não estarem falando sobre isso. O general Ednardo d'Ávila Mello, chefe do II Exército, estava presente e também falou, sobre a necessidade de se fortalecer os órgãos de segurança.

O discurso da “pá de cal”, no primeiro dia de agosto, permitiu o início uma ofensiva direta contra jornalistas suspeitos de serem ligados ao PCB. Um deles era Paulo Markun, jovem de 23 anos que trabalhava na TV Cultura. Markun possuía ligações com o PCB desde os seus anos como secundarista e foi preso junto com a esposa, Diléa Frate, também jornalista. Ambos foram torturados. MARKUN (2005) como conta em seu livro, revela o nome de onze integrantes do Partido, incluindo o seu chefe na TV Cultura: Vladimir Herzog. Durante os interrogatórios, Diléa conseguiu convencer os agentes a deixarem ela e Paulo saírem para ver o batizado da filha, Ana, recém-nascida. No caminho entre a igreja e a recepção de comemoração do batizado, Markun conseguiu passar para o seu pai os nomes que ele deixou vazar, pedindo para que os alertasse. Ao fim da noite, Markun e Diléa foram encaminhados novamente à prisão no DOI-CODI.

Na mesma noite, o pai de Markun corre atrás de Vlado para noticiá-lo. Vlado dissimula, desconfiado, dizendo que não sabe do que se trata. Dois homens foram até a casa de Vlado procurar por ele, com a suposta intenção de contratá-lo para serviços de foto e filmagem de um casamento. Quem os recebe é Clarice, que informa que o marido não trabalha com este tipo de serviço, mas acaba indicando que ele estaria naquele momento na TV Cultura. Os homens se deslocam até a emissora. Lá, se apresentaram como agentes do DOI-CODI, e que estavam ali para levá-lo. Um colega de redação insiste que Vlado não poderia sair sem dar as informações necessárias para o fechamento da edição do dia seguinte. Vlado acaba ficando até as onze horas da noite, e os agentes o deixam ir para casa, desde que se apresente no outro dia, pontualmente às oito da manhã, na sede do DOI-CODI.

Vlado se apresenta no dia seguinte e é interrogado, sob tortura. É forçado a assinar uma confissão de próprio punho que, supõem-se, acabou rasgando em pedaços em um surto de fúria. No outro dia, um grupo de jornalistas presos - incluindo Paulo Markun - é chamado para escrever um perfil psicológico de Vlado. Após a tarefa cumprida, são

informados de que Vladimir Herzog se suicidara na prisão, após não resistir à dor de ter entregado seus companheiros comunistas em interrogatório.

Vlado Herzog nasceu em Osijek, na Iugoslávia, em 1937. Filho de judeus, ele teve que fugir da perseguição nazista na Segunda Guerra Mundial, primeiramente para a Itália, depois para o Brasil, onde adotaria um nome mais “brasileiro”, Vladimir. Em 1959, se formou em Filosofia, na Universidade de São Paulo. No mesmo ano, iniciava seu primeiro trabalho como jornalista, no “Estado de S.Paulo”. No início dos anos 60, conheceu e se casou com Clarice Chaves, sua esposa até a sua derradeira morte. O golpe militar de 1964 faz com que ambos cogitem a saída do país, o que acaba ocorrendo em 1966, quando Vlado é contratado para apresentar e produzir o serviço brasileiro da BBC, em Londres, Inglaterra.

Lá Vlado trabalharia com dois antigos colegas de “Estado”, Nemércio Nogueira e Fernando Pacheco Jordão. Em Londres também o casal Vladimir-Clarice geraria seus dois filhos, Ivo e André. Uma inquietação acomete o casal, que deseja retornar ao país originário, em pleno período da instauração do AI-5, em 1968. Vlado conseguiria uma carta-compromisso da TV Cultura, prometendo contratá-lo assim que voltasse. O acordo não foi honrado e Vlado acabou trabalhando para a revista “Visão”, onde desenvolveria uma reportagem sobre o papel da televisão educativa no Brasil. Em 1973, Fernando Pacheco Jordão chega à direção de jornalismo da TV Cultura e contrata Vlado para assumir o posto de editor.

Juntos, eles criam o “Hora da Notícia”, telejornal diário exibido na emissora, que se destaca pela linguagem que privilegia o depoimento popular e por um viés mais informativo, ao invés da mera propaganda governamental. A nova postura da emissora incomoda o então governado Laudo Natel, e o recém contratado presidente da Fundação Padre Anchieta, Antônio Guimarães Ferri. Jordão é demitido e Walter Sampaio assume o seu lugar, impondo uma linha editorial bem mais conservadora. Aos poucos, todos os membros da redação do “Hora” vão sendo demitidos, incluindo Vlado. Vlado passa a trabalhar para o jornal “Opinião”, e a planejar a um documentário sobre os sobreviventes da guerra de canudos, no interior da Bahia.

Os planos de trabalhar com cinema são barrados pela suposta abertura política de Geisel. O novo governador, Paulo Egydio, deseja reformar a TV Cultura, com péssimos índices de audiência durante a gestão de Walter Sampaio. O novo presidente da Fundação Padre Anchieta, José Mindlim, recontrata Vlado, agora com um cargo maior: o de diretor de jornalismo da TV Cultura.

A TV Cultura, da qual fora expelido havia menos de um ano, o queria de volta, dessa vez para dirigir o Departamento de Jornalismo. O convite tinha o sabor de uma reparação, e talvez por isso, era irrecusável. Ao aceitá-lo, Herzog saiu do sonho de fazer cinema e, menos de dois meses depois, entrou num pesadelo. O caminho que escolhera não tinha volta. (DANTAS, 2012, p.69)

Sob a administração de Vlado, a TV Cultura volta à linha editorial adotada por Jordão, com avanços ainda mais acentuados. Isso rende críticas e perseguições por parte da imprensa especializada, principalmente do jornalista Cláudio Marques, ligado aos setores conservadores da sociedade. O jornalismo da Cultura também sofre ataques de deputados estaduais governistas, como Wadih Helou e José Maria Marin.

A versão oficial de que Vlado haveria se suicidado foi contestada desde o início. O general Golbery e o governador Paulo Egydio, ao saberem da notícia, se mostraram espantados. O velório, no Hospital Albert Einstein foi apressado pelos órgãos de segurança. O enterro também, a ponto de que a mãe de Vlado, Zora, quase não consegue chegar a tempo de ver o caixão ser baixado. A Congregação Israelita Paulista decide enterrar Vlado na vala dos comuns, e não na vala dos suicidas, como se espera na tradição judaica. O II Exército emite uma nota em que confirma a tese do suicídio, em resposta a uma outra nota emitida pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo no dia da morte de Vlado, cobrando esclarecimentos.

Protestos oficiais contra a morte de Vlado começam a aparecer, seja por órgãos representativos da categoria jornalística, no Brasil e no mundo, seja pela manifestação de congressistas em Brasília, como o Senador Franco Montoro (MDB-SP). A morte de Vlado põe, na capital federal, o general Sylvio Frota, ministro do exército e chefe da linha-dura, em colisão com o Presidente Geisel, pelo fato deste primeiro querer tomar medidas mais enérgicas quanto às ações do Senador Montoro. Enquanto isso, em São Paulo, o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e a diretoria do Sindicato organizam um culto ecumênico em memória à Vlado, em frente à Igreja da Sé.

O culto foi ministrado pelo próprio Cardeal, pelo Pastor Presbiteriano Jaime Wright e pelo Rabino Henry Sobel. Em torno de oito mil pessoas estiveram no evento, em tom de protesto e marcado por uma enorme tensão pela presença de enorme força policial. No mesmo dia, o Presidente Geisel visita São Paulo, com o interesse de apoiar publicamente a imagem do Governador Paulo Egydio, e corrigir “a indisciplina que se

avolumava entre os militares extremistas do II Exército, ligados ao general Frota” (DANTAS, 2012, p.321).

Um Inquérito Policial Militar (IPM) se instalou com o objetivo de se confirmar a tese do suicídio, contestada pela imensa maioria da opinião pública. O IPM foi extremamente questionável em suas ações, fazendo uso de fraudes e distorcendo o sentido de depoimentos. Seu resultado foi publicado em 19 de dezembro de 1975, e manteve a tese do suicídio. O documento foi questionado publicamente pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e judicialmente pela viúva, Clarice Herzog, em um processo que durara três anos.

Em 1978 Clarice consegue que a União seja responsabilizada publicamente pela prisão, tortura e morte de Herzog, em sentença decretada pelo juiz Márcio José de Moraes. Trinta e cinco anos mais tarde, em 2013, um novo atestado de óbito é emitido para Vlado Herzog, alterando de vez a versão de que ele teria se matado. No momento em que este texto está sendo escrito, corre na Corte Interamericana de Direitos Humanos um processo sobre o caso. Clarice e Ivo Herzog moram em São Paulo, onde administram o Instituto Vladimir Herzog, instituição que promove o debate sobre os direitos humanos e a liberdade de imprensa no Brasil. André Herzog reside nos Estados Unidos.

3 . O MÉTODO

Como já citado no capítulo introdutório deste trabalho, a perspectiva dialética, sob a ótica do materialismo-histórico, é a maneira mais apropriada para se compreender o mundo, e a história. Esse método será o estabelecido para se realizar a análise, quando confrontaremos a tese aqui apresentada, com uma antítese, com o objetivo de se formular a síntese que dará conclusão a esta empreitada teórica.

Mas a extração desta antítese passa por uma análise criteriosa dos *corpus*, os variados instrumentos que fornecerão o objeto deste estudo. O termo “variados” aqui não é usado por mero acaso: uma das principais dificuldades desta análise é a extensa variabilidade dos objetos, apresentados de diferentes fontes e diferentes formas. Era necessária, antes, um caminho metodológico prévio que contemplasse todos os *corpus*, a fim de retirar os materiais necessários para que realizemos o nosso estudo dialético.

Mas que *corpus* é esse? Seleccionamos duas fontes que podem fornecer conhecimentos sobre o papel do jornalismo na morte de Herzog. Em primeiro lugar, biografias, livros-reportagem que recontam tanto a vida de Vlado quanto o fatal episódio de sua morte. E, por último, scripts e trechos do “Hora da Notícia”, telejornal pelo qual Herzog se envolveu diretamente nas suas duas curtas passagens pela TV Cultura. As razões pelo qual escolhemos essas duas fontes e as suas especificidades (como, por exemplo, por que o uso de um livro e não o outro no caso das biografias) será detalhado nos itens reservados a cada uma dessas formas. Precisamos aqui responder o que liga essas três distintas fontes, que caminho metodológico extrairia respostas mais próximas possíveis de serem consideradas equiparadas e coerentes para seguirmos à análise final?

A perspectiva aqui adotada é a do documento. Ora, se este é um trabalho que se pretende contribuir para os estudos em história da comunicação, analisar os objetos sob uma perspectiva histórica se faz necessário. Biografias, relatórios de entrevista, scripts antigos de telejornais, são documentos, registros escritos que permitem, através de uma metodologia adequada, reconstruir a história. André Cellard, autor aqui usado como fonte para essa construção metodológica, define documento da seguinte maneira:

De fato, tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou “fonte”, como é mais comum dizer atualmente. Pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho,

registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc. No limite, poder-se-ia até qualificar de “documento” um relatório de entrevista, ou anotações feitas durante uma observação, e etc. (CELLARD, p.267, 2010)

Segundo o próprio Cellard (2010), o método consiste em, ao captar um documento, analisá-lo em quatro partes diferentes, a fim de captar a essência do que ali está: o “contexto”; o “autor (ou os autores)”; a “autenticidade, a confiabilidade e a natureza do texto” e os “conceitos-chave e as lógicas internas do documento”. Após definidos esses cinco elementos, o pesquisador parte para a análise, onde ele vai tirar as conclusões a partir das cinco partes antes separadas, como linhas auxiliares.

O pesquisador poderá, assim, fornecer uma interpretação coerente, tendo em conta a temática ou o questionamento inicial. Como em todo procedimento que levou o pesquisador até a análise, a abordagem permanece tanto indutiva quanto dedutiva. De fato, as duas se conjugam. Assim, a escolha de pistas documentais apresentadas no leque que é oferecido ao pesquisador, deve ser feita à luz do questionamento inicial. (CELLARD, p.303, 2010)

Logo, ao selecionarmos os trechos das biografias, ou mesmo extrair informações dos scripts telejornalísticos, a pergunta matriz que guia esse trabalho deve estar sempre posicionada como um norte para a análise: queremos descobrir o papel da atuação de Vladimir Herzog no jornalismo da TV Cultura no drástico enredo de sua morte. Encontrar diferentes posicionamentos para essa questão é essencial para o desenvolvimento da análise dialética posterior.

Antes de passarmos para os objetos, vamos dissecar um pouco as seis partes de Análise Documental. O “contexto” se refere a realizar uma série de apontamentos sobre o ambiente histórico, social, geográfico, econômico e político em que determinado documento foi elaborado. “O exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado, é primordial, em todas as etapas de uma análise documental” (CELLARD, p.299, 2010).

A parte que analisa “o autor ou os autores” se refere não somente a analisar e descrever quem foi o indivíduo ou grupo que redigiu aquele texto, mas também estudar em nome de quem ou do que esse autor fala, configurando aqui também em uma análise dos interesses postos e das relações de influência na produção do documento. O setor de “autenticidade, confiabilidade e natureza do texto” dialoga também com essa parte, uma

vez que é necessário elencar qual o grau de envolvimento para se concluir se houve afastamento de todo e qualquer envolvimento do autor com o objeto do documento ou se sua atuação foi influenciada diretamente. Ter uma real compreensão do autor e do seu papel com o documento nos ajuda a responder perguntas como se os autores:

Foram testemunhas diretas ou indiretas do que eles relatam? Quanto tempo decorreu entre o acontecimento e a sua descrição? Eles reportaram as falas de alguma outra pessoa? Eles poderiam estar enganados? Eles estavam em posição de fazer esta ou aquela observação, de estabelecer tal julgamento? (CELLARD, p.301, 2010)

Estudar a “natureza do texto” se refere à estudar o tipo de documento inserido, qual a fonte que ele surge para se adaptar ao contexto analisado anteriormente. Esse aspecto se coloca no meio termo entre o contexto e a autenticidade, pois aqui cabe considerar que existe sim um viés tendencioso em todo e qualquer texto, e o seu local de origem (e aqui não me refiro apenas à perspectiva geográfica) é o que denota isso.

A última das quatro partes, e talvez a mais importante para a análise, é a de expressar os “conceitos-chaves e a lógica interna do texto”, onde se mapeiam quais as temáticas principais que cercam o texto. “Certamente, o trabalho de análise preliminar não poderia estar tão completo e, por tanto tempo, que o pesquisador não tivesse o sentimento de ter compreendido satisfatoriamente o sentido dos termos empregados pelo autor ou os autores de um texto” (CELLARD, p.302-303, 2010). No caso do nosso trabalho, há uma relação de causa e consequência aqui posta, pois os conceitos-chave devem ser congruentes nos diferentes documentos. É daqui que extrairemos os termos para a nossa análise posterior.

Após lidos esses aspectos, passa-se à análise, que é o texto final, onde se concentra as principais informações e conclusões a serem percebidas pelo texto. O principal papel aqui é o de unir fatos que antes estavam desconexos, fragmentos, para se descobrir as realidades que ficam ocultas nas diferentes formas de documento. No caso particular do nosso estudo, a análise acompanhará de um resumo dos trechos extraídos da biografia, pela pouca praticidade de reproduzi-los. De novo, o grau de variedade dos objetos estudados necessita de um método que una esses diferentes fractais. A leitura atenta, detalhada e contextualizada dos documentos é o que cumprirá essa função.

A fim de estabelecer essas ligações e de constituir configurações significativas, é importante extrair os elementos pertinentes do texto, compará-los com outros elementos contidos no *corpus* documental. A maioria dos metodologistas concorda em dizer que é a leitura repetida que permite, finalmente, tomar consciência das similitudes, relações e diferenças capazes de levar a uma reconstrução admissível e confiável. As combinações possíveis entre os diferentes elementos contidos nas fontes estabelecem-se em relação ao contexto, à problemática, ou ao quadro teórico, mas também, deve-se admiti-lo, em função da própria personalidade do pesquisador, de sua posição teórica ou ideológica (CELLARD, p.304, 2010)

3.1 As biografias

O livro-reportagem de cunho biográfico é uma das fontes de informação mais acessíveis para casos históricos, como o de Vladimir Herzog. Dentro da sua construção, existe, ao mesmo tempo, o resgate de dados e informações históricas necessárias e, às vezes, inéditas, para se compreender a situação juntamente com o recorte dado pelo autor, o seu envolvimento com o objeto retratado. Nos casos que serão aqui utilizados, todos os autores tem um envolvimento direto e relevante com o caso.

O livro “Teoria da Biografia sem Fim”, de Felipe Pena, foi aqui utilizado para uma maior compreensão do fenômeno da biografia e de seus impasses e dilemas na contemporaneidade. O autor estabelece uma relação da temática com certa interdisciplinariedade entre a história e o jornalismo, paralelo interessante por contemplar essa pesquisa. O dilema das subjetividades presentes em toda a forma de autoria, precedendo o mito da isenção científica, reforça que a compreensão do autor e do seu contexto é a base para uma boa análise.

Na análise do objeto biográfico (e autobiográfico), Lejeune propõe o pacto referencial, onde estão definições do campo do real e enunciados sobre modalidades e níveis de semelhança a serem elaborados pelo texto. O conceito de semelhança está ligado à fidelidade desse texto ao modelo extradiegético e suas significações, diferente do conceito de identidade, definido a partir das concepções sobre autor, narrador e personagem. (PENA, p.52, 2004)

Pena aposta na teoria dos fractais, onde a linha temporal é menos importante do que a reconstrução das diversas facetas do biografado. A linha temporal tradicional parte da tentativa de pensarmos no tempo como um conceito sólido, imutável, mas esse tempo

é relativo. Essa relatividade não se refere apenas à relatividade física, de Einstein, mas Pena ainda cita paralelos como a espera na sala de morte com a espera por sua noiva no aeroporto. Em resumo: a percepção do tempo é relativa, logo, sempre daremos mais destaque à determinados aspectos temporais da vida de uma pessoa do que outros, não permitindo que isso se dê em uma construção linear.

Ao dialogar com a obra do sociólogo francês Pierre Bordieu, Pena estabelece que há uma relação ilusória entre o biógrafo e o leitor, ao construir a ideia de que a história será apresentada com um início, meio, e fim. Boa parte do “engano” existente nessa ilusão é a de que a história do biografado tem um sentido específico, como se ela tivesse sido escrita e pré-determinada. Isso dá um sentido à todo e qualquer aspecto da vida do biografado, gerando a sensação de que cada passo dado possui uma relação de causa-consequência.

Para Bordieu, o biógrafo é cúmplice desta ilusão. Ele tenta satisfazer o leitor tradicional, que espera dele uma suposta verdade, uma suposta realidade. Mas o máximo que a biografia pode oferecer é uma reconstrução, um efeito de real. O biógrafo é o responsável pela criação artificial de sentido, já que tem interesse em aceitar a coerência da existência narrada, pois seu discurso baseia-se na preocupação de “tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito e causa eficiente ao final”. (PENA, p.20, 2004)

Os três livros aqui selecionados correspondem à alguns critérios básicos, todos relacionados à semelhanças e diferenças entre si que permitissem uma maior qualidade na análise, uma análise que tivesse um caráter complementar entre si. Os três livros precisavam abordar a situação da morte de Herzog, contextualizada à sua vida naquele momento e também com aspectos da sua vida como um todo, para uma maior compreensão do personagem. Eles também deveriam pontuar, como parte central ou ao menos muito importante do texto, o questionamento que rege essa pesquisa: Herzog foi morto por sua atuação como jornalista ou como militante comunista? Assim sendo, estudar relatos provindos das biografias que abordem o “Hora da Notícia” e a Operação Radar se faz parte essencial deste trabalho.

Um terceiro critério é a diferença na temporalidade, no período em que os livros foram escritos. Selecionamos três livros: um contemporâneo ao ocorrido, lançado ao final

dos anos 70, outro, de 2005, presente na contemporaneidade, mas anterior ao estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade em 2011, que simbolizou uma reabertura de documentos que possibilita um novo nível de produção. Já o terceiro, de 2012, já se insere em uma nova realidade de abertura documental. O primeiro livro possui um autor mais próximo, física e emocionalmente do ocorrido. O último, um autor mais distante, porém, com acesso a muito mais documentos. Já o de 2005 se enquadra em uma lógica intermediária, contando, inclusive, com uma presença muito maior de relatos individuais do autor, cruzando a sua história a de Vlado.

A temporalidade, além de ser essencial pelas questões específicas ao trabalho citadas acima, também é, no geral, um recurso importante para a análise. Pena trabalha isso ao falar do conceito do esquecimento, para ele, essencial no entendimento da memória. O pesquisador pede que não se criem relações antagônicas entre memória e esquecimento, já que são conceitos necessários para a construção do presente. Por exemplo, ele cita que “no mundo dos megabytes, nunca foi tão fácil armazenar memória, entretanto, a amnésia nunca esteve tão presente” (PENA, p.20, 2004). Um pouco mais adiante, o autor afirma que não é papel do autor substituir o que falta na memória das pessoas, rememorá-las, já que seu próprio texto também possuirá lacunas causadas pelo esquecimento, pela sua própria percepção do ocorrido. Logo o esquecimento, como uma espécie de “devorador” da memória está, na verdade, moldando o que se percebe como verdade. Assim, o distanciamento temporal das obras não só permite, como citado no início desse parágrafo, o tratamento do que é caro à este caso, mas também a análise de realidades distintas, mesmo tratando-se da mesma temática.

Ao mesmo tempo em que o computador é capaz de, quase instantaneamente, fornecer ao editor de um jornal tudo que já foi publicado sobre determinado assunto, a diversidade das fontes torna o resultado final pouco confiável. Ao multiplicar as possibilidades, a informática multiplica também os riscos. E mesmo quando a fonte é testemunhal, é preciso estar atento aos interesses e pressupostos que a norteiam (PENA, p.47, 204)

Ao todo, foram extraídas 43 páginas, em formato A4 e com fonte em Arial, tamanho 12, de trechos das três biografias que abordassem pontos que nos ajudassem a responder a pergunta que norteia este trabalho. Realizaremos uma Análise Documental em separado de cada uma das três biografias, com base nos itens apontados por Cellard.

3.1.1 “Dossiê Herzog”, de Fernando Jordão

Contexto

Lançado em 1979, quatro anos após o ocorrido, o livro tem um aspecto de reportagem, com um afastamento maior do autor em relação ao objeto, e um maior interesse em mostrar precisão nas asserções. Em 1979, o General João Baptista Figueiredo assumia a presidência da república, iniciando um longo mandato de seis anos que seria marcado como o último mandato entre os militares. A década de 80, que se anunciava, seria uma década de redescoberta política, e de abertura cultural. Fenômenos como a “Democracia Corinthiana” e o nascimento de uma escola brasileira de *rock’n’roll* são categóricos nesse sentido. Entretanto, mesmo com um processo de reabertura instalado, o processo ditatorial ainda estava fortificado nos aparelhos, tornando difícil o acesso à documentos. Fernando Jordão demonstra situações das quais ele foi testemunha, relatos de testemunhas e, principalmente, citações em jornais, com poucos documentos oficiais emitidos pelo governo. Logo, aqui o contexto se mostra uma dificuldade posta na produção do material, mas também abre espaço para o seu pioneirismo.

O autor

Fernando Pacheco Jordão escreveu o texto como jornalista contratado pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo. Mas, além disso, Jordão tem uma importante trajetória no jornalismo que cruza constantemente com a de Vlado Herzog. Iniciou-se na profissão em 1957, trabalhando para as rádios Nacional, Excelsior e para a própria Rádio Cultura. Em 1964, é enviado para Londres, para trabalhar na BBC.¹ Em 1966, Vlado recebe o mesmo convite e passa a formar dupla com Fernando. Ambos se tornam apresentadores do serviço brasileiro da BBC. A amizade desenvolvida pelas duas famílias é descrita por Audálio Dantas:

A amizade que os unia ao casal Fernando e Fátima Pacheco Jordão facilitou a vida de todos. Moravam em apartamentos vizinhos e tinham um automóvel comprado em sociedade. Se um dos casais saía de férias, deixava os filhos aos cuidados do outro. (DANTAS, 2012, p.53)

Em 1968, Vlado recebe uma carta-compromisso de contratação na TV Cultura. A partir de 1972, quem estava na direção de jornalismo da emissora era o amigo Fernando,

já retornado de Londres. Assim como Vlado posteriormente, “Jordão empenhava-se em fazer com que o jornalismo da TV Cultura desse um salto de qualidade, saindo da acomodação dos boletins recheados de releases [comunicados à imprensa] oficiais para novos formatos, com foco na notícia, na informação.” (DANTAS, 2012, p.63). Vlado seria o editor do jornal criado por Jordão como carro-chefe da emissora, o “Hora da Notícia”.

Fernando sairia da TV Cultura, em 1974, justamente por sua tentativa de inovação, sendo demitido pelo diretor da Fundação Padre Anchieta, Antônio Guimarães Ferri, declaradamente por pressões do II Exército (DANTAS, 2012). Vlado seria demitido pouco tempo depois.

Após a morte de Vlado, Fernando Pacheco Jordão escreveu uma histórica reportagem para o jornal “Unidade”, órgão do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, denunciando a farsa do suicídio anunciada pelo II Exército. Essa matéria seria base para o seu livro-reportagem, o “Dossiê Herzog”. Em sua carreira, ainda teria passagens relevantes por veículos como a TV Globo, onde ele chegou a editar o “Jornal Nacional” e o “Globo Repórter” na segunda metade da década de 1970. Nos anos 80, foi correspondente na Europa para as revistas “IstoÉ” e “Veja”.

O Instituto Vladimir Herzog premia jovens jornalistas desde 2009 com o “Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão”. O prêmio tem como mentores relevantes nomes do jornalismo brasileiro, como Paulo Markun, Audálio Dantas, José Hamilton Ribeiro, Soninha Francine e Dárcio Ntrini.

Autenticidade, confiabilidade e a natureza do texto

O livro já foi editado seis vezes e permanece atual, tanto é que é utilizado e citado por outras importantes obras que lidam com o caso, como “Meu Querido Vlado”, de Paulo Markun e “As Duas Guerras De Vlado Herzog”, de Audálio Dantas. Pelos reconhecidos trabalhos de Fernando Jordão em outros veículos de comunicação, além de sua próxima relação com o personagem principal do episódio, o grau de confiabilidade do texto é elevado.

Os documentos são também reproduzidos em outras obras, elevando também a autenticidade. Como ponto negativo, podemos citar que todos os documentos e matérias jornalísticas trazidas pelo autor são digitadas por ele mesmo, sem nenhuma reprodução em fotocópia, salvo, como exceções, a carta de confissão feita por Vlado, pouco antes de

morrer e a intimação para que Clarice Herzog comparecesse à depor. Como adendo, temos seis reproduções fotográficas, que corroboram para citações do autor.

Conceitos-chave e a estrutura lógica do texto

O texto é escrito com grafia antiquada, correspondente à antigos artigos-ortográficos. Denotando personalidade, o autor chamava o personagem principal de “Vlado”, seu nome de nativo, e não pelo nome em que ficou conhecido nacionalmente, Vladimir. A linguagem flerta bem mais com o jornalismo do que com a literatura, claramente objetiva e com o objetivo de desvendar e expôr os responsáveis pela morte de Vlado. Nos pontos em que a história o encontra, Fernando Jordão prefere referir-se como “o autor”, ao invés de citar o próprio nome na terceira pessoa, mas essas passagens são rápidas, não dando a real dimensão do envolvimento do autor com a história.

O texto costura, juntamente à voz do narrador, com a reprodução de documentos e trechos de diálogos que corroboram com a narrativa posta. Um ponto importante: a narrativa não é linear, começando do ponto da morte de Vladimir Herzog, tendo a parte biográfica e contextual no meio e terminando com as consequências e investigações.

Esse formato, essa estrutura lógica acrescenta à vertente de que o texto tem uma construção mais jornalística, pois essa estrutura é semelhante à do lide: inicia-se pelo fato, pelo mote que motiva a reportagem e se dá continuidade através da contextualização para, ao fim, se acrescentarem informações complementares. Isto não anula o texto como caráter biográfico, já que o estudo das biografias constantemente apresenta congruências em todo o seu corpo analítico com os estudos de jornalismo, fato corroborado pelo próprios estudos de Felipe Pena aqui mostrados.

As informações aqui analisadas se concentram mais ao centro do texto, pois o autor manteve a questão das causas que levaram os militares à prender e, posteriormente, matar Herzog está na contextualização, nesse “grande parênteses” que o texto estabelece entre o fato que parece ser priorizado com o mais relevante, no caso, a morte em si. Das suas 223 páginas, foram extraídos trechos relativos ao tema dessa pesquisa que ocuparam 10 páginas.

Análise

Como já citado, o texto aborda a parte que interessa à pesquisa como um “grande parênteses”, uma contextualização para abordar, jornalisticamente, a morte de Herzog, o grande foco do trabalho. Por não seguir a ordem cronológica, o texto começa justamente

após a morte, em processos que “levaram Vlado a passar, em dois meses, de ‘agente da KGB’ a ‘militante cujo depoimento não tinha a maior importância’, no curso dos acontecimentos que se seguiram à sua morte” (JORDÃO, 1980, p.88).

A primeira tentativa do regime era a de mostrar Vlado como uma peça relevante e central para o comunismo no Brasil. O livro deixa isso claro em uma nota divulgada pelo General Figueiredo, então presidente do Serviço Nacional de Informações (SNI), no dia 29 de outubro de 1975, quatro dias após o ocorrido. O texto novamente reforça a tese do suicídio, apontando que a morte se deu pelo fato de o jornalista era não só um ideólogo comunista, mas um ativista, e que se matara para evitar as represálias do partido por ter confessado seus crimes. Ainda termina questionando se Herzog não teria se matado para esconder segredos maiores que não queria revelar. Ao gerar essa dúvida, o regime defende a tese de que ele era relevante e perigoso.

O regime tentou achar na passagem de Vlado em Londres comprovação para a sua manutenção como perigoso comunista, sem achar provas definitivas que entrassem no laudo do IPM. No próprio julgamento, o jornalista Randolpho Marques Lobato afirma que, em 1963, o “Estado de S.Paulo” havia expurgado jornalistas marxistas, inclusive Vlado. O jornal emite uma nota desmentindo o ocorrido. Para o autor, esses dois episódios marcam o fim da tentativa de marcar Herzog como relevantemente perigoso.

Passa-se então à tese de que ele seria mentalmente perturbado. O depoimento de Clarice Herzog confirma que a letra da confissão é a de Vlado, mas alega que a linguagem e o conteúdo não parecem ser de sua criação. Essa última parte só entrou no relatório pelos protestos da viúva. No depoimento de Zora Herzog, mãe da vítima, outra distorção:

Dona Zora Herzog, mãe de Vlado, declarou no IPM que, ao saber da notícia da morte do filho, teve vontade de morrer. O procurador ditou para o escrivão ‘Que a depoente declara que naquele momento sentiu vontade de suicidar-se também’. Dona Zora protestou, indignada. E desta vez, era tão escandalosa a deturpação, que o General Cerqueira Lima interferiu para observar a Durval que realmente a mãe de Vlado não fizera aquela declaração. (JORDÃO, 1980, pg 108)

Em entrevista ao Jornal da Tarde, o general Ednardo de Mello, então comandante do II Exército, declara que a morte é banal, como qualquer morte da prisão. Ainda afirma que Vlado não seria um preso político comum, e sim um “comunista daqueles”. A tese da

militância radical e da relevância da atuação de Herzog nela segue forte mesmo depois de três anos do ocorrido.

O autor reproduz o questionário com 37 perguntas realizados pelo Doi-Codi aos seus prisioneiros identificados como comunistas. Absolutamente todas se referem à organização comunista que o questionado se enquadra, seu funcionamento, táticas, organogramas, supostos rachas e etc. O item 36 do questionário demonstra uma insegurança com as próprias forças armadas, ao questionar:

Descreva, mesmo se ouviu dizer, a forma pela qual a organização tem se utilizado das instituições sociais legais em proveito de suas atividades subversivas. Como é feita esta ligação? Quem é o encarregado de fazer? Com quais elementos? a) Da Igreja? b) Com políticos? c) Com sindicatos? d) Com Universidades e escolas? e) Com militares das Forças Armadas e das Polícias Militares (PM)? Com o poder Judiciário (advogados)? (JORDÃO, p.147, 1980)

A intenção dos militares presentes no DOI-CODI naquele 25 de outubro era atestar a relação de Vlado com o PCB. Era isso que estava presente na sua confissão, reconstruída dos vários pedaços após ser rasgada. De acordo com o autor, citando palavras de Rodolfo Konder, foram solicitados aos jornalistas presos que pedissem à Herzog que “confessasse tudo”. Mas Fernando Jordão, a partir de aqui, começa a tratar também da perseguição aos jornalistas, essencial para a nossa análise. As subseqüentes prisões à jornalistas eram tratadas pelo regime não como uma caça à profissão, mas sim como uma caça a uma suposta infiltração comunista nas redações. As prisões vinham em conjunto com uma referida perseguição que a administração de Vlado sofria, sob a justificativa de se estar implantando conteúdo de cunho subversivo na emissora pública.

Fernando Jordão aqui cita Cláudio Marques, o principal detrator de Vladimir Herzog. Marques é apresentado pelo autor como diretor do Diário Comércio & Indústria e dono do espaço “Coluna Um” em jornais dominicais Shopping News e City News, além de aparecer em dez minutos diários na TV Bandeirantes, custeados pela empresa de Adolpho Lindeberg, um dos líderes do grupo conservador Tradição, Família e Propriedade. Aqui, Jordão usa Marques como trecho introdutório para mostrar a promíscua relação de jornalistas com o regime, sendo agitadores úteis aos interesses da linha-dura.

Cláudio Marques sempre cultivou relações com os poderosos do momento e sempre utilizou suas colunas de jornal e seu espaço na televisão como um lucrativo balcão de negócios que, em poucos anos, lhe rendeu um palacete no Morumbi, o bairro da gente rica de São Paulo, um Mercedes Benz e considerável fortuna (...) Suas ligações com os órgãos de segurança eram notórias e alardeadas por ele mesmo. Prova disso é que, em sua coluna no jornal Shopping News, edição do dia 26 de outubro, domingo, um dia após a morte de Vlado, Claudio Marques registrava as prisões do fim de semana e cinicamente ironizava, ao falar em “novos hóspedes do Tutóia Hilton”. O jornalista com certeza foi informado das prisões do fim de semana com antecedência, pois é sabido que escrevia sua coluna na 6ª feira. (JORDÃO, p.168, 1980)

Jordão afirma categoricamente: os jornalistas com apoio da linha-dura serviam de agitadores, cochichando dentro das redações para semear o terror, causas pânico nos colegas de redação que poderiam estar envolvidos com os comunistas. O próprio general Ednardo, em discurso em homenagem ao Dia da Imprensa, enalteceu importância dos jornalistas que ali trabalhavam e que eram leais. O general ainda completa, afirmando que uma imprensa má levará à destruição da nação.

O próprio autor faz as perguntas que, em boa parte, norteiam este trabalho. Ele questiona por que Vlado era tão visado, quais as razões para tamanha perseguição. A resposta vem com um tracejado de retrospecto histórico que, agora, inclui o próprio Fernando Pacheco Jordão diretamente. Em 1974, Jordão dirigia o jornalismo na TV Cultura. O novo presidente da Fundação Padre Anchieta, Antônio Guimarães Ferri, publicamente não gostava do viés combativo (adjetivo que será relevante mais à frente) que Jordão implantara na emissora, principalmente com o jornal “Hora da Notícia”. Nem mesmo o governador do estado de São Paulo, Laudo Natel, ou seu Chefe da Casa Civil, Henri Aidar.

O autor relata que houve seis meses de tensão até que a situação tenha ficado insustentável e ele acabara por ser demitido. Os colegas, Vlado incluso, objetivavam uma demissão coletiva, mas se colegiou que esta não era a melhor hipótese. Mesmo assim, todos foram demitidos aos poucos. O jornalista Walter Sampaio assumiu o papel da direção de jornalismo da TV Cultura.

O mandato de Laudo Natel acaba, e Paulo Egydio chega ao poder, com ele, um estrangulamento financeiro muito forte na Fundação. O desejo é o de transformar a programação em algo mais interessante, o que não estava acontecendo na TV Cultura

administrada por Ferri e Sampaio. A programação da TV passa a sofrer críticas amplas pelo pouco interesse gerado na população, por ser uma mera reprodutora das atividades do governo. Sampaio acaba demitido, e o novo secretário de cultura do estado, José Mindlin, procura Fernando Jordão para que retorne. Fernando recusa e indica o nome de Vlado.

De acordo com Jordão, Paulo Egydio submete duas vezes o nome de Herzog ao Serviço Nacional de Informações, sem nada a se dizer de seu suposto envolvimento com grupamentos comunistas. O cuidado do governador em investigar antes de nomear Herzog o deixaria, inclusive, furioso após a morte do jornalista, cobrando do Coronel Paiva, do SNI, o fato do nome de Herzog ter sido averiguado e mesmo assim a tragédia não ter sido evitada. Vlado chegou na TV Cultura com planos claro para reformar a sua pouco atraente programação. Antes de sua entrada, construiu um trabalho com os motes norteadores que pretendia implementar em sua administração. Os pontos desse trabalho foram resumidos por Jordão:

- 1 - Jornalismo em rádio e TV deve ser encarado como instrumento de diálogo, e não como um monólogo paternalista. Para isso, é preciso que espelhe os problemas, esperanças, tristezas e angústias das pessoas às quais se dirige.
- 2 - Um telejornal de emissora do governo também pode ser um bom jornal, e, para isso, não é preciso ‘esquecer’ que se trata de emissora do governo, Basta não adotar uma atitude servil.
- 3 - Vale a pena partir para uma ‘jornalistização’ da programação da da TV-2: mais documentários semanais ou mensais, debates misturados com reportagens, programas-pesquisa.
- 4 - É preciso dotar o setor de Jornalismo de recursos técnicos, financeiros e profissionais, para que alimente não só um telejornal diário, mas toda uma gama de programas, direta ou indiretamente necessitados de trabalhos jornalísticos.
- 5 - Política de programação que vise objetivos prioritários, relacionados com a realidade em que vive a porção de público que se pretende atingir em determinado horário e determinado programa. (JORDÃO, p.174, 1980)

Jordão esclarece que “esses pontos são a essência do que Vlado pensava: fazer jornalismo, para ele, era informar e discutir a sua época e nisso empenhava toda a sua integridade e honestidade profissional” (JORDÃO, p.175, 1980). Herzog acreditava, de acordo com o autor, que a televisão pública e educativa era sim um campo em disputa, onde poderiam se conquistar consciências e melhorar a vida das pessoas.

Os ataques de Cláudio Marques à Vlado foram constantes, e reproduzidos por Fernando Jordão. A exibição de um documentário que retratava as vitórias de Ho Chi Minh na guerra do Vietnã levou Marques a adotar o apelido de “tv viet-cultura” e afirmar que a emissora se tornara uma “nau sem rumo” no Diário Comércio & Cultura de 9 de setembro de 1975. O poderoso Jornal da Tarde reproduziria, no dia 23 do mesmo mês e ano, um artigo de Lenildo Tabosa Pessoa, faria eco às críticas de Marques afirmando que a emissora forçava críticas ao capitalismo em todo e qualquer tipo de programação. Em 28 de setembro, Marques afirmaria que “o caso da viet-cultura extrapolou”, atingindo, inclusive, o Secretário de Cultura, José Mindlin.

Mindlin defenderia Vlado em entrevista ao Jornal da Tarde. Aqui, o autor passa a reproduzir declarações, posteriores ou prévias à morte de Herzog, que alicercem os motivos pelos quais o jornalista teria sido assassinado. A viúva Clarice Herzog afirma, em entrevista a Ex-16, que a base da perseguição à Herzog foram as declarações de Marques, mas que Vlado não se importava, pois tinha certeza que Marques estava envolvido com grupos da linha-dura. O casal também tinha a concepção que Vlado estava sendo usado como bode expiatório de brigas políticas.

Por fim, o autor também afirma que as pressões eram constantes na administração de Herzog. Vlado teve que conviver com jornalistas leais ao ex-diretor, e, logo em sua primeira semana, uma ordem do Serviço Nacional de Informações que pedia que ele demitisse dois jornalistas. Vlado quis enfrentar a ordem. Foi o autor deste relato, Fernando Pacheco Jordão, quem o convenceu do contrário. A lealdade de Vlado, retratada em sua recusa a demitir os dois, marcou profundamente Jordão.

Deste livro, podemos tirar dois indexadores claros: Vladimir Herzog como militante comunista perigoso e o papel progressista do seu jornalismo. O primeiro é mostrado pelo autor como uma farsa, um engodo bolado pelos agentes do Doi-Codi para justificar a sua truculência (disfarçada sob a tese do suicídio). Já o segundo parece fator determinante na sua perseguição por parte de setores conservadores da imprensa. O livro não deixa claro se é por essa perseguição que Herzog padeceria, mas há, sim, uma certa relação de causa e efeito entre os dois fatos, até por que o autor trabalha muito pouco, ou quase nada, a questão das disputas políticas entre setores da ditadura, ou mesmo a perseguição aos jornalistas como algo generalizado.

Essa abordagem mais consequencialista é facilmente deduzida pelas fontes consultadas pelo autor, em sua maioria, recortes de jornal. É uma obra muito mais próxima do fato ocorrido, de um autor que materializou a perseguição ao modelo adotado

na Cultura, mas, ao mesmo tempo, longe da precisão documental ou mesmo contextual. Sua validade está no peso das suas reproduções posteriores, e o seu trabalho jornalístico que tinha como foco muito mais uma comprovação de que era falha a tese do suicídio (trabalho essencial, tendo em vista que a primeira edição do livro é publicada apenas quatro anos após o ocorrido) do que desvendar os motivos pelos quais Vlado padeceria ali.

A tese aqui extraída é: Herzog não padeceu por sua militância comunista. O regime exagerou através de diversas falácias o envolvimento de Vlado com o PCB. Herzog morreu pelo tom progressista do seu jornalismo, incendiado por jornalistas, como Cláudio Marques, que eram alinhados com a linha-dura e com a repressão. Mas qual o interesse desses militares em colocar jornalistas seus a queimar a reputação de Herzog? Era pura e simplesmente uma crítica ao modelo mais progressista de jornalismo adotado pela TV Cultura? Parece incoerente, se notarmos que outros tantos jornalistas foram perseguidos e presos. Essa lacuna é deixada pelo texto.

3.1.2 “Meu Querido Vlado”, de Paulo Markun

Contexto

O livro foi lançado em 2005, nos aniversários de 20 anos da reabertura política, marcada pela eleição indireta de Tancredo Neves em 1985, O Brasil estava chegando ao fim do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, que seria reeleito no pleito do ano seguinte. O projeto nacional-desenvolvimentista de coalizão do governo Lula já começava a render frutos na economia. Por outro lado, estourava a delação do deputado federal Roberto Jefferson, a época no PTB, denunciando o que viria a ser conhecido como o esquema do mensalão.

Perto da sua quinta eleição amplamente democrática seguida, a democracia já estava, pelo menos em partes, estabelecida na consciência do povo brasileiro, a ponto de que a ditadura militar seguia sustentando a sua anistia, como um passado a ser esquecido. Afora filmes e livros, o debate do resgate à memória não estava no campo político. A Comissão Nacional da Verdade ainda esperaria por sete anos, e por outra pessoa na presidência da república, para se tornar uma realidade.

Essa junção de liberdade de fala com falta de fornecimento documental, é o principal contexto em que se encaixa “Meu Querido Vlado”, de Paulo Markun. O fato de o autor ter sido testemunha ocular de muitos dos fatos que levaram à morte de Vladimir

Herzog - e abordaremos isso no próximo tópico - faz dele um importante instrumento de resgate histórico, não só sobre o episódio, mas sobre o período em si.

Autor

Paulo Markun é jornalista, já tendo trabalhado em emissoras como a TV Bandeirantes, a TV Globo, a TV Record e a própria TV Cultura, em duas passagens. Escreveu para jornais como O Estado de S.Paulo. Já presidiu, entre 2007 e 2010, a Fundação Padre Anchieta, que é a proprietária e administradora da TV Cultura. É documentarista e autor de treze livros, de temática variada. Foi casado com a jornalista Dilea Frate, conhecida como redatora e diretora do “Programa do Jô”, na TV Globo.

Markun e Dilea eram militantes do Partido Comunista Brasileiro na época do assassinato de Vlado. Markun muito mais que Dilea, que entrou no partido por conveniência e participou de poucas reuniões (pelo menos é o que afirma em seu livro). Ambos estavam presos no DOI-CODI no mesmo período em que Vlado esteve, e ambos estão entre os primeiros a saber de sua morte. Ao torturarem Dilea, jovem e mãe de uma criança recém-nascida, Markun não resistiu e delatou o nome de todos os jornalistas que conhecia envolvidos com o PCB, Herzog incluso.

Na ocasião do batizado de sua filha, do qual Dilea e Markun foram estranhamente liberados para presenciar, Markun consegue contatar Vlado, através de seu pai e pedir para que este se esconda por que seria procurado. Vlado não atenderia ao pedido. Após a morte do amigo e colega de profissão e de partido, Markun produziria uma extensa lista de obras relacionadas à ditadura e ao crime em si, como os documentários “1968, 20 anos depois”, de 1988; “AI-5 - O dia que não existiu”, de 2001 e os livros “D. Paulo Evaristo Arns, o cardeal do povo”, de 1978; “Vlado - Retrato de um homem e de uma época” de 1985 e o livro aqui analisado. ,

Autenticidade, confiabilidade e a natureza do texto

O autor, além de ter vivenciado a situação, já publicou outra obra sobre o tema (“Vlado - Retrato de um homem e de uma época” de 1985), sendo constantemente convidado para reportagens e documentários sobre o caso para falar sobre o assunto. “Meu Querido Vlado” ainda está em sua primeira edição, mas é citado em obras posteriores que falam sobre a morte de Herzog, como “As duas guerras de Vlado Herzog”, de Audálio Dantas, que será usada neste trabalho posteriormente.

O texto aqui trás poucas, quase nenhuma, reprodução documental pelo uso de fotografias (o método mais autêntico), se pendrendo às reproduções literais dos textos, que aparecem sem nenhum destaque além de um itálico nas fontes, tornando as reproduções parte da narrativa. Uma única exceção se encontra na página 172, a página de um relatório rasurado pelo delegado Romeu Tuma.

O livro apresentar um perfil muito mais pessoal e íntimo do que jornalístico/documental, dando a ele uma responsabilidade, e um peso maior, nas minúcias do que na reprodução documental em si. A autenticidade do texto se posta muito mais pela relevância e notória autoridade do autor sobre o assunto do que pelas provas ali postas. O texto contém quinze reproduções fotográficas, sendo treze delas relativas à registros familiares, anteriores ao início da perseguição. Dessas treze, onze são referentes à Vlado e duas à Markun. As três fotos que sobram são da repressão: uma é da ficha de Markun sendo preso, outra, a famosa foto de Vlado enforcado, e por último, uma foto de um padre canadense confundido com Vlado nas investigações posteriores.

Conceitos-chave e a estrutura lógica do texto

No estudo da estrutura lógica, é possível notar que “Meu Querido Vlado” tem um perfil notavelmente diferenciado do “Dossiê Herzog”, de Fernando Pacheco Jordão. Sua estrutura é mais pessoal, envolvendo o leitor não só na narrativa da morte de Vladimir Herzog, mas também na própria relação de Markun com os eventos. Ao todos, __ capítulos inteiros são dedicados a falar de Markun, de sua vida como jornalista, como conheceu a sua então esposa, criando uma relação causa-consequência que no fim desembocaria ao DOI-CODI.

A narrativa, novamente em oposição ao “Dossiê”, é linear, acompanhando a linha do tempo que veio do completo desconhecimento entre os dois personagens, Vlado e Markun, até após a morte do primeiro. Incluir Markun como personagem nessa análise foi uma decisão deliberada: ele é, de fato, tão protagonista neste livro quanto o próprio Vlado. A linguagem do texto é mais informal, se permitindo um diálogo com o leitor, como um relato em primeira pessoa ao invés de uma linguagem factual e jornalística. O trabalho aqui flerta muito mais com o “metajornalismo” do que com qualquer estrutura tradicional de redação biográfica para livro-reportagem.

Além da maior pessoalização, o livro também trás pormenores históricos da vida de Vlado mais amplos do que simplesmente a sua morte. São gastas _ páginas para se falar da sua infância na Iugoslávia, na Itália e posteriormente no Brasil. Em _ capítulos, a

juventude de Vlado é citada para construir a sua persona, além de que estão espalhados por toda a obra detalhes pessoais, como o dia em que conheceu Clarisse, ou mesmo seu interesse pelo jornalismo. Reforçando a tese do protagonismo de Markun, esses episódios pessoais encontram paralelo também na vida do autor.

O livro tem aqui um potencial de, para além dos fatos objetivos e do resgate documental, fazer uma leitura sentimental e subjetiva dos personagens na época, da sua interpretação dos fatos e de como viam a perseguição que estavam sofrendo. Ele acaba, por seu papel pessoal, reunindo testemunhos impressionistas sobre o contexto, nos ajudando a compreender qual foi o real papel do jornalismo na morte de Herzog.

Análise

Vlado já pautava a questão da TV educativa quatro anos antes de entrar efetivamente para o quadro de funcionários da TV Cultura. Como *freelancer* da revista “Visão”, publicou, em 1970, a reportagem “A teleducação reprovada”. Na matéria, Vlado critica a pouca atratividade das tvs educativas de São Paulo e Recife, gerando baixos índices de audiência. A provocação é que com a pouca audiência e com os métodos pedagógicos muito semelhantes à aula tradicional, valeria mais a pena a contratação de um professor diplomado. Em 1974, Jordão é contratado pela Cultura e estreia o “Foco na Notícia”, apresentado por Nemércio Nogueira. O programa era um semanário, depois elevado ao nível de jornal diário, com o “Hora da Notícia”. Vlado entrou na emissora como editor do “Jornal da Cidade”, exibido no jornal do almoço. Após, assume o cargo de editora/secretário do “Hora”.

A linha editorial de Jordão passa a ser perseguida pelo regime. Markun reproduz um diálogo entre Jordão e então presidente da Fundação Padre Anchieta sobre o posicionamento do jornal. Bonifácio responde à afirmação de Jordão de que a função do jornalismo educativo não era opinar, e sim munir o espectador com informação para formular a sua própria opinião com a ponderação de que isso poderia ser subversivo.

O governo estadual cobrava mais cobertura do palácio e das iniciativas do governador Laudo Natel. A ponto de o Jordão criar um jargão próprio: o ‘escovão’, para designar as matérias pautadas e exibidas apenas para dar uma satisfação ao palácio. De vem em quando ele anunciava: - *Está muito pesado o jornal, hoje a gente está precisando de um ‘escovão’ para limpar a barra.* (MARKUN, 2005, p.41)

O clima de terror crescia na redação. Jordão chegara a afirmar que demitiria o primeiro jornalista que colocasse adjetivos na notícia. Um episódio sobre a meningite fecharia ainda mais o cerco para a equipe de jornalismo da Cultura:

Durante a epidemia de meningite, em 1974, um dos editores do *Hora da Notícia*, George Bourdokan, recebeu determinação do chefe da Casa Civil do governo paulista, Henry Aidar, para não noticiar o fato, por que poderia alarmar a população. Bourdokan discutiu com o secretário, explicando que a notícia tinha o objetivo de alertar os paulistas e disse que ia dar a matéria. Pouco depois, recebeu um telefonema do próprio governador Laudo Natel, que reiterou a ordem. A matéria foi ao ar e naquela noite Bourdokan foi levado encapuzado ao Doi-Codi onde alguém colocou um revólver em sua cabeça e apertou o gatilho. Não havia bala, mas o jornalista deixou o local apavorado. O governador Laudo Natel asfixiou a emissora financeiramente, até conseguir a saída de José Bonifácio e de outros diretores. (MARKUN, 2005, p.42)

Após o episódio, o novo diretor da emissora, Antônio Guimarães Ferri, demitiu Fernando Pacheco Jordão. A equipe se reuniu na casa de Vlado planejando uma demissão em massa, que não seria colegiada pelo grupo. Um a um, todos seriam demitidos pela nova administração, Vlado incluso. Paulo Markun contextualiza então com a política nacional: em 1974, houve eleições diretas para o senado e eleições indiretas para governadores. Na primeira, o MDB conseguiu vitórias históricas em estado chave. O SNI atribuiria a vitória ao entrismo do PCB no MDB, levando a sua militância a se engajar nas eleições. Na segunda, Geisel impôs seus desejos e elegeu os seus, que desagradavam a linha-dura. Em São Paulo, Paulo Egydio Martins, em detrimento das expectativas de se eleger Delfim Netto, ministro da fazenda do governo Médici e um dos responsáveis pelo chamado “Milagre Economico Brasileiro”. Delfim seria nomeado embaixador brasileiro em Paris.

Ao tomar posse Paulo Egydio tomou por objetivo melhorar os índices de audiência da TV Cultura, na época, quase nulos devido às políticas tomadas por Ferri em 1974. Nesse meio tempo, Vlado enviou seu currículo para a Fundação. Foi entrevistado pelo secretário de cultura do estado, José Mindlin, que aprovou seu currículo. Enviou a ficha de Vlado para o Coronel Paiva, do SNI, que considerou que Vlado possuía “veleidades comunistas”, embora nenhuma participação direta.

Falando das vezes em que conversaram sobre o PCB, como amigos, Markun revela que, ao contrário de si mesmo, o comunismo não era o assunto que interessava a

Vlado. Jornalismo e cultura em geral eram os temas pelos quais a vida de Herzog se movimentava, apesar de ser assinante do “Voz Operária” (jornal oficial do PCB), e pagasse regularmente suas mensalidades. Markun menciona que Vlado participava das reuniões sem entusiasmo.

Vlado encaminhou para a TV Cultura, antes de assumir, o texto “Considerações Gerais sobre a TV Cultura”, onde avaliava o que era feito. Um espectro posterior do texto publicado na “Visão” em 1970, com suas ideias não só para a emissora, mas para a televisão pública como um todo:

Jornalismo em Rádio e TV deve ser encarado como instrumento de diálogo, e não como um monólogo paternalista. Para isso, é preciso que espelhe os problemas, esperanças, tristezas e angústias das pessoas às quais se dirige. Um telejornal de emissora do governo também pode ser um bom jornal e, para isso, não é preciso ‘esquecer’ que se trata de emissora do governo. Basta não tomar uma atitude servil. (1975 apud MARKUN, 2005, p.78)

As primeiras medidas que Vlado queria adotar eram a criação de um departamento de publicidade e promoção e buscar uma nova imagem pública, baseada nas emissoras estatais dos Estados Unidos. Markun descreve que havia um clima generalizado de empolgação pelas iniciativas de Vlado. Os ataques começariam logo em seguida: um editor, sem a autorização de Vlado, exibiria um documentário produzido pela agência britânica Visnews sobre a guerra do Vietnã, enfatizando a liderança do líder socialista Ho Chi Minh. Vlado cortou imediatamente a exibição de uma reprise na edição do “Hora da Notícia” e demitiu o editor. O vídeo rendeu muitas críticas do jornalista Cláudio Marques.

O episódio da matéria do Vietnã levou o Coronel Paiva, do SNI, a questionar Mindlin dos posicionamentos ideológicos de Herzog, que o defendeu, afirmando que este era um profissional sério e que o editor responsável pela exibição do documentário pertencia a antiga administração. Paiva tensionou Mindlin, afirmando que ele não precisava demitir Vlado, dependendo do risco que quisesse assumir. Mindlin encerra a conversa prometendo que realizaria um diálogo de acerto de contas entre Vlado e o coronel. Outro oficial a se irritar com o episódio foi o major Ismael Armond, que foi procurar o governador Paulo Egydio. Ambos eram amigos de anos, e o militar informou o político da situação. Egydio foi tirar satisfações com Mindlin, que novamente defendeu o jornalista, afirmando que seu nome foi averiguado pelo SNI, e garantindo que seria demitido caso realizasse doutrinação ideológica.

A postura de Coronel Paiva, que monitorava constantemente o telejornal, era dúbia. Hora, entrava em contato com Mindlin reclamando que as notícias seriam “tendenciosas”, como no

caso dos ataques terroristas na Espanha (por conta dessa situação, Mindlim teve que solicitar que não se intervisse na Cultura até que ele falasse com Vlado). Em outros momentos, ligava para Mindlim afirmando que o jornal estava “chocho”, sem graça, sendo respondido por este que isso era resultado das intervenções do Coronel.

Com duas semanas já de casa, Vlado começa a propor suas mudanças. Suas medidas imediatas representavam um enxugamento nos telejornais da casa, para reexame. Depois, criaria um novo telejornal e inseriria novos formatos, como um telejornal infantil. Seu objetivo era evitar que a Cultura fosse uma emissora com transmissões qualificadas mas pouco atraente para o público. Markun estudou scripts do telejornal e chegou à conclusões interessantes:

As mudanças são evidentes. Até Vlado assumir, o *Hora da Notícia* sempre abria com alguma ação do governo e suas estatais. Quando abordava questões ligadas à vida das pessoas, eram temas em que a responsabilidade governamental era difusa, como a poluição da represa Billings. E geralmente as iniciativas oficiais eram apresentadas pelo ângulo mais positivo. O noticiário internacional se resumia a notas curtas. Apenas um assunto ganhava destaque maior. Mas se algum ministro ia para o exterior, a equipe da Cultura seguia atras. Sob o comando de Vlado, o jornal passou a abrir com manchetes sobre assuntos de utilidade pública - desidratação infantil, novas tarifas do transporte público, o Dia do Professor. Quando a notícia envolvia decisões oficiais, o enfoque era para suas conseqüências na vida das pessoas. (MARKUN, 2005, p.85)

Markun ainda destaca que o telejornal passava a ter um maior foco internacional, ocupando até quatro, cinco laudas do *script*. Isso aconteceria por três razões: a Cultura recebia bom material internacional das agências (como a Visnews), a censura perseguia menos as notícias internacionais e era um espaço em que, a curto prazo, a equipe poderia avançar, enquanto para avançar na qualidade das notícias nacionais, seria necessário um investimento muito maior. Ainda assim, se investia em melhoras também no âmbito local, se focando na vida das pessoas. As notícias eram selecionadas pela sua relevância, assim, se cobriu o golpe sofrido por Salvador Allende no Chile, mesmo sendo uma temática espinhosa na época. Markun cita que, na cobertura nacional, dar espaço igual à oposição e à situação já era algo diferenciado na época.

Vlado interferia diretamente nas etapas produtivas do telejornal, e tinha que enfrentar uma pressão interna, dos editores contratados pelo antigo diretor, Walter Sampaio, alinhado com setores conservadores da sociedade, e com a pressão externa, como a coluna de Cláudio Marques, que acusava constantemente a emissora de ter perfil

doutrinante. Para tentar contornar a situação, o jornalista Luiz Weis, contratado pela Cultura, foi até Brasília tentar localizar a origem da perseguição. A conversa não foi produtiva, e solicitaram os dados de Weis. Em poucos dias, vem uma solicitação para que Weis seja demitido, sob a alegação que um dirigente sindical não poderia trabalhar em uma estatal. A relação de causa e consequência fica clara no texto aqui.

Markun cita que “A Operação Radar abatia os dirigentes clandestinos, mas alcançava aqueles que, como Vlado e eu, combinavam a militância clandestina com os compromissos da vida civil. E em nosso caso, não havia como reagir a um ataque daquela envergadura” (MARKUN, 2005, p.96). A perseguição com o jornalismo na Cultura chega à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com um discurso do jornalista Wadih Helou, citando os textos de Cláudio Marques e problematizando o fato de a emissora não ter ido cobrir ações do governo, preterindo enaltecer fatos históricos relevantes à esquerda, como uma teleaula sobre a Revolução Russa e o já citado caso de Ho Chi Minh. Mindlim vai em defesa de Vlado e do jornalismo da Cultura, enaltecendo as qualidades de Herzog e diminuindo as críticas de Helou.

Dos trechos selecionados que podem ser interessantes, partimos para o ponto em que as prisões da Radar já chegavam aos jornalistas de São Paulo. Presos, Markun, Konder, Duque Estrada, Anthony Pessoa da Silva e Frederico Pessoa da Silva, são levados para escrever depoimentos sobre Vlado e seu histórico psicológico. Após os depoimentos, informaram a todos que Vlado se suicidara pois descobriram a sua relação com a KGB e com o governador Paulo Egydio. A citação do governador leva Markun à conclusões interessantes, de que a linha-dura tentava armar uma campanha contra a “distensão” de Geisel, Golbery e o próprio Paulo Egydio. Essa campanha estava sendo arquitetada pelo ministro e um dos líderes da linha-dura, Sylvio Frota:

Uma operação que tinha no maior ministro do Exército, Sylvio Frota, o pólo aglutinador. Na noite daquele sábado, Frota deu uma festa e foi brindado como futuro presidente da República. No domingo, Mino Carta falou com Golbery. O chefe da Casa Civil começou a gritar ao telefone, dizendo que era mentira que Vlado tivesse se suicidado, como se precisasse provar isso a seu interlocutor. Golbery explicou que era a preparação de um golpe dentro do golpe e que os alvos eram Geisel e seu governo. E recomendou ao jornalista: *Vá ao Paulo Egydio, ele precisa entrar em contato.* (MARKUN, 2005, p.126-127)

Markun também analisa a confissão escrita por Vlado. Sustenta que não foi escrita ao próprio punho, e cria questionamentos sobre o motivo dela estar rasgada. A confissão teria acontecido pela por que a liberação de Vlado já estaria marcada? O momento da explosão de ira teria vindo por uma declaração esdrúxula, como com Frei Chico, Mindlim, Paulo Egydio ou mesmo Luís Carlos Prestes? O livro se encerra, interessantemente, sustentando muitas das dúvidas que persistem e sustentam esse trabalho:

Meu querido Vlado tornou-se parte da história do Brasil. Quase trinta anos depois de sua morte, muitas perguntas seguem sem resposta. Por que e como exatamente ele morreu? Foi um acidente de trabalho ou uma reação imprevista de um torturador diante do gesto de rebeldia do torturado? Ou seria esse assassinato o resultado de um golpe a mais, um choque a mais, na tentativa de arrancar uma informação que ele não tinha - como a de eventuais ligações entre o governador e seu secretário de Cultura e o Partidão? (MARKUN, 2005, p.173-174)

O texto sustenta afirmações que o “Dossiê Herzog” não sustenta. Por exemplo, a questão de que havia sim uma disputa interna no exército e que Vlado e a TV Cultura estavam no meio dessa questão. Ao mesmo tempo, sustenta que o jornalismo da Cultura sim, era diferenciado do que se fazia, ainda mais no período em que Vlado esteve na direção. O estudo de Markun com os scripts é talvez um dos únicos trabalhos no Brasil desse estilo, por trazer exemplos pontuais e comparar com o jornalismo feito na hora.

Mesmo demarcando que havia a disputa no governo, principalmente após as narrativas sobre a prisão e a tortura dos jornalistas, episódios como o da demissão de Weis também dão a entender duas hipóteses, uma anulando a outra: ou havia uma má vontade do governo federal para com o jornalismo da Cultura, ou o grupo de Sylvio Frota tinha, além dele mesmo, mais entes infiltrados no alto escalão do governo, e não só nos quartéis. O aspecto mais fortemente biográfico do livro, com uma maior penetração na persona de Vlado, reforça a tese de que as relações de Vlado com o comunismo, tão sustentadas pela linha-dura após o seu assassinato, eram, enfim, um engodo.

Vlado se importava mais com o jornalismo do que com o comunismo orgânico. Havia uma clara preocupação com o jornalismo e com a televisão pública, prévia a sua contratação como Diretor de Jornalismo inclusive. Assim, do livro podemos extrair que sim, o “Hora da Notícia” era diferenciado das produções jornalísticas da época e havia

uma preocupação deliberada, da parte de Herzog, para que ele o fosse. Ao mesmo tempo, o texto já estabelece a rixa interna que poderia ter encontrado em Vlado um bode expiatório. O fato de algumas das mais marcantes críticas de Cláudio Marques ser destinada às coberturas internacionais do “Hora”, área que segundo Markun, a equipe melhor aproveitava para realizar inovações, denota que a perseguição acontece independente aos avanços jornalísticos, como se já desejasse encontrar algo.

3.1.3 “As Duas Guerras de Vlado Herzog: da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil”, de Audálio Dantas

Contexto

Publicado em 2012, o livro claramente é favorecido pelo seu período histórico: é uma boa junção da liberdade de fala com um melhor fornecimento documental. Além disso, ele é agraciado pelo contexto político que confere uma maior importância aos estudos sobre a ditadura. Esse contexto é fortalecido pelo cenário político: Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar a presidência da república, foi guerrilheira, presa e torturada, durante o regime militar. Como ministra da Casa Civil, em 2008, Dilma já havia protagonizado uma discussão com o senador Agripino Maia (DEM-RN). O senador a acusou de ter mentido durante a ditadura. Dilma responde que se sentir orgulhosa de ter mentido no contexto da tortura.

O episódio denota que, além de não ser mais renegado, no governo Dilma a pauta da ditadura e do resgate da memória sobre o período se tornou uma espécie de objetivo. A fundação da Comissão Nacional da Verdade, em novembro de 2011. A própria existência da comissão já iniciou um surto de discussões sobre a validade ou não de se investigar os fatos perdidos durante o período. A reação à criação da comissão, por setores organizados mais à direita no espectro político, também foi grande. Um episódio que demarca bem o exemplo ocorreu em setembro de 2013, quando o deputado federal Jair Bolsonaro (à época no PP-RJ) socou o senador Randolfe Rodrigues (à época no PSOL-AP) para impedi-lo de entrar no prédio do antigo DOI-CODI. O episódio ocorreu por que o deputado, publicamente defensor da ditadura, tentou entrar na localidade em tom provocativo, atrapalhando os trabalhos da Comissão da Verdade do Senado. Randolfe tentou obstruir sua passagem.

Além da Comissão Nacional da Verdade, outras comissões da verdade foram estabelecidas em órgãos públicos, como universidades públicas e o já citado senado. A

ditadura estava na pauta, o que se intensificava com as proximidades do cinquentenário do golpe de 1964, que ocorreria em 2014, ano em que Dilma Rouseff conseguiria a sua reeleição. E é nesse turbilhão de novas informações e interesses renovados que “As duas guerras” seria escrito.

Autor

O alagoano Audálio Dantas é um conhecido político e jornalista. No jornalismo, já trabalhou na “Folha de S.Paulo”, no “Cruzeiro”, na “Quatro Rodas”, na “Realidade” e na “Nova”. Ficou conhecido por sua atuação sindical em prol da categoria dos jornalistas: foi presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo durante o episódio analisado nesse trabalho e como presidente da Federação Nacional dos Jornalistas. Foi premiado pela Organização das Nações Unidas, em 1981, pela sua defesa aos direitos humanos em matérias que retratavam a precariedade de direitos no nordeste brasileiro.

Sua chegada ao Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo representa um marco de mudança na situação do sindicato, antes aparelhado por forças pouco combativas. Audálio, na situação da morte de Vlado, foi um importante mediador entre os que, por temor, pouco queriam fazer e os que, por uma combatividade juvenil, queriam ir à forra e fazer um perigoso barulho sobre o caso. No prefácio do livro aqui analisado, o jornalista Juca Kfourri chega a dizer que o Sindicato era um dos poucos lugares seguros para jornalistas na época.

Autenticidade, confiabilidade e a natureza do texto

Pelo prognóstico de ser um texto recente, o livro não possui uma segunda edição. Como falamos nesta mesma sessão nos livros anteriores, ele cita, em diversos momentos, os livros “Dossiê Herzog” e “Meu Querido Vlado”. O texto foi, desde então, usado como referência para o caso, tanto pela proximidade do autor com os fatos relatados, quando pela quantidade de documentos e fatos trazidos por ele.

Ao longo das suas 405 páginas, o texto apresenta várias citações diretas e indiretas a documentos. Como decisão editorial, não há reproduções em fotocópias de documentos, apenas digitadas no corpo do texto, todas amplamente creditadas. O último capítulo do livro, intitulado “Testemunhos”, é dedicado único e exclusivamente para recolher depoimentos de pessoas envolvidas com as histórias, fortalecendo a apreciação do livro por testemunhas e pessoas próximas.

Entre as páginas 224 e 225, o livro possui um excerto, impresso em um papel de diferente material, com trinta e duas fotos, em preto e branco, que ilustram os eventos narrados no livro. Delas, dezenove se referem a fotos com Vlado ainda em vida (algumas inéditas, da infância de Vlado) e outras treze com cenas das pessoas envolvidas em situações como o velório, ou a caminhada na Praça da Sé, além de duas versões da foto de Vlado morto.

A confiabilidade do texto se dá pela grande quantidade de novas informações e interconexões trazidas, além de uma boa quantidade de reprodução documental. O fato de ele constantemente citar os livros anteriores também dá a ele usar de complementaridade importante para o nosso estudo.

Conceitos-chave e a estrutura lógica do texto

O texto aqui funciona de uma maneira diferente de “Dossiê Herzog” e de “Meu Querido Vlado”, se postando intermediariamente entre os dois. Por ter vivido intensamente a morte de Vlado como dirigente sindical, e o livro dedicar uma série de capítulos exclusivamente ao Sindicato aplicado ao contexto, Audálio não aplica o distanciamento adotado por Jordão, colocando-se, várias vezes, como um personagem na história. Por outro lado, o texto também não é tão próximo quanto “Meu Querido Vlado”, talvez por dois motivos: Audálio não ter sido tão próximo de Vlado quanto Markun e por Markun ter vivido situações muito mais próximas de Vlado, como a prisão no DOI-CODI.

A linguagem do texto é explicitamente jornalística, construindo a narrativa como que em uma grande reportagem de cunho histórico. Diferente do “Dossiê” há uma preocupação maior com a persona de Vlado, aqui bem mais caracterizada pelo livro fazer uma reconstituição bem maior do passado de Vlado. O próprio título do livro promete um certo paralelismo entre a fuga da família Herzog durante a Segunda Guerra Mundial e a perseguição militar à Vlado nos anos 70, no Brasil.

Os capítulos possuem uma separação bem clara entre temáticas. Há capítulos inteiros dedicados à vida de Vlado em Londres, às movimentações de Audálio no Sindicato ou mesmo à conjuntura política, mostrando, de maneira linear temporalmente, fatos paralelos que constroem a história. Ajudado pelo favorável contexto histórico e pelo seu maior número de páginas, “As duas guerras” é o livro mais completo entre os aqui analisados, tanto na perspectiva pessoal e sentimental da construção da personalidade de

Vlado, quanto em sua maior contextualização histórica e política, que permite uma maior visão sobre os fatos.

Análise

Mesmo seu nome sendo avaliado e aprovado pela ditadura em setembro de 1975, quando Vlado foi contratado pela TV Cultura para o cargo de diretor de jornalismo, Vlado já havia sido reprovado em avaliação semelhante, quando volta da Inglaterra objetivando trabalhar na emissora. Haviam informações de que ele seria subversivo, então as portas se fecharam. Vlado encontraria emprego na revista “Visão”. Quando Jordão assume a direção de jornalismo da emissora, em 1973, faz questão de ter Vlado, com quem trabalhou no serviço brasileiro da BBC, e conhecia a capacidade. Ambos tinham o desejo de mostrar informações para os espectadores, mesmo que o regime não quisesse que todas as informações fossem divulgadas.

Com Jordão, vem o telejornal que seria a marca de sua passagem, o “Hora da Notícia”, que tinha Vlado como um dos editores. O “Hora” é apontado no texto como diferenciado dos outros telejornais da época. O jornal exibia matérias, intituladas de “escovões”, que agradassem o regime, para distrair a censura das matérias sérias que problematizavam fatos da atualidade. Audálio cita casos que mostram que um dos principais diferenciais da reportagem do “Hora da Notícia” era mostrar o jornalismo do ponto de vista das pessoas, dos envolvidos, e não distanciado. O jornal chegou a angariar de três à quatro por cento da audiência, considerado pelo autor um sucesso na época.

Essa nova visão, aos poucos, desagradou o regime. Em um episódio de um surto de meningite, um dos editores do programa, Georges Bourdoka, recebeu ordens para não divulgar nada. A equipe fez o contrário e publicou a notícia no “Hora”, por acreditar que era papel do jornalismo informar as pessoas, para que elas se previnam. A desobediência levou o regime à ameaçar Bourdoka: levaram ele encapuzado para o DOI-CODI e dispararam uma arma na sua cabeça, sem bala. José Bonifácio Nogueira, presidente da Fundação Padre Anchieta, tentou constantemente reduzir as mudanças impostas por Jordão. Verbas foram cortadas pelo governador Laudo Natel, inviabilizando a produção jornalística e a programação de todos os gêneros da emissora. Era comum os repórteres voltarem das ruas com matérias e elas eram cortadas, por ligações vindas de cima. José Bonifácio foi demitido da fundação, e no seu lugar assume Antônio Guimarães Ferri, ex vice-reitor da USP, que demite Jordão, afirmando que foi uma ordem vinda do II Exército, que não poderia ser divulgada como assim sendo.

Era contratado Walter Sampaio, professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, que demite funcionários e adequa a linha editorial aos interesses do governo. Audálio Dantas ainda cita que dois destes jornalistas demitidos seriam presos logo depois. Vlado e parte da equipe tentam resistir. Audálio deixa claro que o jornalismo era o espaço de resistência de Vlado, tanto na TV Cultura quanto na revista *Visão*, onde Vlado ainda escreve. Em dezembro de 1974, Vlado deixa de ser editor da Cultura, demitido.

A linha dura fazia forças para conter os avanços da distensão de Geisel. O novo governador do estado de São Paulo, Paulo Egydio, apostava em uma abertura da TV Cultura, tornando a programação mais interessante. O problema é que esta abertura na TV Cultura distoou com a postura da linha dura, cada vez mais contestatória à distensão de Geisel. Ao mesmo tempo, uma chapa, ligada ao PCB, o Movimento de Fortalecimento do Sindicato (MFS) o se candidatava à diretoria do sindicato dos jornalistas. Era o início do estabelecimento de um sindicato combativo, que estaria no meio dos episódios citados.

O confronto entre a linha dura e o governo fica marcado por um episódio contado por Audálio. O jornalista Fausto Rocha, da Rádio Tupi, complementava a sua renda sendo locutor das atividades oficiais do palácio do governo de São Paulo. No dia 18 de julho, em uma cerimônia, com a presença do governador Paulo Egydio, o ministro do exército, General Ednardo de Mello, faz um discurso apontando a ameaça dos “fascistas vermelhos” e o avanço do comunismo. Fausto Rocha usa o gancho para falar da participação de jornalistas nesse grupo de comunistas, infiltrando, na imprensa, conteúdo subversivo. Para ele, era culpa da imprensa corrompida que os “fatos” apontados pelo General Ednardo não fossem de conteúdo público. Audálio aponta que o discurso de Fausto legitimou uma caçada à jornalistas, e também a cidadãos que meramente fossem suspeitos de atividade subversiva.

O Sindicato dos Jornalistas, já ocupado pelo MFS, consegue lançar uma nota para toda a categoria rebatendo as afirmações de Fausto. Essa nota demarcaria que o Sindicato, não mais aparelhado, também poderia ser classificado como subversivo para o regime. A nota fez com que o próprio General Ednardo convocasse a nova diretoria do Sindicato para comparecer ao II Exército. Quatro membros da diretoria compareceram ao diálogo, Audálio incluso. O General começaria um longo discurso afirmando que sim o comunismo estava se fortalecendo no Brasil e que sim, a imprensa contribuía para isso. Audálio tentaria, sem sorte, explicar que isso se tratava de um exagero, sendo rebatido por Ednardo, que continuava a afirmar que o papel das forças armadas era a manutenção da segurança e que eles “estavam em uma guerra”.

Para Audálio, tanto o discurso de Fausto, quanto a categórica afirmação de Ednardo denunciavam o que estava por vir. Logo em seguida, próxima à assunção de Vlado ao cargo de diretor de jornalismo da TV Cultura, os ataques do jornalista Cláudio Marques começam a vir com constância. Marques era o diretor do “Diário Comércio Indústria” (*DCI*) e ocupava uma página inteira (a “Coluna Um”) nos jornais dominicais “*Shopping News*” e “*City News*”. Além disso, mantinha na TV Bandeirantes, patrocinado pela Construtora Adolpho Lindenberg, cujo dono era dirigente da organização conservadora Tradição, Família e Propriedade (TFP). Para além das reproduções, apresentadas nos livros anteriores, Audálio traça um perfil um pouco mais detalhado de Marques:

Cláudio transitava com desenvoltura nas diversas instâncias do poder, principalmente entre os militares que, naquele momento, tudo faziam para se impor ao poder civil. Prestava serviços aos poderosos e por esses era prestigiado. Em pouco tempo estava muito bem situado na vida. Dono de um palacete no Morumbi, bairro da elite paulistana, ali dava festas que atraíam o que os cronistas sociais chamavam de ‘top da sociedade paulistana’: autoridades civis e, naturalmente, personalidades militares estreladas. A coluna social da *Folha de S.Paulo* de 21 de setembro noticiou com destaque a festa com que ele comemorou os dez anos de seu casamento: *Os dez anos do casamento de Aninha e Cláudio Marques comemorados com jantar no palacete dos Marques no Morumbi e a presença do governador Paulo Egydio, de dois ex-governadores, Abreu Sodré e Laudo Natel, do vice-governador Manoel Gonçalves Ferreira Filho...* Além dessas autoridades, a nota citava gente dos três poderes. Na área militar, Cláudio Marques era o que se podia definir como ‘gente da casa’. Nessa condição, recebia informações privilegiadas que, sendo do interesse dos órgãos de segurança, logo seriam publicadas com destaque em sua ‘Coluna Um’. (DANTAS, 2012, p.138)

No dia 3 de agosto, Marques reproduz em sua coluna um comentário de Ednardo: “Afinal, se o pessoal de comunicação defende a liberdade de opinião e expressão, há evidente paradoxo na condenação do jornalista que usou desta mesma liberdade dias atrás.” Uma clara reprodução do diálogo de Ednardo com o Sindicato no que se refere ao caso de Fausto. Havia uma ligação direta entre os generais da linha dura e as informações passadas por Marques nas suas colunas.

Vlado entra para a TV Cultura em setembro de 1975, quando a rixa entre a linha dura e a distensão, representados em São Paulo pelo General Ednardo e pelo governador Paulo Egydio respectivamente, estava ainda mais acentuada:

O general avançava, enquanto o governador continuava a botar fé na distensão e no respaldo dos homens de Geisel. No mês anterior, a tropa de Ednardo tinha promovido um arrastão em quartéis da Polícia Militar de São Paulo, prendendo dezenas de PMs acusados de participar de uma célula comunista na corporação. Foram presos 63 policiais, entre os quais nove oficiais da ativa, um deles tenente-coronel. (DANTAS, 2012, p.141)

O episódio gerou fúria em Egydio, que esperava por apoio do governo federal para conter a linha dura. Audálio deixa claro que as mudanças aplicadas na TV Cultura visavam uma maior audiência e interesse público, e estavam entrelaçadas com o desejo de se contrapor à própria ofensiva da linha dura. “Herzog assumiria a direção do departamento de jornalismo em meio ao fogo cruzado entre o general Ednardo e o governador.” (DANTAS, 2012, p.144). Rui Nogueira Martins assume a direção da Fundação Padre Anchieta com a missão de não mais apenas repetir as ações do governo, mas também discuti-las. A ideia era repetir a estratégia de Jordão e Vlado em 1974, mas com uma administração mais sólida. O problema seria enfrentar a linha dura, que continuava afirmar haver infiltração no jornalismo.

Mesmo com o chamado “discurso da pá de cal”, em 1º de agosto de 1975, Vlado seguia firme na sua defesa ao projeto de jornalismo diferente. O governo do estado tinha interesses políticos na renovação da emissora, mesmo que isso significasse enfrentar a linha dura, fortalecida pela “pá de cal”. Geisel proibira, inclusive, o DOI-CODI de interrogar policiais militares, uma liberação para que as torturas perdurassem.

Os ataques de Cláudio Marques começam. O primeiro, devido a um documentário sobre a Guerra do Vietnã, enaltecendo a liderança de Ho Chi Minh. O documentário foi exibido no primeiro dia de atuação de Vlado na TV, ao quarto dia do mês de setembro. O documentário foi exibido por um editor contratado pelo ex-diretor de jornalismo, o notoriamente ligado ao regime Walter Sampaio. Isso não impediu Marques de intitular a Cultura de “TV Viet-Cultura”. Ao longo do mês, os ataques se agravaram, transformando o que seria uma “infiltração” em um “domínio completo. Lenildo Tabosa Pessoa também faria severas críticas à nova linha e ao seu conteúdo supostamente esquerdizante no “Jornal da Tarde”.

A onda de perseguição instalada após o “pá de cal” e a Operação Radar visava o PCB. Inicialmente, atacou estudantes Universitários, depois, jornalistas. Em uma levada, onze jornalistas ligados ao PCB seriam presos, incluindo aqui Paulo Markun. Audálio destaca que nenhum desses estava na clandestinidade ou teria grande poder de liderança nos aparelhos do partido. O fato de as prisões não terem nenhuma resposta pública, nenhum informe da sua ocorrência, geravam um clima de tensão entre o PCB e a categoria dos jornalistas. Havia uma “perseguição fantasma” à jornalistas ligados ao PCB. Dos trechos de interrogatórios relatados por Audálio Dantas, fica claro que os interrogadores desejavam chegar a alguns nomes específicos: membros da diretoria do Sindicato, José Mindlim, Paulo Egydio, Golbery e o próprio presidente da república, Ernesto Geisel. Todos eram citados como comunistas em momentos da tortura.

Audálio Dantas aponta que os discursos do deputado estadual Vadilh Helu demonstravam que os ataques de Cláudio Marques eram profundos: eram verdadeiras recados vindos de um grupo político específico. Vlado Herzog se tornara um símbolo do que a linha dura paulista desejava combater no mandato de Geisel. Citando a demissão de Weis, o autor a trata como uma mudança de postura do SNI. Luiz Weis viajaria para Brasília investigar as causas da perseguição ao jornalismo da Cultura. Voltaria sem respostas, mas o SNI checaria seu nome e pediria para que fosse demitido, por participar da direção do Sindicato e isso supostamente não ser eticamente adequado para um servidor de órgão público (a Cultura). O fato de o SNI ter aprovado o nome de Vlado quando o governo paulista solicitara a investigação e, depois, cortado Weis, representava uma mudança de postura também dos órgãos federais, também do que seria a distensão.

O Sindicato insistiria em enviar membros à Brasília para averiguar. Fernando Jordão, em reunião com um chefe de gabinete do SNI com quem ele teria parentesco, receberia a seguinte resposta: “Não se iluda, Fernando. Por dever de ofício nós aprendemos muito bem a ler jornal e sabemos descobrir uma palavra aqui, outra ali, uma fotografia cortada de determinada maneira, enfim, essas coisas que talvez você conheça melhor do que eu.” (DANTAS, 2012, p.173). Trabalhar na Cultura estava perigoso. Na prisão, Paulo Markun resistiu à algumas sessões da tortura, mas em pouco tempo já havia falado nomes, inclusive o de Vladimir Herzog. Markun, e a sua esposa, Diléa, foram liberador do DOI-CODI para batizar a sua filha. Nisso, Markun conseguiu repassar para o seu pai que vazou o nome de Vlado. Ao receber a informação, Vlado se mostrou tranquilo, assim como se mostrou tranquilo quando oficiais do DOI-CODI o intimaram a comparecer. Conseguiu ficar mais um dia no jornal, para fechá-lo, e prometeu

comparecer na sede do DOI-CODI no dia seguinte, às sete da manhã. Não se considerava culpado.

Apesar do aviso mandado por Paulo Markun de que fora citado nos interrogatórios, juntamente com outros integrantes da base dos jornalistas, ele mantinha a decisão de não admitir sua ligação com o PCB. Era, sim, de esquerda, aspirava ao retorno do país à normalidade democrática, mas não se considerava, por isso, subversivo. Tanto era assim - raciocinava - que passara pelo crivo do SNI quando estava para assumir a direção do Departamento de Jornalismo da TV Cultura. (DANTAS, 2012, p.199)

A onda de prisões levou o Sindicato a publicar uma nova nota. O II Exército reagiu, marcando uma reunião da diretoria do Sindicato com o general Ednardo. Nela, Ednardo se exalta citando a Lei de Segurança Nacional. Ao fim, informa da liberação de Markun e Diléa para o batizado e avisa que irá informar o Sindicato de qualquer prisão (fato que não se concretizaria). O interessante neste diálogo é que, em um momento de exaltação, o general gritaria que ninguém é preso por ser jornalista, mas sim por ser comunista.

Assim que os militares aceitaram a ideia de Vlado se apresentar no dia seguinte, um dos funcionários da TV Cultura ligou para o ex-colega Luís Weis, agora na revista “Veja”, e informou da situação de Herzog. Também informou que Paulo Nunes, setorista da Cultura no II Exército, tinha ficado encarregado de dormir na casa de Vlado para acompanhá-lo no dia seguinte. O fato deixou Weis apreensivo, por acreditar que Nunes poderia ser um jornalista a mando da repressão.

Após a morte de Vlado, realizou-se um velório no Hospital Albert Einstein. O editor da revista “Veja”, Mino Carta, estava presente e liga para o general Golbery. O general se espanta com a notícia, sem saber das suas causas. Ao anunciar que o II Exército estava afirmando que o jornalista se suicidara, próprio Golbery gritou em negativa, afirmando ser mentira. Golbery indica que Mino entrasse em contato com Paulo Egydio. O governador afirma não saber, e se surpreende com a causa, já que ele mesmo havia consultado o nome de Vlado junto ao SNI.

Audálio reforça a sua desconfiança na figura de Paulo Nunes:

Uma observação, não foi feita na ocasião, mas poderia ter sido feita, seria a de que o comandante do II Exército ou o chefe da 2ª Seção, coronel José de Barros

Paes, se valeram de Paulo Nunes para “avisar”, com antecedência, sobre prisões de jornalistas, conforme o general Ednardo havia prometido na reunião com diretores do SIndicato, no início da semana. Nunca se saberá se, na noite da mesma sexta-feira, era do conhecimento dos militares que Paulo Nunes dormiria na casa de Vlado, a quem deveria acompanhar no dia seguinte ao DOI-Codi. (Paulo Nunes morreu há alguns anos sem responder a essa pergunta). Aquela estranha missão poderia, no entanto, ter resultado apenas da preocupação do pessoal da TV Cultura de contar com uma testemunha da apresentação de Vlado no DOI-Codi (Clarice Herzog afirmaria, anos depois, que desconfiava de Paulo Nunes, por ele ser ligado ao II Exército, mas ao mesmo tempo, considerava importante que ele acompanhasse o marido, pois era conhecido “lá dentro”). (DANTAS, 2012, p.214-215)

Os dez jornalistas presos são chamados para fazer um perfil psicológico de Vlado, com o objetivo de deslegitimá-lo. Durante esse processo, o interrogador começa a vociferar sobre a incursão comunista no Brasil, e sobre como Mindlin, Golbery, Paulo Egydio e o cardeal Paulo Evaristo Arns são comunistas disfarçados. Nos interrogatórios de Marco Antônio Rocha, um dos jornalistas presos, do “Jornal da Tarde”, é mencionado que Pouco depois da morte, durante a semana em que uma grande mobilização aconteceria na frente da Praça da Sé em contestação à morte de Vlado, Geisel faria uma visita à São Paulo com o objetivo de pacificar a situação. Lá, fez discursos oficiais ao lado do governador Paulo Egydio. O general Ednardo sequer apareceu para receber o presidente. “Nesse sentido, o general presidente usou a tragédia de Herzog como uma oportunidade para ganhar força contra seus ‘inimigos de farda’” (DANTAS, 2012, p.302). Audálio reforça: a visita de Geisel não se deu em defesa dos direitos humanos, mas para enfrentar seus inimigos da linha dura.

O texto apresenta uma série de perspectivas interessantes. Reforça novamente o caráter inovador do jornalismo da Cultura, mas explica as causas que levaram esse jornalismo a ser perseguido. Primeiro, que há uma clara relação de intencionalidade posta na perseguição: por um lado, a linha dura tem como linha geral que há uma infiltração comunista na imprensa, e faz uso de jornalistas aliados para combatê-la. Por outro, o lado da distensão, de Paulo Egydio, deseja reformar a política de comunicação pública para torná-la mais atraente, e, assim, usá-la como subterfúgio para se sobressair ante a linha dura. O desejo de Vlado - e de seus companheiros - de criar novos formatos aparece aqui como uma mera conveniência oportuna para os dois lados.

Por outro lado, o livro também demonstra que a distensão não era unitária. Depois do discurso da “pá de cal”, Geisel passa a fazer coro aos militares da linha dura, fato reforçado principalmente pela prisão de Weis. Essa “guinada à direita” de Geisel não é corroborada por seus companheiros e aliados, como Golbery e Paulo Egydio, ambos surpresos e indignados com a morte de Vlado. Mesmo assim, também não representa uma aliança de Geisel com a linha dura, já que o mesmo se aproveitou da morte de Vlado para limá-la.

O livro inteiro reforça uma certa irracionalidade nas ações da linha dura, como relacionar figuras notoriamente anticomunistas ao comunismo. Assim sendo, não parece haver um real desejo de extermínio da imprensa, como uma construção tática, mas sim uma paranóia estabelecida de que era na imprensa, tanto nos jornais quanto nos sindicatos, que o comunismo poderia se infiltrar. A caçada ao jornalismo, seja ele qual fosse, parece ser um marco decisório importante para as ações da linha dura. Isso se desencadeava em ações de infiltração por parte de jornalistas alinhados com a linha dura por interesses pessoais: Fausto Rocha e seu discurso, o editor sabotador plantando o documentário sobre o Vietnã, Claudio Marques e a sua “TV Vietcultura” e, supõem-se, Paulo Nunes.

A tese da irracionalidade é importante para compreender o momento da morte de Vlado. Apesar da tensão e da intensa perseguição, o Sindicato dos Jornalistas se reuniu duas vezes com Ednardo, sem punições claras. Emitiu até notas com seu posicionamento. Weis, ao se revelar crítico à perseguição, foi demitido, não preso. A repressão física, apesar de defendida pelas figuras da linha dura, parece muito mais um sinal do descontrole que as figuras do alto escalão tinham sobre porão do que realmente uma política de Estado estabelecida na caçada aos jornalistas. Sinal de descontrole esse alimentado pela paranóia constante das grandes figuras.

É possível concluir que esse livro preenche lacunas deixadas pelos dois anteriores, como o motivo pelo qual o jornalismo em si estava sendo visado, qual o papel da Cultura nessa discussão e a relação com o PCB ser de fato muito mais um bode expiatório do que realmente o fim das ações militares. A ameaça pairava sobre o jornalismo, que tinha na Cultura, estatal, um campo de guerra estabelecido entre a distensão, de Egydio, e a linha dura, de Ednardo.

3.2 Os telejornais

Analisar a produção telejornalística da TV Cultura nos anos 70 pode fornecer interessantes amostragens empíricas para a conceptualização que procuramos. Solicitamos à própria Fundação Padre Anchieta amostragens dos telejornais da época. Infelizmente, muito do arquivo se perdeu, sobrando apenas alguns excertos. Conseguimos um *script* completo de um “Hora da Notícia” durante o período em que Walter Sampaio foi diretor de jornalismo da emissora. Além disso, conseguimos assistir a uma matéria datada logo após o tempo em que Fernando Jordão foi diretor de jornalismo da emissora, com Vlado como editor e boa parte da sua equipe sob sua administração.

Os dois períodos são muito importantes para compreendermos as mudanças no telejornalismo da Cultura, e levarmos essas ponderações à nossa síntese. Porém, os documentos reunidos não incluem o período de dois meses em que Vlado dirigiu o jornalismo. A análise poderia ser prejudicada por esta lacuna. A solução encontrada foi usar o trecho de *script* do “Hora da Notícia” reproduzido no livro “Meu Querido Vlado”, de Paulo Markun. Apesar de não ser um *script* completo, esperamos que a própria metodologia, novamente, uniformize as variáveis em termos de linguagem e conteúdo sob a égide documental.

Em relação às biografias, a análise será mais curta, tanto pelo volume do produto, quanto pela não contemplação de certos itens da metodologia, como, por exemplo, o item que aborda a autoria. Antes, se faz necessária uma explicação sobre as especificidades da produção textual telejornalística brasileira dos anos 70, passeando sobre a literatura especializada.

A televisão, conta Partenostro (1999) chegou ao Brasil nos anos 1950, trazida pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Chateaubriand trouxe técnicos estadunidenses da Corporação de Rádio da América (RCA, na sigla em inglês), para projetar uma emissão no dia 18 de setembro de 1950. Aquela transmissão seria o início das transmissões da TV Tupi, a primeira emissora de televisão da América Latina. Na época, as emissões se assemelhavam com a linguagem do veículo mais popular da época - o rádio - e faziam a exibição de muito conteúdo importado, principalmente dos Estados Unidos. Nos anos 70, período aqui estudado, a autora aborda mudanças na linguagem:

É ainda na década de 1970 que a televisão brasileira passa por uma mudança importante. As emissoras criam a *programação nacional* - uma mesma

programação (inclusive faixas de horário) para a emissora-sede e todas as outras que pertencem à sua rede. Definia-se então a penetração dos padrões do eixo Rio-São Paulo em todo o país, uma vez que as sedes das redes se concentravam nessas cidades. (PARTENOSTRO, 1999, p.32)

No trabalho de Mattos (2010), o período se enquadra no que ele chama de “Período Populista”, onde a expansão da TV se deu amplamente por financiamento bancário, em um período histórico em que o sistema bancário estava intensamente regulado pelo Regime Militar. Além disso, o Ato Institucional de Número 4 proibiu estrangeiros de possuírem concessões de rádio e televisão, e condicionou a aprovação das concessões à uma conferência das contas do interessado. Essas decisões econômicas foram essenciais para a mudança da linguagem: a adoção de um modelo que, por obrigatoriedade, deveria ser nacional e empresarial.

O período de 1964 a 1975 caracteriza-se como sendo a fase em que a televisão, abandona a improvisação dos anos cinquenta e adota os padrões de administração norte-americanos, tornando-se cada vez mais profissional. A implantação, na primeira metade da década de setenta, de um esquema empresarial industrial melhores estruturado, facilitou o surgimento de grandes ídolos, adorados por milhares de telespectadores. (MATTOS, 2010, p.34-35)

Já Rezende (2010), trabalhando mais sobre a ótica do telejornalismo do que da televisão em geral aponta que o período se enquadra no período do “Telejornalismo de Redes”, e aponta o “Jornal Nacional”, da Rede Globo, como o grande paradigma da época. Tanto este, quanto outros veículos da época se focaram em produzir conteúdo nacional, ligado em redes, com repórteres entrando em várias cidades do país. O autor ainda aponta o papel da censura: com os principais veículos se submetendo a ela (no exemplo, o “Jornal Nacional”) o telejornalismo se afastava da realidade da população brasileira, não podendo problematizar questões nacionais. A exceção que o autor aponta é o próprio “Hora da Notícia”, como mostramos na introdução deste trabalho.

Sobre as interferências do Regime Militar e suas consequências no imaginário popular do telejornalismo, Coutinho e Mata (2010) vão trazer a perspectiva de que a nacionalização das redes gerava o conceito da “transmissão simultânea” por acordos de filiação, reduzindo o papel regional na abordagem telejornalística. Esse modelo seria a materialização do desejo da integração nacional, tendo contado com a intervenção militar

desde o início e favorecendo o empresariado nacional, principalmente o residente em regiões mais favorecidas economicamente, como o sudeste, que teriam a sua produção nacionalizada para todos os locais do Brasil. Essas medidas têm fortes consequências no modelo televisivo atual do Brasil.

Mas, se por um lado a (re)união do país em rede nacional de TV atendia aos interesses do governo militar e também do mercado publicitário ainda em formação, por outro esse modelo de teledifusão reduziu os sotaques e sabores regionais presentes nas emissoras de televisão espalhadas pelo país. Organizadas em redes nacionais, as emissoras brasileiras desde então se reúnem por meio de contratos de afiliação. A exigência de produção de material audiovisual local é prevista em lei, embora sua fiscalização em geral também fique apenas no papel. (...) Na grande maioria das emissoras de TV locais e regionais a produção própria é majoritariamente ocupada pelo Telejornalismo. (COUTINHO e MATA, 2010, p.234-235)

O telejornalismo é permeado de códigos internos que definem sua linguagem. Em seu famoso manual prático Davis (1975) já aponta que todo o ofício é fruto de um conjunto de regras normativas específicas, e que a produção em televisão não foge muito disso. Apesar de se focar em meandros técnicos, o autor deixa claro que, assim como em todos os meios de comunicação, a televisão deve prezar pelo conteúdo, fazendo com que ele preceda os meandros técnicos. Aqui então está destacado o papel do texto, como organizador do conteúdo que será reproduzido pela técnica.

Também em tom manualesco, Partenostro (1999) trabalha a ideia de como o texto no jornalismo serve para ser consumido rapidamente, sem repetições: daí a sua predileção pela simplicidade e por um tom direto de escrita. O texto precisa ser escrito pensando em como as imagens irão retratá-lo, já que a imagem é o grande diferencial do veículo. Se faz necessária uma reflexão sobre como a posse da imagem pela TV contribui para o seu papel de geradora de fascínios públicos e conectora de realidades distantes. A imagem gera empatia e reflexão.

Se a televisão se impõe através da informação visual, é ainda limitada quanto à análise da mensagem que emite. A programação da TV - e aqui estamos falando da TV aberta - tem um ritmo contundente, próprio de sua natureza como meio de comunicação de massa, e acaba voltada à transmissão de notícias de maneira breve. O que se considera desvantagem na TV (superficialidade) aliada a uma

vantagem (imagem) gera um momento peculiar dentro do processo global de informação. A TV estimula e provoca o interesse e a necessidade de se ampliar o conhecimento dos fatos: acreditamos no poder motivador da TV enquanto meio de informação. (PARTENOSTRO, 1999, p.63-64)

3.2.1 Reportagem do “Hora da Notícia” de 31/7/1974

Contexto

Como já falado, a matéria foi produzida durante a administração de Fernando Jordão como diretor de jornalismo da TV Cultura. A Presidência da República já era ocupada por Ernesto Geisel, desde março daquele ano. Em seu primeiro ano, Geisel fez um enfrentamento maciço à milícia do Araguaia, iniciada no governo Médici. Seus primeiros enfrentamentos com a linha-dura já se estabeleciam, já que Geisel de 1974 era mais próximo de Golbery, longe do Geisel do “discurso da pá-de-cal.” Os governadores não eram ainda os “eleitos” por Geisel, sendo muito identificados com setores mais radicalizados do regime. Assim sendo, o governador de São Paulo era Laudo Natel, que se desagradaria com as mudanças impostas por Jordão na linha editorial da Cultura.

O Autor

O repórter (gênero masculino) que produziu a matéria não é identificado por técnicas como o “GC” (o Gerador de Caracteres, as letras que aparecem durante uma reportagem em vídeo, para apresentar novas informações, ou introduzir uma pessoa). Também não há maiores informações sobre cinegrafista, editores e produtores. Se tomarmos como base o livro de Markun (2005), sabemos que Fernando Pacheco Jordão não mais estava na direção de jornalismo da emissora, tendo sido demitido em março. O seu substituto, Walter Sampaio, veio em junho, um mês antes da exibição da matéria. Entretanto, boa parte do grupo da administração de Jordão se manteve, inclusive o próprio Vlado. Esse trecho dá a entender que o tom mais governamental se deu em 1975, com a saída de Vlado:

Embora vários jornalistas defendessem a demissão coletiva, prevaleceu o ponto de vista dele e de Jordão, para quem era mais relevante tentar salvar o projeto de jornalismo. Mas, em junho, Walter Sampaio assumiu a direção de jornalismo e, aos poucos, os antigos integrantes do grupo foram sendo demitidos. Em

dezembro, Vlado deixou a Cultura, que voltava a noticiar prioritariamente os atos do governo. (MARKUN, 2005, p.43)

Logo, é permitido concluir que a influência de Walter Sampaio não dava ainda o tom do jornalismo da emissora em julho de 1974. A autoria, não identificada, fica a cargo da equipe (Vlado incluso) que ainda restava da participação progressista de Jordão na TV Cultura. Na “análise”, será visível que a matéria foge de qualquer tom governamental ou institucional.

Autenticidade, confiabilidade e a natureza do texto

A matéria foi exibida ao autor na sede da Cultura, em um televisor no Departamento de Arquivo da emissora. Estava armazenada em uma fita, em formato VHS, que continha um conteúdo fragmentado de em torno de duas horas com cenas que compunham o que parecia ser a intenção de documentar, em ordem cronológica, a história da TV Cultura. Por se tratar de um arquivo raro, em um formato não digitalizado, não foi permitido ao autor fazer nenhum tipo de cópia ou reprodução para que esse estudo pudesse ser feito com melhor exatidão, apenas que pudessem ser feitas anotações dos trechos que se julgassem mais importantes.

Esta documentação instantânea e manual deve ser considerada aqui como um ruído não à autenticidade da matéria mostrada, mas à confiabilidade do que o ator julgou mais ou menos importante. Com certeza, forem preteridos detalhes técnicos, que podem sim acrescentar à uma análise mais aprofundada semioticamente, em detrimento de anotações sobre as fontes retratadas, as falas registradas e o comportamento do repórter. Assim, os trechos reproduzidos devem considerar mais este filtro das anotações do autor.

Conceitos-chave e a estrutura lógica do texto

A matéria faz uso da linguagem tradicional do telejornalismo: formal e neutra, com a fala um tanto quanto antiquada, justificado pela época de sua produção. Sua estrutura lógica é a da priorização do depoimento popular como validação da notícia, buscando a perspectiva do fato pelas diversas vozes. O repórter fala em quantidade reduzida na matéria, sendo as fontes as que têm mais voz no tempo de reportagem.

Figuras oficiais aparecem em menor quantidade, dando o maior destaque à figuras populares, que podem ter a sua vida interferida pela pauta.

A televisão é, por excelência, um espaço enunciativo que privilegia narrativas que se voltam para o que vem sendo chamado de história do presente, o conjunto de fatos cotidianos da vida social do país. James Carey considera estes relatos como uma forma cultural que pode ser compreendida historicamente porque institucionaliza a consciência cultural de uma sociedade. No caso do jornalismo, a narrativa dramatiza as ações e oferece ao leitor não apenas conteúdos, mas um modo de vivenciar relações sociais. (MOTA, 2010, p.161)

Retratar a vida cotidiana, as pautas cotidianas pela voz das próprias pessoas é o conceito-chave demarcado pela matéria. Mais importante do que o posicionamento da emissora, é o posicionamento daqueles que sentem as alterações do que está sendo noticiado. Das cinco fontes retratadas, apenas uma pode ser considerada oficial. O vivenciamento de relações sociais apontado pela autora fica ainda mais intenso quando cidadãos do tipo do espectador a vivenciam.

Análise

A matéria aborda uma reorganização no estacionamento do Parque do Ibirapuera. Com a mudança, o parque passaria por uma reforma paisagística, privilegiando mais o verde de flores e árvores novas a serem plantadas. Além disso, o estacionamento seria fechado para tráfego nos finais de semana, virando uma área de passeio. Parte do estacionamento seria usada no trabalho de paisagismo, reduzindo o seu tamanho. A matéria não possui a figura do repórter em frente à câmera, sendo narrada pelos próprios âncoras. Depois, entra a primeira fonte, o renomado paisagista Roberto Burle Marx, um dos responsáveis pelo projeto. Burle Marx comenta que o projeto seria vantajoso porque São Paulo precisaria de mais parques.

Em *off*, os apresentadores mostram o projeto, com descrições das vegetações e dos setores culturais que serão implementados com a mudança. Imagens das maquetes acompanham a narração, além de imagens do próprio parque. Até aqui, a matéria contradiz a tese de que aquela produção seria diferenciada de uma mera propaganda governamental, ou simplesmente a produção de um jornalismo institucional. As diferenças começam a surgir quando a matéria aborda a questão do estacionamento ser fechado para passeio nos finais de semana.

A primeira fonte entrevistada é um motorista anônimo, em seu carro. O motorista afirma que isso será bom para os fins de semana, mas que na semana seria impossível adotar algo deste tipo, pois poderia atrapalhar a sua rotina. Uma chamada em *off* introduz que os que mais tem reclamado da nova medida são os proprietários das autoescolas paulistas. Um destes donos entra em quadro, comentado que, nos finais de semana, o Ibirapuera era o melhor ambiente para se praticar com os estudantes. Outro dono também protesta, argumentando que se deveriam combater os “vagabundos” e os “malandros” nos parques, não as autoescolas.

Voltamos para os âncoras no estúdio. Costumeiramente isso demarca o fim de uma matéria telejornalística, mas aqui o recurso serviu para substituir o artifício da “passagem”, já que a matéria não conta com a presença de um repórter na primeira pessoa. Os âncoras anunciam uma nova perspectiva: a das prostitutas que frequentam o parque. A câmera volta para a cena, onde um grupo de prostitutas se alinha, com uma mais à frente, dando o seu depoimento. A moça, fala abertamente sobre como a medida irá prejudicá-la, já que o Ibirapuera era um dos poucos locais seguros para se prostituir durante o dia. Além disso, ela reitera que isso ampliaria a dificuldade de se prostituir na rua, já que a concorrência vinda das boates destinadas à prostituição estava cada vez mais intensa.

E a matéria termina. Como apontamos em um dos itens anteriores, a matéria possui cinco fontes entrevistadas. Uma delas pode ser considerada oficial (Burle Marx), apesar de não ser uma autoridade representativa do Governo do Estado de São Paulo. As outras quatro são cidadãos que, de diferentes maneiras, teriam as suas vidas alteradas positivamente ou negativamente pela medida. Um dos pontos mais importantes a serem abordados aqui é a amplitude de perspectivas que a matéria trás. É notório o fato da matéria falar abertamente de prostituição, a tratando como mais uma profissão, com implicações econômicas de qualquer outro ofício, em 1974

Para além disso, o ponto de vista dos proprietários de autoescola é interessante também para mostrar a variedade de utilidades que o estacionamento pode ter para diferentes pessoas. Assim, a matéria traz a informação, e a explicação sob uma perspectiva oficial e técnica, mas também se conectou com os sentimentos daqueles que estariam diretamente envolvidos. O fato de não haver um repórter em primeira pessoa aumenta a sensação de que os depoimentos são o foco da exibição, já que não há uma figura de “protagonismo” na tela.

A matéria confirma a tese de que o jornalismo de Jordão e Vlado (este primeiro representado por sua equipe e o último como editor do telejornal) em 1974 tinha no depoimento popular a sua âncora produtiva de um jornalismo diferente. A emissora estatal estava noticiando as ações do Governo, mas também mostrando diferentes pontos de vista, inclusive críticos. Se formos tomar como base a literatura que conta a história do telejornalismo no período, citada no há algumas páginas atrás, podemos concluir que este é um tratamento diferenciado da produção da época, mais sisuda e alinhada com o discurso oficial. É possível supor também que esta linha era ainda mais radical nos meses anteriores, quando Jordão estava no comando do jornalismo da emissora, e fora demitido, justamente, por não se alinhar com o desejo do Regime no estado de São Paulo.

3.2.2 *Script* do “Hora da Notícia” de 01/07/75

Contexto

Em julho de 1975, o jornalismo da TV Cultura era administrada por Walter Sampaio, com uma linha muito alinhada aos desejos do ex-governador Laudo Natel, mais institucional e sem os diferenciais que Jordão inserira. Quem governava São Paulo agora era Paulo Egydio, escolhido a dedo pelo próprio Presidente Geisel. Era de interesse de Egydio tornar a linha editorial da Cultura mais interessante e acessível para a população.

Autor

O telejornal é apresentado por dois nomes históricos do jornalismo da TV Cultura, Dárcio Arruda e Irineu Di Carli. Não temos qualquer informação de quem era o editor do telejornal, apenas a de que Vlado não ocupava mais esse cargo (estava, inclusive, muito próximo de iniciar o seu trabalho como o novo diretor de jornalismo da emissora, fato que se daria em setembro daquele ano). O então editor de jornalismo era Walter Sampaio, que havia sido contratado para substituir Fernando Pacheco Jordão em dezembro de 1974.

Walter Sampaio já era um jornalista veterano quando assumiu o cargo em 1974. Iniciou a sua carreira em 1956, na Rádio Bandeirantes. Em 1967, ingressa na faculdade de Comunicação Social da Universidade de São Paulo, onde adquire interesse pelos estudos no jornalismo prático, principalmente para rádio e televisão. Em 1971, desenvolve o livro “Jornalismo Audiovisual” um manual prático usado até hoje como referência no assunto no Brasil. Sua entrada na Cultura vinha da ideia de Natel de trazer

uma visão técnica de dentro da universidade pública, menos vinculada ao mercado e às novas ideias.

Numa entrevista que daria ao semanário *Aqui*, no início de novembro, o secretário de educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira, que já presidira a Fundação Padre Anchieta, declarou, referindo-se ao tipo de jornalismo que vinha sendo feito na TV Cultura e que levava às mudanças pretendidas pelo governo do Estado: “Perdeu [a TV Cultura] a capacidade de noticiar sem se envolver e, o que é pior, esqueceu totalmente o telespectador. Na parte de telejornalismo, passaram a badalar vergonhosamente o governo, sem mostrar os prós e os contras”. (DANTAS, 2012, p.144)

Sampaio faleceu em 2002 em decorrência de diabetes.

Autenticidade, confiabilidade e a natureza do texto

O *script* foi entregue ao autor em formato de fotocópia, realizada na própria sede da TV Cultura. Esse era o único *script* restante do “Hora da Notícia” guardado no Departamento de Arquivo da TV Cultura. Ao todo, possui 27 páginas, datilografadas em máquina de escrever. Durante vários trechos existem correções e anotações feitas à caneta, o que reforça o caráter utilitário do texto: foi um *script* usado para o telejornal, não uma reprodução posterior.

O envelhecimento das páginas (prejudicados pela perda natural que ocorre em fotocópias) torna a qualidade da impressão reduzida, com borrões nas palavras, mas mantendo todas compreensíveis. Diferente da matéria no item anterior, o fato de se poder levar uma cópia do texto consigo permite uma maior confiabilidade na análise, já que possíveis erros podem ser corrigidos com novas conferências ao texto. Entretanto, por se tratar de um *script*, e não de uma matéria, a quantidade de conteúdo a ser analisado foi maior, levando a decisão de criar um sistema quantitativo (uma tabela) para poder se extrair informações qualitativas necessárias desse texto equiparáveis às retiradas na matéria do item anterior. O filtro dos itens elencados nessa tabela deve ser considerado na confiabilidade das informações reproduzidas aqui.

Conceitos-chave e a estrutura lógica do texto

Um conceito importante para se compreender como o texto aqui apresentado é estruturado em relação aos demais textos do mesmo tipo (*scripts* de televisão) é a

perspectiva do âncora na produção telejornalística. No “Hora da Notícia”, o âncora não era um mero fio condutor, apresentando introduções de reportagens que iam ao ar em seguida. Isto também acontecia, mas ao invés de regra, era exceção extrema. O âncora aqui confunde-se com a figura do repórter, quando boa parte das notícias do programa são lidas por ele, com imagens acompanhando. O âncora também tem o papel de chamar as sonoras, quando a notícia conta com alguma declaração. Aparentemente, essa estrutura não faz parte da marca de Walter Sampaio somente, já que é a mesma na matéria do item anterior.

Outro conceito importante aqui é, ao contrário do que acontece na reportagem do estacionamento do Parque Ibirapuera, é o privilégio da voz oficial como foco discursivo. As notícias são legitimadas pelas autoridades que as declaram. Mas mesmo essas autoridades, que aparecem aqui em detrimento do discurso popular, também são raridade: o “Hora da Notícia” de Walter Sampaio era um jornal com poucas sonoras, valorizando a voz dos âncoras na transmissão das informações. Se formos seguir a lógica que PARTENOSTRO (1999) aponta em seu livro, sobre a necessidade de se alternarem as vozes dos repórteres com as sonoras a fim de imprimir ritmo, podemos concluir, mesmo sem assistir aos programas, que isso o tornava mais maçante.

Por fim, é importante reforçar que a linguagem aqui segue a formalidade padrão do jornalismo, com um linguajar adequado à época. Há (e isso será mais abordado na análise abaixo) uma predileção pelo pouco uso de adjetivos e pela manutenção de uma certa neutralidade linguística, que pode ser questionada em termos de conteúdo pelo fato de que as notícias raramente apresentam contrapontos, diferentes pontos de vista em conflito acerca do tema abordado.

Análise

O telejornal contém, ao todo, 18 notícias exibidas, com temáticas, formatos e tons diferentes. No quadro abaixo, é possível se ter um melhor horizonte da montagem do “Hora da Notícia” naquele início de julho de 1975:

Tabela 1 - Tema e tom das matérias do “Hora da Notícia” de 01/07/1975

Tema	Formato	Páginas	Informações Adicionais
Cassação do Senador Wilson Campos com base no AI5	Cabeça introduzindo matéria	0,5	Tom neutro
Absolvição de uma prefeita do interior acusada de “seduzir um homem casado	Cabeça introduzindo matéria	0,5	Tom neutro
Incêndio em um edifício no centro da capital paulista	Matéria narrada pelos âncoras, com imagens alternadas	2	Uso de adjetivos negativos
Mapeamento dos pontos turísticos dos municípios de São Paulo	Matéria narrada pelos âncoras, sem imagens alternadas	1	Tom neutro
Parceria entre CESP e Alemanha para uma Usina Nuclear em São Paulo	Matéria narrada pelo âncoras, imagens e sonoras alternadas	1	Tom neutro
Quadruplicação da Dutra	Matéria narrada pelo âncoras, imagens e sonoras alternadas	1	Uso de adjetivos positivos
Sintetizadores eletrônicos de música	Matéria narrada pelo âncoras, imagens e sonoras alternadas	1,5	Entretenimento
Campanha de vacinação contra meningite	Matéria narrada pelos âncoras, sem imagens alternadas	0,5	Tom neutro
Criação do plano de carreira do magistério municipal	Matéria narrada pelos âncoras, sem imagens alternadas	0,5	Tom neutro
Idi Amin desiste de executar o escritor inglês Dennis Hall em Uganda	Matéria narrada pelos âncoras, sem imagens alternadas	0,5	Uso de adjetivos negativos
Indira Gandhi anuncia novo plano econômico na Índia	Matéria narrada pelos âncoras, sem imagens alternadas	1	Uso de adjetivos negativos
Gabinete misto, formado por seis membros, assume o governo do Líbano	Matéria narrada pelos âncoras, sem imagens alternadas	0,5	Tom neutro
Jornal socialista “República” se reúne com seus funcionários rebelados em Portugal	Matéria narrada pelos âncoras, com imagens alternadas	1	Uso de adjetivos negativos
Prefeito de Nova Iorque demite 19 mil funcionários públicos	Matéria narrada pelos âncoras, sem imagens alternadas	0,5	Tom neutro
Espanha envia tanques e mil soldados contra o Marrocos	Matéria narrada pelos âncoras, sem imagens alternadas	1	Tom neutro
Um ano da morte de Perón, na Argentina	Matéria narrada pelos âncoras, sem imagens alternadas	3	Uso de adjetivos negativos
Extensão do funcionamento das escolas públicas paulistas durante as férias	Matéria narrada pelo âncoras, imagens e sonoras alternadas	6	Uso de adjetivos positivos

Fonte: Arquivo TV Cultura

Sete destas matérias são notícias internacionais, uma é nacional e o restante das outras dez tem caráter local. O grande número de matérias internacionais é impressionante, mas é importante fazer o adendo que eram matérias curtas, como notas, sem inserções diferenciadas. A exceção fica a cargo da matéria do um ano da morte de Perón, que é usada para exemplificar a situação caótica do governo de Isabelita Perón na Argentina. Apenas uma notícia nacional também é algo a se notar, para um jornal que, apesar de ser produzido em São Paulo, era transmitido em cadeia para emissoras afiliadas. Esse modelo mais local vai na contra-mão do que explicamos, na nossa leitura sobre o telejornalismo brasileiro nos anos 70, que privilegia a nacionalização da notícia.

Essa matéria nacional é sobre a cassação do senador pernambucano Wilson Campos, bem como a cassação dos direitos políticos do industrial Carlos Alberto Menezes de Sá e do ex-presidente do Banco de Pernambuco Romero do Rego Barros. Ambos estiveram envolvidos no “Caso Moreno”, de financiamento irregular da produção de algodão das indústrias de Sá por parte do Banco, com a mediação do senador. A cassação se deu através do AI5, e a própria chamada atenta para isso, mas sem perder o tom neutro. A notícia entra após a chamada dos âncoras, algo raro no “Hora da Notícia”.

No geral, o telejornal fazia pouco uso de adjetivos no seu script, adotando um tom neutro em sua construção. O tom negativo é usado apenas para falar de terceiros (como o governo argentino) ou para reforçar conceitos públicos, como a expressão “drama”, repetida duas vezes na matéria sobre o incêndio na capital paulista. O tom positivo é usado na última e mais longa matéria, sobre um projeto do governo paulista de extensão do funcionamento das escolas públicas na periferia durante as férias, para ocupar as

crianças. A matéria ocupa mais de 20% do *script*, e amplia a questão em várias nuances, todas positivas. É, sem, sombra de dúvida, uma exaltação a um projeto governamental.

Um destaque interessante a se fazer é a notícia sobre a vacinação contra a meningite, usando o tom neutro em sua redação e ocupando apenas meia lauda do *script*. No ano anterior, a notícia de que havia um surto de meningite na capital paulista foi um dos grandes motivadores da demissão de Fernando Jordão, já que ele publicara a notícia no jornal sem a autorização do governo do estado, que temia geração de pânico na população (mesmo que isso a deixasse desinformada do que seria necessário para se prevenir ou remediar a doença).

O “Hora” de julho de 1975 era um jornal que usava poucas fontes e elas eram, integralmente, fontes oficiais. Talvez o que mais se note de diferença em relação à produção de 1974 seja justamente a questão do depoimento popular, base organizativa da edição anterior e agora desaparecida. O jornal também dava pouco espaço para variedades e cultura, havendo apenas uma matéria com esse enfoque (a da chegada dos cursos de sintetização sonora). A falta de contraponto também é notada (muito relacionada ainda à falta de sonoras), já que matérias como a da projeção de uma instalação nuclear no Brasil, são tratadas com uma neutralidade asséptica.

O noticiário internacional, apesar de ser creditado no quadro como “tom neutro”, serve como um reforço ao *status quo*, já que as notícias negativas vêm, quase que inteiramente, de países subdesenvolvidos marginalizados em relação às grandes estruturas internacionais. Não há aqui uma manutenção da felicidade geral (embora possa se elencar um pouco disso pelo fato de o programa terminar com uma notícia “positiva”), já que notícias negativas (como a do incêndio) foram transmitidas, porém há de se refletir que, no geral, a edição contribui pouco para a reflexão do telespectador, sendo apenas informativa. Assim sendo, é sim possível afirmar que, em relação a 1974, esta edição do “Hora da Notícia” contribui para a manutenção do *status quo*, juntamente com os outros telejornais da época.

3.2.3 Trecho do *script* do “Hora da Notícia” com data indefinida, publicado no livro “Meu Querido Vlado”, de Paulo Markun

Contexto

O trecho corresponde ao curto período em que Vlado assumiu a direção de jornalismo da TV Cultura, em setembro e outubro de 1975. A assunção de Vlado ao cargo

corresponde a um desejo do próprio governo do estado de São Paulo de tornar a programação da TV Cultura mais interessante, angariando mais audiência. No início de agosto daquele ano, o presidente Ernesto Geisel já havia feito o seu “discurso da pá de cal”, denotando um acentuamento das contradições entre a sua intenção inicial de promover uma distensão no regime militar brasileiro e a linha-dura, desejosa da manutenção das torturas e perseguições à suposta ameaça comunista.

Autor

O “Hora da Notícia” nesta edição foi ancorada por Fabbio Perez. Perez despontou no jornalismo ao vencer um concurso para apresentar o “Repórter Esso”, na Rádio Tupi. Entrou no mundo do telejornalismo em 1963, na TV Tupi. Chegou à Cultura em 1970, e ficou lá até 1975, quando se transfere para a TV Globo, onde trabalha até hoje. Vladimir Herzog era o diretor de jornalismo da emissora, portanto, o principal responsável pelo conteúdo jornalístico exibido na TV Cultura durante este período. Entretanto, poderia se contra-argumentar que na notícia do item 3.2.1, se considerou o editor, na época o próprio Vladimir Herzog, como um dos principais autores, fazendo uso de trechos das biografias aqui estudadas para se ratificar isso. Logo, por que de novo o protagonismo de Vlado, se este agora ocupa uma função diferente na produção do telejornal? Achemos uma solução para isso no livro de Markun:

Vlado interferia diretamente nos *scripts*, trocando termos que considerava impróprios, buscando sentenças mais claras e compreensíveis e controlando qualquer tentativa de contrabando ideológico. Ele se empenhava no sentido de frear o ímpeto de editores que tinham sido contratados por Walter Sampaio e encararam sua entrada no jornalismo como uma espécie de redenção - e avançavam o sinal. (MARKUN, 2005, p.90)

Esse trecho deixa claro que havia uma necessidade de podagem e contenção ideológica, e que essa dosagem passava diretamente por Vlado. Para além disso, também é importante se considerar o nome de Paulo Markun aqui, já que ele na época assumia a posição de Chefe de Reportagem do telejornal, além de ter uma próxima relação com Vlado. Mas, superados esses pontos, há outro, ainda mais relevante, e que será mais abordado no excerto da autenticidade: o fato de estamos usando um trecho selecionado por Markun, publicado em seu próprio livro. Há aqui uma marca pessoal sua, sem sombra de dúvida.

Autenticidade, confiabilidade e a natureza do texto

O excerto não passa por nenhum dos outros problemas que os citados nos itens anteriores passam. Por ser um trecho de *script*, acessível à mão durante a análise, não sofre com os problemas da matéria exibida em 1974, onde pudemos fazer algumas poucas anotações para conferência e redação posteriores. Por ser bastante curto (três páginas e meia em papel A5), também não necessita da quantidade de filtros quantitativos que tiveram que ser imputados no *script* de junho de 1975.

Alguns problemas de confiabilidade devem ser aqui apontados, no que se refere especificamente a esse trecho. O primeiro deles é justamente o fato de ser um pedaço muito curto do *script*, escolhido por Paulo Markun para servir de exemplo sobre a sua combatividade. Logo, é visível que este é conveniente ao desejo do autor de exemplificar. Também foram usados (nos itens anteriores e na análise a seguir) os comentários do autor sobre o trecho, de novo, considerando os filtros que ele mesmo possa ter utilizado. Não há, no livro, nenhuma creditação específica à sua obtenção, embora haja uma citação à uma coleção do “Hora da Notícia” nos créditos de arquivo, ao fim do livro. Esse trecho pode ter vindo daí, ou de arquivo pessoal do autor, já que este era chefe de reportagem do programa. Não há qualquer informação no livro sobre a data em que a matéria foi exibida.

Conceitos-chave e a estrutura lógica do texto

O trecho citado mostra um *script* estruturalmente muito parecido com o de 1974, com as notícias sendo apresentadas e narradas pelo âncora, acompanhadas de imagens alternadas e sonoras das fontes retratadas. A inexistência da figura do repórter na primeira pessoa aumenta o papel do âncora, não sendo ele um mero anunciador de notícias, mas também o responsável por guiar e ditar o tom da reportagem que seria apresentada. O texto é escrito em tom formal, sem muito uso de adjetivos, criando uma narrativa mais factual e menos descritiva.

A notícia em específico que foi extraída por Markun não possui a evocação ao depoimento popular, como já havia se citado que poderia ser um padrão na produção jornalística de Herzog para a TV Cultura. Isso pode ser justificado pelo fato de ser uma notícia sobre política nacional, com um foco mais macro. O grande destaque aqui é o encadeamento: uma notícia leva a outra através de padrões de semelhança, gerando uma relação de causa e consequência. Isto permite ao espectador visualizar mais as

interconexões entre as notícias. Um jornal sem barreiras entre as informações apresentadas.

Análise

A matéria fala sobre o encerramento da convenção nacional da Aliança Renovadora Nacional, a ARENA, partido que representava o *status quo* durante o bipartidarismo imposto pelo Ato Institucional de número 2, instituído em 1965. O ponto de partida é o discurso do Presidente Ernesto Geisel, proferido ao fim da convenção. Em seu discurso, Geisel pediu que os membros do partido abrissem mão de interesses pessoais em prol da ARENA. Otimista, afirmou que a Arena se sairia bem nas eleições municipais de 1976 e parlamentares de 1978. Ainda pregou contra a corrupção e rogou por uma melhoria no sistema judiciário brasileiro.

O telejornal conecta esta notícia com a de que a convenção do Movimento Democrático Brasileiro (MDB, a oposição do bipartidarismo brasileiro) chegava ao seu fim, com discurso de encerramento realizado pelo presidente do partido, o deputado Ulysses Guimarães. Um trecho do discurso é mostrado. O discurso do deputado, em tom poético, evoca que a oposição representa o Brasil na luta para que as reivindicações da população sejam garantidas. Conclui sua fala com um grito de guerra que entoia que “a nossa luta continua”.

Essa notícia se interconecta imediatamente já com outra notícia, a de que, em ambas as conferências, o *status quo* interno dos partidos saiu vitorioso (nas figuras de Geisel e Ulysses), apesar de se citar que houve uma organização para se criar uma oposição contra Ulysses Guimarães. O trecho final do *script* denota algumas das diferenciações da matéria que pretendemos abordar aqui:

FABBIO: As convenções não responderam a uma importante questão política: o futuro do sistema partidário brasileiro. Arena e MDB continuarão a existir ou o governo favorecerá a criação de outros partidos? Em Brasília, *Hora da Notícia* ouviu a opinião do vice-presidente do MDB. (MARKUN, 2005, p.90)

Percebe-se que o principal destaque que daremos aqui é o conceito de transição entre as matérias, criando uma sensação de causa e consequência entre elas. Esse conceito vai além, na nossa busca pela combatividade presente no programa, quando analisamos do ponto de vista comparativo. O discurso mais enérgico de Ulysses Guimarães é

mostrado (um trecho), enquanto o de Geisel é apenas citado. A hegemonia na Arena é retratada de modo fatalista, enquanto, no MDB, se abre espaço para debater que haviam grupos internos se organizando contra Ulysses: em um a hegemonia é causa do próprio processo, enquanto em outro, constantemente disputada no modelo democrático.

Por último, é importante citar a ideia de que esse trecho leva a notícia, pontual, factual, para o questionamento mais amplo. A notícia (ou as notícias) é a de que as convenções estavam se encerrando e os pensamentos hegemônicos em ambos os partidos se mantiveram. A maneira como as notícias se interligam leva, no final, ao questionamento sobre todo o sistema bipartidário brasileiro. Infelizmente o trecho se encerra com essa informação (a chamada da sonora do vice-presidente do MDB), sem sabermos como o *script* desenvolveu essa parte, mas só o fato de que ambas as notícias discorrem para um questionamento sobre o próprio sistema partidário como um todo nos leva a refletir sobre como o jornalismo de Vlado não tinha a mera intenção de contar notícias, mas também de transitá-las para questões mais amplas sobre o papel do cidadão.

Esse pequeno trecho nos leva a caminhos dialéticos bastante interessantes, que passam por dois nomes fortes para o estudo do jornalismo, especialmente se voltado para a esquerda: György Lukács e Adelmo Genro Filho. Mas não nos aprofundaremos nisso agora. Teremos todo um capítulo de análise, a seguir, para esmiuçar as nuances mais profundas dos conceitos apresentados por estes e outros autores em relação às três biografias e às três representações telejornalísticas, aqui retratadas e uniformizadas como documentos, e o que elas podem nos dizer sobre o papel do telejornalismo na morte de Vladimir Herzog.

4 – A ANÁLISE

Como citamos nos capítulos anteriores, o método escolhido por nós como o mais adequado para se vislumbrar e analisar a realidade através desta pesquisa é a dialética, alinhada com um pensamento materialista. No capítulo anterior, apresentamos a metodologia da Análise Documental. Esta metodologia soluciona um dos problemas apresentado por esta pesquisa: o fato de os materiais analisados empiricamente por este estudo pertencerem a formas, formatos, autores e temporalidades distintas. Unificá-las na categoria de “documento” se fez necessário para se complementarem e obtermos os resultados desejados.

Essa metodologia gera a necessidade de se fazerem análises dos produtos com o objetivo de se extrair a interpretação mais contextualizada e aprofundada o possível. Entretanto, essas análises - de maneira alguma - configuram aqui como a análise final, como o objetivo definido inicialmente. Elas forneceram importantes informações para podermos qualificar melhor a nossa síntese, mas o caminho de maior relevância chega agora: realizar um estudo dialético sobre as causas que levaram a morte de Vladimir Herzog.

Mas afinal, o que é a dialética? Existe, em torno da palavra, e do recorte marxista que pretendemos aplicar aqui, um conjunto de pressupostos valorativos e metodológicos que contribuem para uma maior percepção da realidade. Não podemos nos esquecer que essas normas e esses pressupostos são um tanto quanto voláteis e mutáveis, já que:

Para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se "aplicam" a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para "enquadrar" o seu objeto de investigação. Recordemos a passagem de Lenin que citamos: Marx não nos entregou um lógica, deu-nos a lógica d 'O capital. Isto quer dizer que Marx não nos apresentou o que "pensava" sobre o capital, a partir de um sistema de categorias previamente elaboradas e ordenadas conforme operações intelectivas: ele (nos) descobriu a estrutura e as dinâmicas reais do capital. (NETTO, 2011, p.52)

Para compreender esse método, se faz importante um resgate histórico. VASCONCELOS (2014) aponta que o interesse na dialética existe desde a antiguidade grega, nas reflexões de diversos filósofos. Na modernidade, quem retornaria a este

método como base de estudos seria o alemão Georg Hegel. Hegel colocou a dialética como um método em que se contrapõem uma tese com uma antítese, e ambas contrapostas geram uma síntese. A concepção hegeliana da dialética, embora apresente gigantescos avanços metodológicos, difere da de Marx quando pensamos no papel do homem nesta construção. O homem no processo dialético, para Hegel, teria por base a sua essência, uma construção no campo das idéias. Aí que surge o materialismo de Marx, quando este aponta que “a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais” (MARX, p.2)

Marx, partindo da crítica à concepção dialética de Hegel, dará importante contribuição às discussões em torno da dialética. Fundamental para isso será a concepção de homem elaborada por Friedrich Feuerbach. Ele entende o homem como “sensível” e “concreto”. Karl Marx opõe a Hegel esse homem sensível de Feuerbach. Ao homem espiritual hegeliano, Marx contrapõe o homem real feuerbachiano. Segundo o filósofo de Tréves, a grandeza de Hegel consiste em ter destacado a dialética do movimento da história. Contudo, sua fraqueza foi ter reduzido o homem ao espírito, à consciência, ao pensamento. Desse modo, ele põe em evidência apenas a forma abstrata do movimento dialético. O pensamento de Hegel captou o movimento dialético, mas reduziu-o a um movimento abstrato. De acordo com Marx, a atitude de Hegel é uma forma mistificadora da dialética. (VASCONCELOS, 2014, p.3)

É necessário aqui compreender que a própria estrutura bibliográfica de Marx passou por transformações, à medida que a perspectiva materialista vai tomando corpo e mais relevância em sua obra. O já citado VASCONCELOS (2014) aponta que é no “Manifesto do Partido Comunista”, de 1848, que Marx iria romper com toda e qualquer perspectiva que o tornasse próximo do idealismo hegeliano, como o do outro discípulo de Hegel, Ludwing Feuerbach. Marx também rompe com Pierre-Joseph Proudhon e a sua ideia bipolar de que bastava se eliminar o lado “mau” de toda a linha de pensamento. Marx defende a síntese: não é eliminar, e sim, unir ambas as ideias para chegar ao processo final – no caso da luta de classes, a revolução, negada por Proudhon.

O pensador brasileiro Florestan Fernandes, em seu clássico “Nós e o Marxismo” de 1987 (reeditado em 2009), defende a atualidade do “Manifesto do Partido Comunista”. Seu principal embate é com os que apontam que como supostamente vivemos em uma sociedade que funciona economicamente diversa daquele capitalismo do Império Britânico no século XIX, logo, o “Manifesto” seria uma leitura ultrapassada e incoerente.

A tese de Fernandes é a de que a expansão do capitalismo ao longo do globo e a proliferação a sua opressão sobre a classe trabalhadora provoca, propositalmente, essa onda reformista que acredita na possibilidade de uma solução concreta e dialética para a humanidade através de avanços positivos no capitalismo.

Se se considera que Marx investigou não só o capitalismo de sua época, mas as condições objetivas da produção e da reprodução da acumulação capitalista acelerada, só seria possível negar as “suas ideias” se o capitalismo se tivesse tornado o avesso de si próprio, ou seja, se a mais-valia relativa, a manipulação econômica, social e política do exército industrial de reserva, a concentração e a centralização do capital, as classes e a dominação de classe etc., tivessem desaparecido. Ora, isso não ocorreu. As contradições do capitalismo monopolista e do imperialismo assumem dimensões aterradoras, exatamente por isso. (FERNANDES, 2009, p.8-9)

Temos aqui então que a revolução não foi superada como conclusão dialética para solucionar da questão de classes, mantendo assim, atuais as leituras de Marx não só sobre o funcionamento econômico e político, mas também sobre o pensamento filosófico. O russo Vladimir Ilyich Ulyanov, que entrou para a história como Lenin, ficou conhecido como grande revolucionário comunista, após ter sido uma das principais lideranças da Revolução Russa de 1917, nascedouro da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Além disso, Lenin também foi um importante teórico do marxismo, tendo escrito obras com o enfoque de encaminhar a teoria para a prática.

Uma obra em particular de Lenin interessa ao nosso estudo: “Materialismo e Empirocriticismo”, publicada em 1908. O livro é uma crítica dirigida a filósofos como Ernest Mach, Richard Avenarius e Alexander Bogdanov. Na segunda metade do século XIX, estes (e outros tantos) tentaram estabelecer a metodologia do empirocriticismo, que seria uma visão intermediária entre o materialismo histórico e o idealismo. Por acreditar que não existem meio termos, já que a emancipação da classe trabalhadora deve ser o único e indissolúvel objetivo filosófico da humanidade, e o materialismo é a corrente teórica que abarca essa disputa, Lenin desconstrói a concepção empirocriticista, apontando que ela é um mero continuísmo do idealismo. Os irmãos Tarso Fernando Genro e Adeldo Genro Filho vão explicar essa concepção de Lenin no seu livro “Lenin Coração e Mente” de 1985 (e republicado em 2003 e 2009). No trecho abaixo, os autores

discutem as conseqüências políticas de se negar o materialismo como corrente filosófica emancipadora:

A questão é que não há postura intermediária possível entre o materialismo e o idealismo: ou reconhecemos o mundo como objetividade e realidade, ou teremos que considerá-lo como inatingível ao conhecimento, isto é, uma realidade superior ao próprio homem, originada no seio divino, tal como na religião. O pressuposto materialista sobre o mundo é indispensável para compreender as possibilidades efetivas de conhecer e mudar a sociedade; por isso, é a perspectiva que mais interessa à classe operária e a todos que lutam contra a exploração e a opressão. Sem uma concepção materialista, advertia Lenin, tudo perde o sentido propriamente humano e histórico. A vida em sociedade adquire uma espécie de hálito metafísico, que sopra seu arbítrio e sua ira sobre o destino dos homens. A vida torna-se uma condenação irrecorrível para os injustiçados, os trabalhadores e demais oprimidos, e uma absolvição definitiva para os capitalistas e detentores de privilégios. Por isso, os homens não encontram razões concretas para se rebelarem diante da opressão e, principalmente, ficam impossibilitados de compreender as condições práticas e teóricas necessárias para transformar o mundo. (GENRO e GENRO FILHO, 2009, p.52-53)

A preocupação de Lenin, ainda segundo os irmãos Genro, é a de que com o aniquilamento do conceito de uma existência objetiva do mundo, tornaria todas as opressões concretas em subjetividades e individualidades, que poderiam ser relativizadas constantemente pela classe dominante. Tarso e Adelmo chegam a citar exemplos como os baixos salários, o desemprego e a miséria; e nós podemos aqui ampliar o leque inserindo o machismo, o racismo e a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e afins. O perigo que é necessário apontar é o de que, se realizarmos uma análise dialética que não tem por base o materialismo, chegaremos a uma conclusão descolada da realidade e incapaz de formular conjecturas para o avanço da humanidade.

Assim explicado, conseguimos aqui absorver informações relevantes para a produção da nossa análise. Ela deve procurar a elaboração de uma síntese, que provenha da junção (não da exclusão) de uma tese com uma antítese e deve, como lei absoluta, ter por base em suas formulações uma visão materialista da história. Para dar início a esse procedimento, se faz necessária então a elaboração primária da tese que irá ser regida pelas nossas análises posteriores.

A tese que será aqui estudada é a seguinte: “Vladimir Herzog foi morto pela Ditadura Militar brasileira devido ao caráter revolucionário de seu jornalismo”. Nesse excerto não se faz necessário realizar uma leitura minuciosa sobre toda a vastidão de conceitos presentes nessa tese, essa leitura virá ao longo das próximas páginas, especialmente no que tange ao termo “caráter revolucionário”.

É importante reforçar que usamos aqui a palavra “tese“ no seu sentido dialético, e não no sentido que geralmente ganha em estudos acadêmicos, como a ideia a ser defendida. Ao contrário, quando elencamos essa ideia para ser a nossa tese, em um processo dialético, estamos pressupondo a sua insuficiência em corresponder à materialidade das coisas. Acreditamos que essa é a asserção que precisa ser estudada sob o crivo da dialética, com base nos conhecimentos que adquirimos das análises prévias. O que vale aqui ser feito de imediato é a explicação do por que se adotou esta tese como base para as análises que virão em seguida.

Como já explicamos, o processo que adotaremos não é o de embasar a matéria pelas ideias, mas as ideias pela matéria. Logo, é presumível que a tese a ser levantada venha de um constructo idealista para que, durante o processo dialético, seja confrontada com conceitos provindos da materialidade, ou seja, vindos da concretude do que extraímos nos materiais analisados. Assim sendo, compreendemos que a tese levantada está presente principalmente no âmbito das ideias. A defesa que fazemos aqui é a de que a tese que levantamos persiste no dito “senso comum” como imperante. Vladimir Herzog é lembrado, muito mais, como jornalista do que como militante comunista. Isso inclusive vai de encontro com a primeira tese defendida pelos militares após a sua morte, quando o General Ednardo afirma que ele morreria “por ser comunista, não por ser jornalista”.

É interessante notar aqui que, dentro do nosso próprio processo dialético, há processos dialéticos internos. A tese que defendemos ser a do senso comum surge como uma antítese à defendida pela ditadura: é afirmar que Herzog não era comunista, era um jornalista, morto em exercício de sua função pela censura. O “caráter revolucionário” entra posteriormente, quando notamos que há uma necessidade de se reforçar a ideia de que, se Herzog foi morto pelo regime como jornalista, é por que elementos da sua produção eram, em algum modo, anti-sistêmicas e combativas.

Esse processo dialético sobre a morte de Vlado é essencial para a compreensão da escolha da tese. Claro, ele é um processo idealista, ou seja, falho. É uma construção no embate de ideias com a intenção de rebater um argumento hegemônico. Essa construção perdura no imaginário popular: Herzog é homenageado como jornalista e sua produção é

tida como marcante, mesmo que, na esfera do senso comum não se faça um real aprofundamento sobre essa produção. Tendo definido a nossa tese, partiremos agora para o processo da construção da síntese.

4.1 Jornalismo Revolucionário?

Neste excerto abordaremos os trechos dos telejornais, analisados no item 3.2 deste trabalho. É com base nesses trechos, as provas materiais que nos foram disponibilizadas da produção jornalística de Herzog. Só se aprofundando nos materiais retirados pelos telejornais que conseguiremos avaliar a validade da tese, mesmo que se faça necessário um aprofundamento dos conhecimentos provindos do contexto histórico, o que só virá de uma análise profundamente dialética das biografias, o que veremos a seguir. Esse estudo dos telejornais tem muito mais o objetivo de se alinhar com a tese do que, necessariamente, gerar formulações à antítese.

Com base na análise documental que realizamos nos produtos, foi possível detectar duas características que podem ser apontadas como o grande marco de diferenciação daquela produção telejornalística para as demais: a valorização do depoimento popular como fonte de informação e a interconexão entre os assuntos abordados nas reportagens, dando uma visão mais global de informação. É com base nesses dois eixos que dissertaremos sobre a qualidade da produção telejornalística de Vladimir Herzog, o dito caráter revolucionário.

O depoimento popular pôde ser mais notado na reportagem de 1974, sobre a readequação do estacionamento do parque Ibirapuera. Também pudemos, em nossa Análise Documental, notar que isso não se configurou na prática quando Herzog se afastou do telejornal, tanto no período em que ele era editor, quanto no período em que ele era diretor de jornalismo (e também comprovamos o seu protagonismo nesses dois períodos, mesmo em cargos diferentes).

O que seria esse depoimento popular? Aqui, queremos dizer o uso de fontes não oficiais, de populares. Precisamos nos aprofundar um pouco mais no conceito de fonte para ampliar esse escopo. Os livros de jornalismo de caráter mais *manualesco* podem nos ajudar nesse sentido. Aldo Antonio Schmitz define a fonte popular da seguinte maneira:

Na condição de cidadão e consumidor, essa fonte reivindica os seus direitos e utiliza a mídia para intermediar a solução de seus problemas com os poderes público e econômico. Enquanto vítima, expõe a sua desgraça, infortúnio e

sacrifícios pessoais, quando prejudicada pela violência, tragédia, injustiça ou logro. Busca na mídia, a comoção social. Ao dar voz ao povo, o jornalismo usa como fonte o cidadão, eleitor, contribuinte, consumidor, morador, inquilino, passageiro, pedestre, paciente, torcedor, espectador, ouvinte, leitor, usuário, aluno, empregado, operário, criminoso, sonegador, vítima e por aí vai. (SCHMITZ, 2011, p.49)

A análise de Schmitz é interessante. Ela dá mais atenção às relações de interesse entre a fonte popular e a mídia: é o desejo de expressar suas indignações, suas mazelas pessoais. Já o veículo tem o interesse de ilustrar determinada situação. É como se a fonte popular fosse uma entidade única, com o objetivo de demonstrar determinada situação, exemplificar o que a fonte oficial (ou mesmo o especialista) querem dizer. “Ou seja, o jornalismo apropria-se da fala popular nem sempre para explicar o ocorrido, mas ampliar os fatos e empatia ou suposta expectativa do público.” (SCHMITZ, 2011, p.49).

Aqui queremos defender que o depoimento popular em Herzog tinha um caráter diferente. Primeiro por que as fontes populares estão apresentadas como primazia em relação aos outros tipos de fonte. É um grau de prioridade que transcende a mera ilustração de conceitos previamente apresentados. Na matéria do estacionamento, as fontes introduzem aos conceitos e às novas visões, como a prostituta e o proprietário de auto escola: pontos de vista marginalizados, desconsiderados.

Essa maior inserção dos personagens no produto final pode sim estabelecer uma perspectiva valorativa, qualitativa. O estudo das professoras Beatriz Becker e Lara Mateus estabelece que as qualidades para se considerar um telejornal melhor ou não do que o outro estão na “diversidade de temas e atores sociais, pluralidade de interpretações, inovações estéticas e contextualizações dos acontecimentos” (BECKER e MATEUS, 2010, p.134).

As autoras reforçam em seu estudo que a televisão não é um espelho que traduz a realidade, apesar de que o fato de ela fazer uso de imagens que reproduzem a realidade causar essa impressão. A televisão é uma distorção, um recorte da realidade. Nesse sentido, a já citada “diversidade dos atores sociais” tem um papel importante. É nessa diversidade em que o telejornal demonstra o seu recorte da realidade, o lado em que ele se posiciona. É através dessa diversidade que o telejornal contribui qualitativamente para as mudanças e interferências sociais que um telejornal geral:

Na tevê são encenadas muitas das mais importantes dimensões da política contemporânea, mas também são promovidos conhecimentos sobre a realidade social. De fato, a televisão e os noticiários podem funcionar como instrumentos fundamentais da ampliação ou restrição do interesse público e da expressão de diferentes atores sociais. A narrativa dos telejornais é o resultado mais ou menos ambíguo da interseção entre informação e desinformação, verdade e artifício, montagens ritualizadas e espontaneidade. A experiência coletiva das realidades sociais local e global que reúne e é partilhada pelos mais distintos grupos sociais é produzida pelo telejornal. (BECKER e MATEUS, 2010, p.131)

O outro ponto que gostaríamos de estudar aqui é a interessante interconexão de temáticas que tivermos a oportunidade de observar no excerto de *script* do jornal “Hora da Notícia” durante o período em que Vladimir Herzog esteve na direção de jornalismo na TV Cultura. Vamos rememorar o que aconteceu naquele trecho: a notícia falava sobre a conferência partidária da ARENA. Logo após, em tom comparativo, o telejornal vai para a conferência partidária do MDB. Ao fim desse processo, a construção textual e temática da notícia leva a um questionamento sobre o próprio papel do bipartidarismo na democracia brasileira.

A hipótese que pretendo defender aqui é a de que essa construção jornalística de conexões é muito próxima da defendida pelo teórico Adelmo Genro Filho em seu clássico “O Segredo da Pirâmide”. Nesse livro, lançado em 2009 e relançado em 2012, Adelmo faz um passeio descritivo por várias concepções teóricas do jornalismo ao longo das décadas e da evolução dos estudos sociais sobre o fenômeno, além de analisar a perspectiva sobre a qual a esquerda observa o jornalismo. Também existe, em sua obra, uma perspectiva plenamente normativa de como ele pretendia resolver a questão do jornalismo em uma sociedade regida pelo socialismo.

Adelmo trabalha a perspectiva das três dimensões pelo qual se pode analisar a realidade: o singular, o particular e o universal. Essa perspectiva é muito presente na obra filosófica de Hegel. Já apresentamos as problemáticas de Hegel sob a ótica de Marx, e quem melhor fez a transição de essas categorias sob uma perspectiva materialista foi o pensador György Lukács, que é o principal teórico seguido por Adelmo para trazer essa perspectiva para o jornalismo. Adelmo explicava que, para além da concretude dessas três categorias, há uma relação já estabelecida entre elas: um particular é sempre particular em relação a um universal e um singular é sempre singular em relação a um particular.

O apontamento adelmista primordial sobre a universalidade é o de que ela é a perspectiva sobre o qual se observa a ciência. O conhecimento científico, por mais universal que seja, sempre será um apontamento para o universal. Nas palavras do próprio autor, esse conhecimento específico sempre se guiará para uma pluralidade ilimitada. Os diálogos entre os indivíduos sempre transitam entre a dimensão particular e singular dos fenômenos. O particular é a dimensão onde aspectos subjetivos da vivência cultural se identificam entre si. O singular seria o fato, propriamente dito, o acontecimento pontual.

No universal, estão contidos e dissolvidos fenômenos menos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e afetiva. Podemos exemplificar isso da seguinte forma: em cada homem singularmente considerado estão presentes aspectos universais do gênero humano que dão conta da sua identidade com todos os demais; na ideia universal de gênero humano, por outro lado, estão presentes – como se “dissolvidos” – todos os indivíduos singulares que o constituem; o particular, então, pode ser família, um grupo, uma classe social, ou a nação à qual o indivíduo pertença. O particular é mais amplo que o singular, mas não chega ao universal. (GENRO FILHO, 2012, p.170-171)

E o jornalismo, onde se enquadraria nessas definições? O jornalismo, para Adelmo, vai no caminho oposto ao da ciência: sempre termina na perspectiva singular. O singular é o instrumento de trabalho, é a matéria prima do jornalismo. Isso também o diferencia da arte, já que ela seria uma singularidade arbitrária, já que mesmo abordando o fato em específico, ela sempre terminaria na estética, uma dimensão presente no particular. O jornalismo então seria uma forma de conhecimento com características próprias suas. Ela não é, por exemplo, baseada no senso comum, é uma contemplação aprofundada dos fatos, porém aproximados do cotidiano, do dia a dia dos indivíduos.

É através dessa perspectiva singular que o jornalismo busca a essência de todos os fenômenos: a busca concreta de todo e qualquer estudo marxista. O jornalismo, agora elevado ao grau de forma de conhecimento, ganha uma importância própria, a de se aprofundar constantemente nos acontecimentos que regem a práxis humana singular. O pesquisador Felipe Simão Pontes, em sua tese de doutoramento sobre a obra de Adelmo Genro Filho, aponta para essa responsabilidade do jornalismo como espectro singular:

O jornalismo, como forma de conhecimento, tem por tarefa revelar a essência, sem, no entanto isolar essa essência em relação ao fenomênico. Como processo dinâmico, o conhecimento é a revelação da essência na sua relação com a dimensão fenomênica. No jornalismo, essa afirmação é ainda mais importante, pois sua tarefa é conhecer a essência sob a forma da singularidade, ou seja, recuperando a dimensão fenomênica do fato social. Ele é responsável por apanhar o momento final e mais superficial do processo de produção que originou tal fato e de revelar as conexões que ligam esse “produto” à base na qual está inserido, na maioria das vezes, devendo transcender as condições de produção do próprio fato. (PONTES, 2015, p.364)

Essas perspectivas são bastante inovadoras e impactantes em relação à maneira como o jornalismo é dado. São perspectivas descritivas, ou seja: todo e qualquer jornalismo, independente de qualquer análise qualitativa que possamos inferir, é uma método de pensamento que se baseia na singularidade. Entretanto, é necessária aqui a realização de um juízo de valor para imputarmos sobre o jornalismo de Herzog, especificamente na transição entre suas matérias. Adelmo Genro Filho, em sua obra, também apresenta dimensões normativas.

No capítulo 9 do “Segredo da Pirâmide”, o pesquisador gaúcho se foca em problematizar a instituição do *lead*, com a sua pirâmide invertida. É aquela clássica estrutura jornalística onde, em uma notícia, se relata em primeiro lugar as perguntas essenciais sobre o fenômeno abordado na matéria. Depois, a medida que o texto vai transcorrendo, ficamos informados dos fatos menos relevantes através de uma construção um pouco mais cronológica. Adelmo considerava essa perspectiva pouco aprofundada teoricamente, sem efetivamente construir uma teoria do jornalismo.

Para Adelmo, o modelo ideal de jornalismo é aquele em que, a partir de uma singularidade, sistematizada pelo próprio *lead*, se dialoga com a particularidade posta no evento. Esse diálogo flertaria, em muitos momentos, com a própria dimensão universal. O ponto de partida de uma notícia deve ser o que há de mais singular em seu composto, e depois esse processo deve culminar em uma conversação com a particularidade fenomênica. Da sua relação com o universal haveria, sempre, uma indignação com a própria condição humana, em todo e qualquer fato noticiado.

É no corpo mesmo dos fenômenos que a notícia insinua conteúdo, sugere uma universalidade através da significação que estabelecer para o singular no contexto do particular. Na face do singular, através da mediação do particular, o universal

se mostra num claro-escuro, como indícios, sugestões e pálidas imagens, que constituem a herança deixada pelos pressupostos filosóficos e ideológicos que presidiram a apreensão e reprodução do fenômeno. De fato, essa conexão com a particularidade é fundamental para a definição do conteúdo. (GENRO FILHO, 2012, p.206)

Há bastante valoração nestas definições de Adelmo. Ele considera, inclusive, que o sensacionalismo acontece quando se hiper-singulariza um fenômeno, sem dar a devida atenção às dimensões particulares e sem dar ao leitor (ou ouvinte, ou espectador) a oportunidade de rever as suas concepções universais através daquele fato. É como se uma notícia sobre as conferências partidárias de uma ditadura bipartidária não demonstrasse, em nenhum momento, como o partido da ordem chega a consensos de maneira mais fácil que um partido que se pretende democrático. Ou mesmo não questionasse, em nenhum momento sobre o bipartidarismo como ferramenta válida de exercício democrático.

Os exemplos aqui dados não são por acaso. A crença defendida é a de que as conexões entre matérias que pudemos apontar na análise documental do trecho do *script* de 1975 se adequa à ideia de que os fatos singulares devem possuir diálogo com a particularidade e nos remeterem à universalidade. Somando isso ao depoimento popular, temos sim, com certeza, um produto telejornalístico diferenciado e, qualitativamente, muito interessante

Mas isso por si só configuraria em um jornalismo revolucionário, com grifo no adjetivo? Em primeiro lugar temos que configurar o que seria esse jornalismo revolucionário e se ele se adequa aos conceitos aqui apresentados. Um importante primeiro passo é fugirmos da ideia, um tanto quanto presa no senso comum, do que deve fazer e de como deve parecer uma produção jornalística que se pretende revolucionária. O próprio Adelmo Genro Filho, no mesmo “O Segredo da Pirâmide”, tinha um interesse particular em separar a sua produção ideal de qualquer manifesto panfletário do que a esquerda na época esperava do jornalismo (e, de certa forma, até hoje espera). Adelmo defende que, mesmo tendo nascido pelos meios de produção burgueses, o jornalismo não necessariamente está a serviço deles, e pode existir em uma outra forma de sociedade:

O jornalismo não pode ser reduzido às condições de sua gênese histórica, nem à ideologia da classe que o trouxe à luz. Parafrazeando Sartre: a notícia é uma mercadoria, mas não é uma mercadoria qualquer. (...) A ambivalência do jornalismo decorre do fato de que ele é um fenômeno cuja essência ultrapassa os

contornos ideológicos de sua gênese burguesa, em que pese seja uma das formas de manifestação e reprodução da hegemonia das classes dominantes. (GENRO FILHO, 2012, p.23)

Superado esse ponto, da existência ou não de um jornalismo revolucionário, tratemos de conceituá-lo. Ora, Adelmo Genro filho já nos deixou muito bem posicionados na perspectiva de um bom jornalismo, de qualidade, e que contribua para uma maior reflexão sobre os grandes temas que regem a humanidade. O desafio agora transita entre a esfera semântica e a esfera conceitual: concluir, enfim, o que queremos rotular como algo revolucionário.

Alguns dos debates primazes sobre essa questão são os travados entre o já citado Lenin e o líder comunista da II Internacional Karl Johann Kautski. Tido como reformista e recuado, Kaustski constantemente contrariava, com suas teses, o ímpeto revolucionário de Lenin de tomar o poder e estabelecer um Estado socialista controlado pelos trabalhadores. É o conhecido debate, dentro da esquerda, entre as propostas reformistas e as propostas revolucionárias. O filósofo brasileiro Vladimir Safatle apresenta no livro “A esquerda que não teme dizer seu nome” o seu asco a esse debate:

É possível que tenha chegado a hora de dizer com clareza que dificilmente encontraremos uma dicotomia mais empobrecedora e equivocada para a reflexão política do que esta que separa “reforma” e “revolução”, prática reformista e pensamento revolucionário. Não foram poucas às vezes, no entanto, que essa dicotomia foi pressuposta em análises de situações político-sociais. (SAFATLE, 2014, p.72)

Safatle apresenta o que ele considera os dois equívocos fundamentais nesse debate. O primeiro é o de que, com ele, nos prendemos à revolução como se ela fosse o único acontecimento sincero que a história possa produzir positivamente, nos prendendo a um determinado período histórico em que elas aconteceram e repetindo o seu modelo. Isso nos impede de ver distinções entre os fenômenos e essa visualização é, para o filósofo, uma negação da própria inteligência. O outro ponto que o autor levanta é o de que, se nos prendermos única e exclusivamente à possibilidade de que as revoluções podem sim acontecer, e não nos prepararmos historicamente para esta possibilidade.

O modelo levantado por Vladimir Safatle, que pretendemos adotar nesse estudo, é o de uma esquerda que luta “por reformas sem perder de vista o fato de que processos

incalculáveis podem acontecer” (SAFATLE, 2014, p.76). Normativamente, existem três frentes de atuação que o autor pauta para que a esquerda brasileira atue: a indiferença às diferenças, a redução das desigualdades sociais e uma maior intervenção da população no Estado (a dita capacidade de se revoltar). A indiferença às diferenças é um ode ao multiculturalismo, à construção de sociedades em que as diferenças entre as pessoas não sejam relevantes. A redução das desigualdades sociais está tanto em remuneração, quanto em acesso à direitos básicos e qualidade de vida. A intervenção maior da população do Estado se refere a uma revisão do Estado democrático de direito como única medida aceitável de democracia.

Definir ou não como revolucionário o jornalismo de Herzog pode ser considerado irrelevante, pela perspectiva de Safatle, mas podemos contemplar que há, na junção das dimensões singulares, particulares e universais presentes nos produtos, um flerte com estes três aspectos. Esse processo aprofundado de dissecação da interpretação que temos sobre esses produtos nos leva a concluir que sim, a produção de Herzog era diferenciada por apontar a uma trajetória progressista. No próximo excerto, na análise das biografias, teremos a oportunidade de aferir se a real causa de seu assassinato teria sido essa produção.

4.2 – O 18 Brumário de Ernesto Geisel

O processo de análise documental das biografias passou pelo fato de que tivemos que considerar os diferentes momentos históricos e que elas foram escritas, incluindo as vantagens e as desvantagens que estes momentos apresentam entre si para o nosso estudo. Dele, pudemos ter um vislumbre um pouco mais multilateral das diferentes perspectivas apresentadas. Cada autor, com sua particularidade, viveu aquele momento de formas diferentes, expressou conclusões diferentes e solucionou arestas que o outro eventualmente possa ter deixado.

Correndo o risco de soar repetitivo, é importante apontar, novamente, que será o materialismo histórico a base para a nossa análise. As análises de conjuntura materialistas não são simples: o idealismo, como uma sobra, cria armadilhas fazendo com que a crença soe como matéria, um risco sempre presente se partirmos da perspectiva de que as personalidade do analista sempre estarão dadas, colocando suas perspectivas pessoais e internas como um risco a ser evitado. Trabalhar com o exemplo de análises do mesmo

tipo que foram bem sucedidas nessa tarefa parece um importante passo para lidar com essa problemática.

Provavelmente a melhor demonstração que podemos coletar é o livro “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, de Karl Marx. Publicado em 1852, o livro retrata o processo da Primavera dos Povos na França, do estabelecimento da Segunda República, com Luís Bonaparte como presidente, e do eventual golpe, em 1851, que coloca o próprio Luís Bonaparte como o novo monarca francês – sob a alcunha de Napoleão II. Marx viveu em Paris durante o período e usou do materialismo histórico para produzir uma impactante análise de conjuntura sobre a situação.

Em termos sintéticos, a tese de Marx é muito bem resumida no célebre trecho que faz parte das primeiras linhas do primeiro capítulo do texto:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenados a revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo eu jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens. (MARX, 2007, p.19)

A análise de Marx sobre o segundo 18 Brumário francês parte de dois pressupostos muito importantes que balizarão a perspectiva sobre o qual analisaremos as expressões biográficas da morte de Vlado. O primeiro deles está muito presente no trecho que citamos acima, que é o de que a história pode se repetir como tragédia e como farsa. Ou seja, pode haver intencionalidades e interesses nos processos de repetição e espelhamento históricos. A subida de Napoleão II ao poder está diretamente relacionado ao fato de que a população projetava em suas frustrações uma memória positiva do que foi o reinado de Napoleão Bonaparte. Além do próprio reinado em si, havia também uma conjunção de fatores que remetiam à revolução burguesa de 1789. Luís Bonaparte de aproveita deste processo para assumir o reinado.

Outro ponto interessante na obra é a ideia de que não existe uma relação direta e constante entre a burguesia e a democracia. A burguesia pode se apropriar da democracia, como um aparelho de dominação, mas também pode recusá-la e golpeá-la, como fez na França em 1851, através de uma coalizão de conciliação que sustentava as aspirações de

Bonaparte, mas também fez em tantos outros momentos da história, como, por exemplo, em 1964 no Brasil. O processo democrático não é necessariamente próprio ao capitalismo, e sim, apropriado por este quando convém.

Assim, partimos, com esse dois elementos, para a análise do que aconteceu, efetivamente, naquele final de outubro de 1975, em São Paulo. Os nossos elementos fornecem a informação de que havia uma disputa entre dois setores da ditadura militar. Por um lado, um grupo mais alinhado com o presidente Geisel, buscava apoio teórico e prático para a distensão anunciada pelo presidente. O outro, de Sylvio Frota e do general Ednardo, a linha dura, temia essa distensão e desejava a continuidade do regime tal qual ele estava estabelecido desde 1964.

Então vem ele. Tal qual Luís Bonaparte, Ernesto Geisel também teve o seu 18 Brumário. O discurso da pá de cal, em 1º de agosto daquele fatídico ano de 1975 mostra uma mudança na postura do mandatário: negando a distensão e abrindo espaço para o que avaliamos em nossa análise documental como a irracionalidade da linha dura, preocupada em achar justificativas que justificassem o caos de suas ações. Essa posição de mediação de Geisel não se aproxima apenas do relato marxista por representar uma mudança, mas também por apresentar a perspectiva que as decisões da ditadura se apropriavam, tal qual a burguesia francesa, da democracia como recurso estratégico, não como valor.

Da mesma forma, Paulo Egydio objetivava melhorar a programação da Cultura. Esse objetivo é o que motiva a entrada de Vlado e o seu projeto progressista, que pode, como apontamos anteriormente, ser apontado como revolucionário. A discussão da validade de uma “democracia revolucionária” e mesmo da possibilidade de se existir uma democracia é importante aqui. É ela que baliza a nossa análise sobre as ações da linha dura e da linha da distensão. Para isso, precisamos não só compreender o que a clássica literatura marxista diz sobre isso, mas também problematizá-la e resignificá-la.

A clássica leitura marxista aponta para a impossibilidade da existência de uma democracia. O termo foi cunhado pelo socialista alemão Joseph Weydemeyer, que contribuiu com o desenvolvimento de periódicos marxistas que circulavam pela Europa no século XIX. Marx desenvolveria melhor o conceito em obras posteriores, como o próprio “Manifesto do Partido Comunista” e a “Crítica ao Programa de Gotha”. De maneira resumida, a tese marxiana é a de que toda a democracia é a ditadura de uma classe sobre a outra, a Ditadura Burguesa, e que o papel da revolução seria romper as amarras do poder burguês e instituir uma Ditadura do Proletariado, um processo intermediário transitório entre o capitalismo e o comunismo.

Essa tese já foi estudada e revista diversas vezes. Na segunda metade do século XX, o Secretário Unificado da Quarta Internacional, organização trotsquista com representação mundial, lançou o documento “Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado”. O documento quebra dois paradigmas que permeavam a esquerda até então: o do partido único e o do apego a recusa ao termo “democracia”. Quanto ao primeiro, o documento argumenta que é impossível uma transição ao comunismo sem o pluripartidarismo, já que os partidos são fenômenos históricos que representam as contradições sociais, que só seriam extintas no fim da sociedade de classes (fim esse que é, como já diz, final, não transitório). A segunda se relaciona com a primeira: uma ditadura do proletariado é, no fim, uma ditadura do partido, uma supremacia da burocracia sobre o próprio trabalhador.

Se os marxistas revolucionários causam a mínima impressão de que sob a ditadura do proletariado as liberdades democráticas dos trabalhadores - incluída a liberdade de criticar o governo, de ter partidos de oposição e uma imprensa de oposição – serão mais restritas que sob a democracia burguesa, a luta por quebrar a preponderância ideológica de todos os que difundem as ilusões parlamentares no seio do movimento operário será infinitamente mais difícil, se não está condenada globalmente ao fracasso. Toda vacilação ou toda ambigüidade por parte da vanguarda revolucionária a este respeito não pode senão ajudar aos lacaios reformistas da burguesia liberal a dividir o proletariado e a desviar um setor importante da classe para a defesa das instituições do Estado burguês, sob pretexto de garantir os direitos democráticos. (1987, p.15)

Para além de Marx, outros relevantes autores da Ciência Política e da Sociologia tem defendido a impossibilidade da democracia: Mikhail Bakunin, Robert Michels e Pierre-Joseph Proudhoun são alguns dos exemplos mais célebres. Na “Teoria da Democracia Revisitada”, o cientista político italiano Giovanni Sartori contrapôs esses grupos. Ao longo de sua carreira, Sartori teve um posicionamento que o aproxima mais do liberalismo e do campo da direita política, porém a sua revisão da democracia é um dos mais completos estudos sobre tudo o que se disse sobre a democracia desde a Grécia antiga até os dias presentes. A contraposição de Sartori a este grupo de teóricos que não acreditam na democracia apresentando a ideia de que, mesmo eles, impõem uma relação valorativa entre algo mais ou menos democrático.

Que a luz da lanterna não ilumina, ou não iluminar o suficiente, é revelado de forma patente pelo fato de não lançar luz sobre a diferença entre nossas democracias alegadamente falsas e as verdadeiras não-democracias – entre viver sob o governo, digamos, de Churchill ou de Hitler. Nem Marx, nem Michels percebem e explicam essa diferença. Não conseguem explicar, muito simplesmente, por que nunca entenderam como uma democracia de larga escala é realmente produzida. Procuram democracia em estruturas, não em interações. Querem descobri-la imobilizada em, no interior ou dentro de alguma coisa, ao invés de procurá-la como uma dinâmica entre grupos e organizações. (SARTORI, 1994, p.207)

Pretendemos então defender aqui a ideia de que a democracia é um valor, uma gradação algo que se pode possuir em maior ou em menor quantidade. Um dos principais teóricos que reforçam essa tese é o cientista político americano Charles Tilly. Em seu livro “Democracia”, Tilly defende que os processos de democratização e desdemocratização são assimétricos, podendo acontecer por uma série de fatores. Um “regime é democrático na medida em que as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos engendram consultas amplas, iguais, protetivas e mutuamente vinculantes” (TILLY, 2013, p.73). Para o teórico, o processo de se democratizar passar por três dimensões: a centralização das redes de confiança no próprio Estado, o insulamento das desigualdades (seja elas de qual tipo for) dos processos deliberativos e o término do poder de grupos autônomos ao Estado, com uma submissão deste Estado à processos públicos de amplo acesso pela população.

O fato de o autor indicar uma lista de elementos que, gradualmente, tornam um regime mais ou menos democrático implica em conseqüências importantes para as nossas conclusões. Implica em considerar que mesmo em uma ditadura, como o caso brasileiro, pode haver processos de democratização, mesmo que singelos, que a tornem um regime mais ou menos democrático. Também implica em concluir, dialogando também com o texto do Secretariado Unificado, que um processo revolucionário pode ser um processo democrático.

O que nós aqui romanticamente chamamos de “18 Brumário de Ernesto Geisel” é o processo de virada de posicionamento do presidente da república (ditador) que ilustra perfeitamente qual conflito estava em jogo entre os dois grupos da ditadura: o de processos de democratização. Citar Tilly e Sartori nos ajudou a limpar de qualquer juízo de valor positivo sobre aqueles “militares democráticos”: um processo democratizante

pode acontecer e, mesmo assim, a ditadura seguir estabelecida. Como citamos no início deste excerto, a própria defesa da democracia (ou seu posterior abandono) pode funcionar como ferramenta das forças dominantes. O que queremos apontar aqui é que o interesse de Paulo Egydio em reformar a política de Comunicação Social se dá justamente como um recurso a esse processo, o aumento da submissão do Estado a processos públicos.

A dita irracionalidade postural da linha dura se justifica pela constante necessidade de se encontrar justificativas que mantenham o seu foco de interesse: a manutenção de um processo de desdemocratização do Brasil. A “ameaça comunista” seria um espantinho para a consolidação destes procedimentos institucionais, e a política de comunicação de Vladimir Herzog na TV Cultura seria um desses espantinhos que reforçariam esse processo desdemocratizante.

Defendemos aqui que esta linha de pensamento é a mais coerente para a formulação de uma antítese: ela encontra base na literatura e contrapõem a tese, já estabelecida, de que seria o caráter revolucionário do jornalismo de Vlado que provocou a sua morte. Vlado estaria na hora errada e no local errado, no fogo cruzado da disputa entre dois grupos ditatoriais, sendo visto por um como um retrocesso num bem quisto processo desdemocratizante, e por outro como necessário e importante para um processo democratizante. A mudança de lado de Geisel é essencial para a compreensão de que, próximo da fatídica morte, o grupo da linha dura ganhou força para avançar sobre o que eles viam como uma barreira ao seu projeto: daí a prisão de mais jornalistas, ligados ao PCB ou não, além de Vlado.

Uma análise histórica que se propõem materialista não pode deixar de fazer esse estudo contextual amplo e aprofundado, essa percepção que os atores históricos reproduzem diferentes abordagens e que suas intencionalidades não são tão maniqueístas e superficiais. Se foi necessário analisar os eventos de 1964 dessa maneira, é necessário analisar 1975 assim também. Já que sistematizamos a tese em uma frase, etapa importante ao processo da dialética, devemos fazer o mesmo com a antítese, garantindo certa homogeneidade de forma na produção sintética. Assim sendo, concluímos esta análise com a antítese de que “Vladimir Herzog foi morto devido a um confronto de interesses, externo a ele, entre dois grupos do regime militar que disputavam um processo de democratização e de desdemocratização”.

4.3 – Enfim, a síntese

Como já falamos anteriormente, o processo dialético se opõem à percepção maniqueísta do mundo como uma dimensão entre pólos negativos e positivos, onde o grande papel de todo o estudo é apenas identificar esses pólos e eliminar um deles para se chegar a resolução de uma situação concreta sobre uma realidade concreta. A dialética é o processo da fusão, a percepção filosófica que as resoluções chegam através de um constante processo de aplicação de teses com situações opostas, as antíteses, buscando, enfim, sínteses. Esse processo é constante: as sínteses tornam-se de novo teses à luz de novos fatos que se configuram como antíteses.

O pensamento lógico, clássica metodologia de Aristóteles, é um dos processos que, teoricamente, se contrapõem à dialética, já que tem como base a exclusão entre opostos. O pensador Georgui Plekhanov, um dos mais relevantes pensadores do marxismo russo e importante influenciador dos processos que desembocariam na Revolução Russa, foi um dos teóricos que mais se debruçou sobre esses conceitos. Em sua obra “Dialética e Lógica”, inicia esclarecendo a possibilidade de se alinhar o materialismo histórico com a dialética, vista por alguns teóricos contemporâneos aos seus como impossível.

Essa impossibilidade se daria justamente pela contraposição da dialética com a lógica formal. A lógica funciona sob três princípios básicos: o princípio da identidade (onde, por exemplo, “A” é igual a “A”), o princípio da não contradição (“A” não pode ser algo que não seja “A”) e o princípio da exclusão de terceiros (ou “A” é “B” ou “A” não é “B”, não podendo coexistirem). Se concordamos com essas premissas, acabamos por nos deparar, em conclusão superficial, que a dialética nos leva a mesclar raciocínios contraditórios, ferindo o terceiro princípio, logo, não tendo base com a materialidade. Plekhanov vai desconstruir esse procedimento:

O movimento é uma contradição em ação, e que, conseqüentemente, as leis fundamentais da lógica formal não poderiam ser aplicadas a ele. Devo explicar essa proposição para que ela não seja mal interpretada. Quando tratamos da passagem de um tipo de movimento para outro (suponhamos, a passagem de energia mecânica para a térmica), também estamos de acordo com a regra fundamental de Ueberweg. Devemos dizer: "esse movimento é tanto térmico quanto mecânico, ou então e assim por diante. Isso é óbvio. Mas se assim é, o é justamente porque, dentro de certos limites, as leis da lógica formal são aplicadas

ao movimento. Daí concluímos que, mais uma vez, a dialética não suprime a lógica formal, mas apenas suprime seu caráter absoluto que os metafísicos lhe têm atribuído. (PLEKHANOV, 1907)

A dialética de Hegel, fundada na metafísica, é realmente incompatível com o pensamento lógico. Mas a dialética marxista não se funda em nada além da própria natureza: a natureza se transforma, a natureza é volátil, o “A” do exemplo pode se transformar e tornar-se “B”. A dialética fundada no materialismo não é um sistema oposto à lógica clássica, pelo contrário, é um aprofundamento dela às normas da matéria, da natureza, que regem o mundo. A percepção aqui abordada é que as contradições entre os processos não se excluem, e sim, se transformam, se reconfiguram.

Sendo assim, o processo dialético passa pela compreensão da não anulação dos fatores. O nosso estudo aqui conseguiu extrair importantes informações dos materiais disponibilizados, e a partir destas informações pudemos refletir, sob uma perspectiva marxista, sobre eles. Conceitos como “revolucionário”, “democracia” e, até mesmo, o papel do jornalismo nesses dois processos tiveram que ser esmiuçados, para que pudéssemos ter um panorama mais completo e concreto do que viria ser a nossa antítese.

Mesmo havendo enormes diferenças, formativas, metodológicas e contextuais entre os materiais estudados – diferenças essas que já foram amplamente consideradas e apontadas – fica claro, até mesmo pela nossa divisão capitular, que podemos dividi-las em dois grupos: os produtos telejornalísticos e as biografias. Ao estudarmos os primeiros, neste capítulo, encontramos importantes reforços à tese estudada: pelos elementos apresentados (o depoimento popular e a interconexão entre as notícias) podemos considerar que o jornalismo de Vladimir Herzog era revolucionário, pelo menos sob uma determinada perspectiva de revolução. As biografias são um importante reforço para esse apontamento, já que todos os três autores apontavam para as diferenciações do “Hora da Notícia” em relação aos outros veículos da época. Restava saber se a causa de sua morte se deu por isso, ponto nevrálgico da tese aqui apresentada.

Aí que encontramos nossos problemas, e daí tiramos a nossa antítese. As biografias, que apresentam os contextos históricos presentes naquela determinada situação, apontam para uma contradição eminente no que tange à motivação da morte de Vlado: há um contexto maior ao seu redor, Vlado estaria no “fogo cruzado” entre dois projetos que, mesmo abarcados em um contexto ditatorial, apresentavam objetivos distintos para se consolidar. O desafio agora é o de realizar um processo dialético, o de

considerar que, assim como a natureza (como apontado por Plekhanov) muda, assim como o “A” pode se transformar em “B”, ou em qualquer outro não “A”, também pode a nossa tese se reconfigurar a partir de um contato com esta antítese.

As biografias indicam, as três, o caráter diferenciado do jornalismo de Herzog. É inclusive de uma delas que tiramos um dos produtos jornalísticos que usamos para reforçar isso. Se é exagerado dizer, como aponta a nossa antítese, que Vlado teria sido morto pelo seu jornalismo, é também complexo se considerar que esta produção não tenha um papel relevante: ora, para que ele sirva de bode expiatório, algo que está sendo realizado tem que no mínimo ser usado para ilustrar essa situação. Se o jornalismo de Vlado não fosse destacadamente progressista (de acordo com a nossa análise, revolucionário), não haveria possibilidade de persegui-lo, nem mesmo pela sua participação no PCB (já que, mesmo se investigando previamente, os militares não conseguiram encontrar nenhuma prova concreta disso).

Assim, o jornalismo de Vlado não seria apenas um mero detalhe na disputa entre a democratização e a desdemocratização. Ele configuraria essa disputa na causa da sua morte. Claro, não podemos ignorar que Vlado foi delatado como membro do PCB, e que a sua morte foi justificada posteriormente por esse motivo. Mas a própria perseguição ao PCB se mostrava uma peça chave do conflito entre democratização e desdemocratização, já que ela se inicia da vitória eleitoral de membros do MDB que foram apoiados pela militância comunista. Se inicia do próprio processo democratizante. Vlado pouco frequentava o PCB. Foi pego através de um interrogatório de um jornalista, seu subordinado, Paulo Markun. Havia uma perseguição aos jornalistas e havia uma perseguição ao PCB, e ambas foram convergentes na prisão de Vlado. Mas essa prisão (e sua consequente morte) é, sobretudo, motivada pela onda de ataques públicos que aquela discreta figura havia sofrendo. Onda de ataques oriundas do progressismo do seu jornalismo.

Os objetos de estudo não são separados. Tal qual a natureza, se movem, se fundem e se transformam em outras perspectivas. Voltamos a Charles Tilly, e as suas caracterizações para um processo democrático. Para Tilly, não basta um Estado ser forte e capaz de resguardar a sua soberania deslegitimando grupos autônomos a ele (uma configuração do Estado brasileiro, tanto o atual quanto o de 1975, se encaixa aqui). Ele precisa constantemente estar submetido a processos públicos, e esses processos públicos precisam estar acessíveis aos interesses e vozes das populações.

A televisão pública é, aqui, o fator que é importante se estudar. Sendo ela um processo público, um processo de expressão pública das vozes oficiais, ao permitir uma maior intervenção da população em seu conteúdo, ela se configura como um processo democratizante. O discurso popular de Vlado se encaixa aqui como peça de um processo de democratização que, claramente, agradava a um grupo (que desejava, sobretudo, os maiores índices de audiência e a legitimação pública, tal qual Napoleão III) e desagradava a outro, que via no processo de desdemocratização a manutenção das suas estruturas de poder, que são, sobretudo, coercitivas.

Colocar o jornalismo de Vlado como um fator importante para a democratização é inferir que ele tem um papel mais importante que um mero bode expiatório. Era, em determinado nível, uma ameaça a um processo que analiticamente concluímos como desdemocratizante de propósito. Isso é o elemento central de liga entre a nossa tese (“Vlado Herzog morreu pelo caráter revolucionário do seu jornalismo”) e a nossa antítese (“Vladimir Herzog foi morto devido a um confronto de interesses, externo a ele, entre dois grupos do regime militar que disputavam um processo de democratização e de desdemocratização”). Ganha uma proporção especial quando lembrado que, a poucas páginas atrás, concluímos que a democracia pode sim ser um processo revolucionário, que a democracia é sim possível.

Com base nesse elemento de destaque, concluímos que a fusão sintética dessas duas propostas opostas é a de que “Vladimir Herzog foi morto devido a um confronto de interesses entre dois grupos do regime militar que discordavam quanto a um processo de democratização que tinha, no seu jornalismo, um revolucionário símbolo processual”. Esta é a síntese para a triste, porém inspiradora, história da morte do jornalista Vladimir Herzog em 25 de outubro de 1975.

5 – A CONCLUSÃO. HÁ CONCLUSÃO?

O materialismo histórico dialético lhe conduz, constantemente, ao processo da dialética. Assim sendo, o apontamento da síntese não pode ser considerado, de forma alguma, uma conclusão. A dialética se repete, as sínteses viram teses e se encontram com antíteses, criadas à luz de novas informações para, então, tornarem-se de novo sínteses. É um processo infinito de desconstrução das informações sobre novas informações, transformando-se assim como a matéria se transforma.

Assim, se há na conclusão a intenção de se apontar as lacunas existentes no trabalho, não podemos deixar de mencionar esse caráter: a conclusão do nosso processo sempre poderá ser acrescida de novas informações. Esse, inclusive, é um dos grandes motivadores para essa produção, a possibilidade de que ele pode levantar discussões posteriores para essa temática que, pelo menos ao nosso ver, parece ser pouco trabalhada. Todos esses apontamentos sobre o funcionamento próprio à dialética não mudam o fato de que algumas arestas ficaram a ser aparadas.

A falta de acesso aos materiais telejornalísticos impediu um estudo mais amplo sobre a sua produção e reprodução. Um estudo quantitativo, em forma, mas qualitativo em análise, permitiria uma mais aprofundada reflexão sobre o “Hora da Notícia”, podendo ter uma asserção mais exata do que o telejornal representou para o jornalismo brasileiro. Este ponto sobre o impacto e a relevância acabou ficando mais legado aos depoimentos, nas biografias, que afirmavam a sua importância.

A parte das biografias talvez tenha sido a mais completa, pois a Análise Documental nos permitiu justificar a escolha dos três livros – em detrimento de outros – e apontar as ressalvas de se utilizar a história sob a versão de um determinado sujeito que sim, pode apontar para conclusões enviesadas. O que poderia se apontar aqui é o excessivo peso dado a esse setor da nossa pesquisa em detrimento dos telejornais, fruto, principalmente, da escassez de material disponível. A felicidade está, ao nos depararmos na análise, a carga de conteúdo e conceito que essas escassas produções nos disponibilizaram, como o depoimento popular, o jornalismo para Adelmo Genro Filho e mesmo a discussão sobre o papel revolucionário que esse jornalismo pode apontar.

As congruências que as biografias apontaram, historicamente, nos ajudaram muito a analisar o contexto maior em que a morte de Vlado estava relacionada. Se não tivéssemos essas informações, seria impossível se fazer uma análise pautada na tradição

teórica do materialismo. O idealismo, como já mencionamos, é um risco constante ao se abordar a história: tirar qualquer conclusão usando apenas o material telejornalístico seria uma suposição em cima de suas consequências, além de desconsiderar o contexto político que Vlado estava inserido, que no final do estudo acabou por ser essencial à antítese. Ainda na questão do contexto histórico, podemos apontar aqui como falha o fato de não termos aprofundado a relação de Vlado com o PCB, para caracterizar o real papel do comunismo na sua morte.

A nossa síntese responde o problema desse estudo? Essa é uma pergunta que deve ser feita para inferirmos a sua validade ou não. Passadas as ressalvas sobre a constante continuidade da dialética, podemos apontar que a nossa solução foi, concretamente, semântica. A tese “Vladimir Herzog foi morto devido a um confronto de interesses entre dois grupos do regime militar que discordavam quanto a um processo de democratização que tinha, no seu jornalismo, um revolucionário símbolo processual” pode não trazer conclusões históricas surpreendentes para solucionar uma melhor interpretação da questão, mas aponta para a apresentação de conceitos (“democratização”, “revolucionário”) que são, na nossa proposição, essenciais para se compreender o que havia de tão incômodo naquela produção. É na palavra, e no aprofundamento dos seus conceitos, que se revê a história.

Assim, é muito difícil apontar para uma conclusão. A história de Vladimir Herzog é um importante símbolo das brutalidades cometidas pelo regime militar instaurado em 1964. A luta de sua esposa, Clarice, e de seus filhos, Ivo e André, se mantêm como uma das maiores representações da resiliência dos que sofreram com essas agressões às suas famílias, resiliência essa que se mantêm até hoje. A pretensão aqui esteve longe (como falamos acima em nossa introdução) de apresentar uma resolução para esse difícil caso que marcou a história do nosso Brasil: pretendemos apontar elementos e conceitos novos para a discussão. O grande prazer de se trabalhar sobre a égide da dialética é o fato de que o que foi aqui afirmado pode (e deve) ser novamente contestado para que o conhecimento vá sempre à única direção que pretendemos: em frente.

6 – A BIBLIOGRAFIA

BECKER, Beatriz; MATEUS, Lara. O melhor telejornal do mundo: um exercício televisual. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs). **60 anos do telejornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2010.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

COUTINHO, Iluska; MATA, Jhonatan. Dos personagens à incorporação do público: uma análise sobre o lugar do cidadão no telejornalismo. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs). **60 anos do telejornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2010.

DANTAS, A. **As duas guerras de Vlado Herzog – Da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DAVIS, Desmond. **Produção em televisão: Noções Básicas**. Rio de Janeiro: Agir, 1975.

FERNANDES, F. **Nós e o marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GASPARI, Elio. **As Ilusões Armadas: A ditadura envergonhada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. **O Sacerdote e o Feiticeiro: A ditadura derrotada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. **O Sacerdote e o Feiticeiro: A ditadura encurralada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: Para uma Teoria Marxista do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.

GENRO, Tarso F.; GENRO FILHO, Adelmo. **Lenin: Coração e Mente**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GOÉS, Walder de. **O Brasil do General Geisel**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

JORDÃO, Fernando Pacheco. **Dossiê Herzog: prisão tortura e morte no Brasil**. São Paulo: Ed. Global, 1980.

MARKUN, Paulo. **Meu Querido Vlado. A História de Vladimir Herzog e do Sonho de uma Geração**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach, 1845**. Disponível em: <<http://www.psb40.org.br/bib/b28.pdf>>. Acesso em 27 de novembro de 2016.

MATTOS, Sergio. A Evolução Histórica da Televisão Brasileira. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs). **60 anos do telejornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2010.

MORAES, Dênis de. **A Esquerda e o Golpe de 64**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MOTA, Célia Ladeira. Imagens do Brasil: televisão e memória social. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs). **60 anos do telejornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2010.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PARTENOSTRO, Vera Íris. **O Texto na TV**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PENA, Felipe. **Teoria da Biografia Sem Fim**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

PLEKHANOV, Georgui. **Dialética e Lógica**, 1907. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/plekhanov/1907/mes/dialetica.htm>>. Acesso em 27 de novembro 2016.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

REZENDE, Guilherme Jorge de. 60 anos de jornalismo na TV Brasileira: percalços e conquistas. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs). **60 anos do telejornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2010.

SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

SARTORI, G. **A Teoria da Democracia Revisitada. Vol. 1: O Debate Contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1994.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícia: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Coombook, 2011.

SECRETARIADO UNIFICADO DA QUARTA INTERNACIONAL. **Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado**, 1987. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1985/01/dsdp.pdf>>. Acesso em 27 de novembro de 2016.

TILLY, C. **Democracia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

VASCONCELOS, Francisco. **A dialética em Marx**, 2014. Disponível em: <http://www.iptan.edu.br/publicacoes/saberes_interdisciplinares/pdf/revista13/A_DIALE_TICA_EM_MARX.pdf>. Acesso em 27 de novembro de 2016.

